

# Aprender.

Revista da Escola Superior de Educação  
Instituto Politécnico de Portalegre

junho 2015

Nº 35

O ensino do Jornalismo e da Comunicação | Número comemorativo



a.

**Ficha Técnica**

ISSN 0871-1267

APRENDER

N.º 35

junho de 2015

**Diretor:**

Abílio Amiguiinho

**Diretor Adjunto:**

Fernando Oliveira

**Coordenação do Tema Central**

Luís Bonixe e Sónia Lamy

**Revisão tipográfica**

Teresa Oliveira

**Capa:**

Catarina Matos

**Conselho Consultivo:**

António José Campesino Fernández, Clara Ferrão Tavares, Fernanda Mota, Alves, Inês Amaro, Inês Sim-Sim, Júlia Serpa Pimentel, Lucília Valente, Manuel António Brites Salgado, Marcelino Santos Lopes, Margarida Morgado, Maria de Fátima Mendes, Maria João Cardona, Maria Margarida Afonso, Marta Campos Quadros, Rui Canário, Soledad Ruano López

**Conselho Editorial:**

Abílio Amiguiinho, Alexandre Martins, Carlos Alves, Cordélia Santiño, Elisabete Mendes, Eva Milheiro, Fernando Oliveira, Francisco Cid, Luís Bonixe, Teresa Oliveira

**Colaboram neste Número:**

Ana Beatriz Cruz, Carina Martinho Coelho, Fábio Ribeiro, Lourival da Cruz Galvão Júnior, Luís Bonixe, Maria Clara Vasco Campanilho Barradas, Paulo Nuno Vicente, Pedro Coelho, Sílvia Manuela Marques Torres, Sónia Lamy

**Composição:**

Cláudia Lopes

**Edição e Propriedade:**

Escola Superior de Educação de Portalegre

Praça da República

Apartado 125

7301-957 PORTALEGRE

**Depósito Legal:**

14 293/86

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Não nos comprometemos a publicar colaboração não solicitada.

## Índice

Página | 2

<i>Editorial</i> .....	3
<i>Jornalismo e Comunicação: Contributos para a construção de um novo modelo de formação</i> <b>Pedro Coelho</b> .....	5
<i>O ensino do Jornalismo Radiofónico na ESEP e na UNITAU: duas experiências em recantos de Portugal e do Brasil</i> <b>Lourival da Cruz Galvão Júnior</b> .....	24
<i>Da fugacidade de uma carreira na investigação: linhas de um debate a partir de reflexões com jovens investigadores em Ciências da Comunicação da SOPCOM</i> <b>Fábio Ribeiro</b> .....	40
<i>Bagabaga Studios: da inovação dos Media e do papel da Universidade</i> <b>Paulo Nuno Vicente</b> .....	57
<i>“Zé da Fisga”: retrato do soldado português na Guerra Colonial</i> <b>Sílvia Manuela Marques Torres</b> .....	61
<i>A importância da fotografia no jornalismo: a perceção dos fotojornalistas portugueses</i> <b>Carina Martinho Coelho</b> .....	78
<i>Os media sociais como proporcionadores do debate público sobre as minorias étnicas</i> <b>Ana Beatriz Cruz</b> .....	93
<i>O teatro na comunicação social portuguesa: O caso do jornal Público</i> <b>Maria Clara Vasco Campanilho Barradas</b> .....	109
<i>Nota de leitura</i> <b>Luís Bonixe</b> .....	131

## Editorial

### Ensinar jornalismo e comunicação no século XXI

Em ano de comemorações de duas décadas do curso de Jornalismo e Comunicação na Escola Superior de Educação de Portalegre, importa não perder a oportunidade para refletir sobre a formação na vasta área das Ciências da Comunicação, considerando as diversas variáveis que hoje se colocam. Desde logo, os desafios que se impõem no quadro de um ensino superior português em mudança que convoca a adoção de novas estratégias e o repensar das antigas. Olhando em particular para os cursos de jornalismo e comunicação, emergem à partida algumas questões: Qual o lugar da teoria e da prática neste modelo formativo? Que sinergias devem ser criadas entre as instituições de ensino superior e a realidade profissional? Que mudanças devem ser implementadas nos modelos formativos em função das novas realidades tecnológica e de mercado? E que lugar ocupa a universidade e o politécnico no ensino do jornalismo e da comunicação? Acresce ainda que, no quadro de profissões exigentes do ponto de vista social e cultural, o ensino do jornalismo e da comunicação assume especial preponderância também pela atual conjuntura do contexto mediático, profundamente influenciado pelas transformações impostas por um novo ecossistema digital e global.

No número especial da revista Aprender que apresentamos, propomos um conjunto de artigos que pretendem contribuir para essa reflexão sobre o ensino do jornalismo e da comunicação.

Partindo do pressuposto de que o jornalismo continua a ter nos dias de hoje um papel importante na sociedade, Pedro Coelho propõe um olhar sobre a realidade portuguesa ao analisar alguns dos cursos de jornalismo em Portugal, sugerindo um modelo de formação para o ensino do jornalismo. Um modelo que, refere o autor, “pressupõe uma articulação direta entre o primeiro e o segundo ciclos, partindo do princípio de que a conclusão do primeiro ciclo não prepara o aluno para uma integração autónoma no mercado”. O artigo de Galvão Júnior compara duas realidades: o ensino do jornalismo radiofónico português e brasileiro. O autor analisa práticas no curso de Jornalismo do Departamento de Comunicação Social da Universidade de Taubaté e no curso de Jornalismo e Comunicação da Escola Superior de Educação de Portalegre e conclui que “os esforços docentes não são centrados na mera manipulação de equipamentos, mas na compreensão do que é rádio e de como esse media se manifesta na atualidade”.

Numa perspetiva um pouco diferente, Fábio Ribeiro lança um olhar sobre a importância da investigação em Ciências da Comunicação e de como os jovens investigadores estão a abraçar esta componente, apesar de as várias dificuldades que enfrentam. Fábio Ribeiro refere que “é cada vez mais importante encontrar na interação, partilha, no debate e no confronto de ideias um espaço contraditório do isolamento e sentimento solitário que este caminho sugere, por depender essencialmente de um esforço pessoal avultado, emocionalmente”. Já Paulo Nuno Vicente explica como nasceu um projeto inovador no panorama português, que procura combinar dois campos que, muitas vezes estão (paradoxalmente) separados: o jornalismo e o ensino do jornalismo. O autor propõe por isso “um ensino do jornalismo (re)centrado na proposta e na viabilização de soluções para problemas do nosso tempo e do tempo futuro. “Defendendo que as universidades devem assumir-se “como espaço de experimentação, de procura de soluções efetivas, sem medo do erro informado.”

Mas, neste número especial, quisemos convocar também os ex-alunos do curso de Jornalismo e Comunicação que seguiram os seus percursos académicos ao incluirmos quatro artigos de mestres, mestrandos e doutorandos que partiram do curso de JC na ESEP para projetos de investigação. É o caso de Sílvia Torres, hoje doutoranda, que propõe um olhar sobre o cartoon “Zé da Fisga” publicado na revista “Notícias” e que é o ponto de partida para uma análise da representação humorística do soldado português na Guerra Colonial. Ana Beatriz Cruz analisa o modo como os utilizadores comentam as notícias sobre as minorias étnicas no Facebook e nos sítios online do Público e do Correio da Manhã e verifica o contributo que (não) dão para o debate público sobre estas matérias. Incluímos ainda dois outros artigos de ex-alunos de JC. Carina Martinho Coelho propõe um olhar sobre o modo como os fotojornalistas portugueses percecionam o lugar que a fotografia tem nas notícias e Maria Clara Barradas analisa o modo como no jornal Público o teatro é abordado.

Luís Bonixe

Sónia Lamy

## Jornalismo e Comunicação: Contributos para a construção de um novo modelo de formação<sup>1</sup>

Pedro Coelho<sup>2</sup>

[pedrocoelho@sic.imprensa.pt](mailto:pedrocoelho@sic.imprensa.pt)

Página | 5

### Resumo

O papel que o jornalismo desempenha na democracia, contribuindo para a sua proteção e, simultaneamente, enriquecendo-a (produzindo informação que promove a comunicação entre os membros da comunidade), exige que o estudemos, com o propósito de contribuirmos para a preservação dos valores que o estruturam.

Este artigo assume a formação académica (e o estudo do jornalismo) como a via de acesso ao processo de reconstrução do jornalismo. Se os cursos em jornalismo/ comunicação estão a ser, cada vez mais e um pouco por todo o mundo, a porta de entrada na profissão, a academia deve assumir centralidade no processo, formando profissionais que estabeleçam um compromisso com o público. A receita é complexa: profissionais que resistam aos condicionalismos impostos pelo mercado, que fazem o jornalismo vacilar, e que ao mesmo tempo respondam criticamente, inovando, produzindo alternativa, às necessidades do mercado. Este percurso reclama uma maior aproximação entre academia e mercado; uma aproximação construtiva que não aniquile a identidade de nenhuma das partes.

**Palavras chave:** Ensino do Jornalismo; Academia; Mercado; Público; Comunicação.

### Abstract

Journalism plays a critical role in democracy, contributing both to its protection and enrichment (by producing information that promotes communication between members of the community). This requires further study in order to preserve the values that uphold it.

This paper argues that academic training (and the study of journalism) is the way to the reconstruction process of journalism. If courses in journalism /communication are increasingly being held around the world as the main gateway to the profession, academy must ensure a central role in the process, training professionals who may perform a serious commitment to the citizens. The formula is complex: professionals who are strong enough to resist the market constraints which make journalism weaker, and, at the same time, feel able to respond critically to the market demands by innovating and producing alternative market needs. This purpose requires a closer relationship between academy and market, a constructive approach which will not annihilate the identity of any party.

**Keywords:** Teaching Journalism; Academy; Market; Public; Communication.

### Introdução

Em 1979, com o lançamento do curso de Comunicação Social da Universidade Nova de Lisboa, a academia deu o primeiro passo na escalada de inversão da lógica atávica imposta pela ditadura, que afastara o jornalismo e a comunicação da academia; mas, ironia da história, os jornalistas, aqueles que, no longo cinzentismo do regime, mais

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado da tese de doutoramento defendida pelo autor em março de 2014 no Departamento de Ciências da Comunicação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, universidade Nova de Lisboa.

<sup>2</sup> Doutoramento em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa, em Estudo dos *Media* e do Jornalismo. Professor convidado do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Nova de Lisboa. Grande Repórter da SIC TV.

se bateram para que o jornalismo conquistasse estatuto de disciplina académica, foram excluídos da estruturação do primeiro curso.

Essa entrada do jornalismo na academia, utilizando a porta da comunicação, deixando de fora os jornalistas, alimenta a teoria dos mundos paralelos que Barbie Zelizer observou quando, ela própria, trocou o jornalismo para a academia:

"Quando cheguei à universidade - vinda do mundo do jornalismo - senti que tinha entrado num universo paralelo. Nada do que lia enquanto estudante refletia o mundo profissional que tinha acabado de deixar" (2004:2).

A inexistência de linhas de entrecruzamento entre jornalismo e academia estará muito associada ao perfil das duas instituições, que Eduardo Meditsch caracteriza de uma forma particularmente eficaz: "pouco maleáveis, ciosas dos seus costumes, extremamente vaidosas e pouco recetivas às opiniões externas" (2004: 26 e 27).

Ao ficarem afastados da primeira formação na área, os profissionais portugueses perderam a possibilidade de a influenciar; criticaram-na, afastando-se do modelo que ela propunha.

O fosso estará hoje mais atenuado. Assistimos a uma maior aproximação entre os dois lados, propiciada pelo número crescente de jornalistas que regressam à academia para complementarem a formação e refletirem, em teses de mestrado e doutoramento, sobre o jornalismo que praticam; a esse volume devemos acrescentar os jornalistas que começam a optar pelo ensino, abandonando a profissão, ou os que acumulam a profissão com a docência, mas também os jornalistas com diplomas na área, que resistem a certos hábitos e rotinas da cultura de redação. Mas esta aproximação não significa a plena comunhão de universos; a base do fosso mantém-se. Tal não impediu que em Portugal, como noutras geografias europeias - Espanha, e Inglaterra, principalmente - e nos Estados Unidos da América, a realidade se tenha encarregado de estabelecer como critério preferencial de acesso à profissão a licenciatura na área. O papel da formação académica específica na renovação das redações portuguesas tem sido especialmente enfatizado por diversos autores ( Pinto, 2004: 56; Fidalgo, 2004: 69; Subtil, 2009: 94 e Sandra Marinho, 2011: 463). José Luís Garcia, sem destacar a formação específica, atesta, ainda assim, a consolidação de um

padrão - a escolaridade tende a aumentar "à medida que diminui o número de anos de exercício de profissão" (2009: 85) - por si só promotor de renovados processos de socialização nas redações.

Hoje, de facto, são mais as pontes, maiores os laços, menor a desconfiança dos profissionais, a maioria, como salientámos, com as mesmas origens. Mas terá diminuído a dimensão do muro? Não estará a universidade a ser mera fornecedora de mão-de-obra qualificada, pronta a usar e disponível para ser moldada pelo mercado?

### **Em Defesa da Construção de Pontes**

A nossa investigação de doutoramento contribuiu para fortalecer a ideia de que o jornalismo e a universidade são troncos da mesma árvore. A nossa experiência profissional e académica tem sido alimentada por essa constatação. Na nossa ótica, sobressai a ideia de um jornalismo de fronteira, onde a universidade se transformou no prolongamento da ação quotidiana, atribuindo-lhe um lugar próprio de questionamento, que a proximidade do objeto desfoca; participando na busca permanente de um sentido para o jornalismo, nos dias em que todos sentem que podem ser jornalistas; alargando as fronteiras e, simultaneamente, precisando-lhe os contornos.

A investigação académica que desenvolvemos é, pois, o farol desse jornalismo de fronteira, onde a construção do trabalho académico é permanentemente intermediada pelo jornalismo e pelos métodos que servem de referência ao jornalismo, da mesma forma que a prática jornalística deve receber as influências da academia. Como sustenta Brooke Kroeger, "as ferramentas de um repórter podem ser instrumentos de precisão nas mãos de um académico", da mesma forma que "os métodos de pesquisa da academia são fundamentais para o jornalista" (2002).

Neste sentido, é no estabelecimento de pontes entre os dois lados que reside a essência do nosso estudo, sustentado por uma dúvida: se a formação académica na área já é, quase em todo o mundo ocidental, a maior fonte geradora de mão-de-obra, como poderemos fazê-la participar na reconstrução do jornalismo?

Esta nossa abordagem percorre um trajeto analítico que afirma a formação académica na área do jornalismo/comunicação (e o estudo do jornalismo) como o escudo protetor do jornalista, e do próprio jornalismo, que, contribuindo para melhorar a prática jornalística, preserva a autonomia do campo, permanentemente ameaçada pelo mercado e que a associação às novas tecnologias digitais veio fragilizar mais ainda.

### **As Influências do Mercado na Estruturação dos Planos de Estudo**

O último quartel do século passado, correspondente aos anos da desregulamentação dos *media*, da hiper-concorrência e da hiperconcentração, está, paradoxalmente, na base da segunda vida do ensino do jornalismo. A academia impôs-se como fonte produtora de mão-de-obra barata, capacitada, apta a servir a avidez dos empregadores. O ensino do jornalismo generalizou-se e padronizou-se.

Na avaliação que faz desta segunda vida do ensino do jornalismo, James Carey acerta no alvo: os jornalistas hoje têm mais formação, mas menor autonomia (2000).

A explosão da formação académica em jornalismo não advém, pois, de qualquer estreitamento de laços entre academia e mundo profissional; pelo contrário. A construção de barreiras entre os dois mundos é alimentada dentro e fora da academia, gerando, por essa via, um processo de formação frágil, incompleto e condicionado; mas é desse *subproduto* que a indústria se alimenta.

A nossa investigação, que inclui um trabalho de campo sobre seis cursos da área em Portugal<sup>3</sup>, deteta o molde do mercado na estruturação dos planos de estudo, sem que esse efeito seja imediatamente perceptível, uma vez que a academia vive na ilusão de ter uma agenda própria.

---

<sup>3</sup> Ao longo do ano letivo de 2010-2011 monitorizámos 67 alunos e estagiários de seis cursos da área de jornalismo/comunicação. Entrevistámos diretores/coordenadores, docentes da área específica de jornalismo, responsáveis nomeados pelas coordenações para auxiliarem os alunos na concretização dos trabalhos académicos de jornalismo e representantes dos grupos de *media* nacionais que acolhem os estagiários. Complementámos este trabalho de campo com entrevistas a um conjunto de jornalistas e académicos de referência.

Em cada curso avaliamos a relação entre a academia e o mercado, observada a partir da abordagem da variante de jornalismo. Por um lado, identificámos o posicionamento da variante no plano de estudos e as ligações que estas uc estabelecem com os restantes do tronco comum; por outro, avaliamos o molde de interseção que estas disciplinas do campo profissional estabelecem com o mundo profissional.

Os cursos analisados foram: Ciências da Comunicação (UNL); Ciências da Comunicação, Jornalismo, Assessoria e Multimédia (UP); Comunicação Social (ESEC); Comunicação e Jornalismo (ULHT); Ciências da Comunicação e da Cultura (ULP); Ciências da Comunicação (ISMAI).

A análise dos seis cursos permitiu-nos identificar um diverso conjunto de tendências, comuns a cada um dos projetos formativos:

a) Os diretores/coordenadores dos cinco cursos organizados em tronco comum e variante revelam uma mesma tendência: aproximar os projetos formativos do mundo profissional, desinvestindo nas uc de tronco comum;

b) Os alunos criticam os elevados níveis de abstração prática nos planos curriculares, sobretudo nas uc que transformam a sala aula numa antecâmara da redação;

c) Os alunos criticam, igualmente, os altos níveis de abstração teórica - referida quando não é explorada a aplicação prática dos quadros conceituais apresentados;

d) Os alunos - regra geral - rejeitam o curso e não continuam o percurso académico na instituição;

e) Os estagiários dos seis cursos descrevem um percurso solitário onde não é detetado o apoio da entidade formadora;

f) A integração da componente tecnológica nos planos de estudo carece de enquadramento. O reforço dessa componente parece caminhar no sentido de separar tecnologia e jornalismo, investindo-se na componente digital, distanciada da qualidade jornalística dos conteúdos produzidos.

g) O corpo docente da variante é regra geral menos qualificado do que o restante. Os docentes acumulam a academia com uma profissão de base (jornalismo);

h) Regista-se também um défice de diálogo entre os docentes da variante e entre estes e os restantes, o que contribui para o entrincheiramento da variante detetado;

i) Cada docente assinala uma excessiva liberdade para concretizar o seu próprio programa;

j) Por fim, a instabilidade do corpo docente da variante é visível em todos os cursos, registando-se uma elevada taxa de rotatividade;

### **A Estruturação de um Novo Modelo de Formação**

A consideração das realidades europeia e americana, possibilitada pelas leituras que concretizámos, e as conclusões do nosso trabalho de campo motivaram o esforço analítico de estruturação de um novo modelo de formação. Esse modelo tem, na sua base, a articulação entre teoria e prática no interior dos planos de estudo e a promoção de uma aliança estratégica entre a academia e a profissão. Essas aproximações pré-anunciam um outro papel para a academia, definitivamente parceira do jornalismo na prossecução do urgente processo de reconstrução.

A promoção dessa aliança estratégica não nos parece que seja um ideal utópico. Ela tem forma de se tornar efetiva. Na nossa investigação de doutoramento trabalhámos, essencialmente, cinco propostas que, em nosso entender, permitem definir as bases dessa urgente aliança estratégica. No essencial, essas propostas atribuem maiores responsabilidades de coordenação efetiva aos diretores e coordenadores do curso, superando um défice que identificámos no nosso estudo.

A primeira proposta - definição conjunta dos programas das unidades curriculares - corporiza esse maior envolvimento dos responsáveis dos cursos na estruturação dos planos de estudo. Nesse sentido, salientamos a necessidade de proceder à integração do programa de cada unidade curricular do plano de estudos, na concretização da estratégia de coordenação. Esse esforço de integração deve:

a) Valorizar a identificação das matérias que requerem a colaboração pontual de outros docentes especializados em determinadas áreas de saber;

b) Identificar as zonas de sobreposição nos programas curriculares, apresentando soluções que as evitem e transformando-as em zonas de complementaridade;

c) Identificar o papel da unidade curricular no estabelecimento de pontes entre o curso e a comunidade, incluindo com o campo profissional.

A segunda proposta apresenta soluções concretas de promoção dessas pontes, expondo algumas ideias que visam estabelecer laços reais entre teoria e prática no interior dos planos de estudo e com o mundo profissional:

a) Promoção de ações regulares de colaboração pontual de docentes com competências específicas em unidades curriculares cujo programa requeira esse encontro de saberes. Essa participação pode assumir o modelo de uma conferência informal, suscitando a participação dos alunos, desafiando-os a interagir com áreas de saber com que antes se confrontaram, ou a refletirem sobre outras que ainda desconhecem, mas que possam revelar-se importantes no processo formativo. Em termos concretos, estas colaborações pontuais devem dinamizar docentes normalmente associados a cada uma das dimensões (teórica e prática). Nas unidades curriculares, classicamente classificadas como teóricas, a aplicação dos conceitos a casos do quotidiano deve contar com a experiência dos docentes que tenham estabelecido, ou estabeleçam, laços diretos com as profissões. O mesmo princípio deve ser válido para as unidades curriculares classicamente classificadas como práticas, onde a reflexão sobre a ação deve acionar a participação de docentes especializados nas áreas de saber suscitadas;

b) Alteração do modelo de ensino, reforçando a responsabilidade dos alunos, desafiando-os a trabalhar, previamente, áreas específicas do programa que enriqueçam o debate no momento em que a discussão for suscitada em ambiente de sala de aula;

c) Alteração do perfil das unidades curriculares mais próximas de uma dimensão prática, associando a essa corresponsabilização dos docentes das teóricas, que enunciámos, a preocupação de motivar os alunos a pensar em diferentes formas de aplicação das técnicas jornalísticas, criando abordagens alternativas aos formatos que, diariamente, integram o quotidiano jornalístico. Essas abordagens alternativas pressupõem, não apenas, a exploração de áreas temáticas de trabalho, que rompam a rede informativa que cobre a ação profissional regular, mas, sobretudo, a reinterpretção dos géneros jornalísticos, nomeadamente da reportagem. O aluno que consiga fazer diferente do padrão regular, sem perverter as normas reguladoras da ação profissional, estará mais capacitado para ultrapassar os constrangimentos de um mercado de trabalho em franca regressão. Normalmente, chegados ao mercado, os estagiários sentem que cumprem a missão quando a sua própria produção jornalística se aproxima do grau de eficiência e de estruturação dos conteúdos concretizados pelos

profissionais no ativo; ora, o curso, em geral, e as uc de ação profissional em particular, devem promover no aluno essa vontade de criar a diferença, explorando-a.

d) Contribuir para a consolidação de um perfil de docente misto, associado às uc profissionais, onde o docente mantenha fortes laços com a profissão, valorizando, igualmente, a participação na dinâmica académica. Nos casos em que o docente continue na profissão, este deve estudar formas de participação construtiva, que resultem em benefício do curso, sem prejudicar a relação profissional com a empresa; bastando, para tal, que academia e empresa apreendam as vantagens que um perfil misto (professores híbridos ou anfíbios) pode ter para ambos os lados. Ao mesmo tempo que a reflexão académica contribui para o questionamento da ação quotidiana, melhorando-a, inclusivamente permitindo que o profissional, munido de competências académicas, promova ações de formação no interior da empresa, a integração de profissionais na docência, com tempo para investigar, dispostos a consolidar as competências académicas, significa, igualmente, a afirmação da ponte com o mercado, fundamental no modelo de formação que propomos. Na nossa aceção, o perfil misto, associado às uc profissionais, integra, igualmente, docentes com experiência profissional e que tenham assumido a opção pela academia, mantendo, todavia, um contacto próximo com a profissão. Entendemos que a docência das uc do campo profissional requer um grau elevado de contacto com a experiência, pelo que o perfil do académico clássico, exclusivamente centrado na investigação, não se adapta. Na nossa aceção, a docência não deverá, igualmente, ser assegurada por docentes profissionais, condicionados pela plena imersão no quotidiano da redação, incapazes de estabelecer laços com a dinâmica académica, e que, permanentemente, secundarizam a missão de ensinar ao desempenho profissional. O risco das aulas serem mera antecâmara da redação é demasiado elevado, para que os cursos persistam na contratação de docentes com este perfil. Reconhecemos que encontrar docentes de perfil híbrido, na dupla aceção que preconizamos, não se revela tarefa fácil, todavia, a crescente envolvência de profissionais com a academia, prosseguindo estudos e defendendo trabalhos de investigação académicos sobre a profissão em mestrados e doutoramentos, parece consubstanciar a concretização deste objetivo;

e) Alteração do conceito de laboratório, elevando-o a lugar privilegiado de interseção entre teoria e prática. Neste contexto, as aulas em laboratório devem ser assumidas por docentes com diversas competências, que incentivem os alunos a desenvolver trabalhos específicos (jornalísticos ou académicos) promotores dessa articulação teoria-prática;

f) Os órgãos de comunicação social internos, criados no âmbito dos cursos, devem abrir a sua zona de influência, normalmente restringida às uc práticas. Assim, devem ser representativos do curso e coordenados por docentes de uc associadas às duas dimensões, dando visibilidade a trabalhos jornalísticos e académicos de elevada qualidade, concretizados pelos alunos;

A terceira proposta define os contornos do estabelecimento de laços entre os cursos (a academia) e a comunidade:

a) Nas comunidades de proximidade, o curso (vertente de jornalismo) deve transformar-se num agente de desenvolvimento, animando projetos jornalísticos que promovam a discussão, a troca de ideias, e que questionem as elites, integrando no debate as opiniões dos agentes sociais que, habitualmente, são excluídos dos processos de decisão;

b) Os órgãos de comunicação social internos, instrumento complementar ao processo de formação, devem contribuir para promover o curso e os seus alunos, divulgando estudos académicos e trabalhos jornalísticos que se afirmem marca do projeto formativo. Esses órgãos devem estabelecer pontes preferenciais com o serviço público de rádio e televisão, nas suas diversas plataformas, produzindo dois programas de informação (um por semestre), em versão multimédia, televisiva e radiofónica, que sejam a montra dos melhores trabalhos do curso. Esta proposta assume a necessidade da coordenação/direção do curso patrocinar a criação desses órgãos de comunicação social internos, representativos do projeto formativo, evitando assim que cada docente crie a sua própria montra, diretamente relacionada com a unidade curricular que leciona;

c) A direção/coordenação dos cursos deve incentivar a participação regular de jornalistas, empresários de *media*, políticos, académicos de diversas áreas e outros

profissionais em unidades curriculares específicas, discutidas entre a direção/ coordenação e os docentes do curso;

d) A presença regular de docentes do curso em diversos órgãos de comunicação social deve ser incentivada e propiciada. Nessas incursões, os docentes devem observar e investigar as rotinas profissionais com o propósito claro de, nesse posto de observação privilegiado, estreitarem laços com o mercado, refletindo sobre a profissão, devendo o resultado dessas investigações ser apresentado e discutido com os grupos de *media* de acolhimento;

e) No âmbito da desejada aproximação entre os dois mundos, os projetos formativos devem incentivar os grupos de *media* a promoverem, junto dos seus profissionais, a criação de condições para um regresso à academia, frequentando programas de pós-graduação, estudos de segundo e terceiro ciclo, simultaneamente adquirindo novas competências académicas e refletindo sobre a prática quotidiana, contribuindo para a sua melhoria;

f) Da mesma forma, os grupos de *media* devem ser desafiados a permitir que profissionais com competências específicas promovam, por curtos períodos de tempo, ações de formação complementares, associadas a unidades curriculares específicas, contribuindo, essas ações, para estabelecer pontes diretas de contacto dos alunos com o quotidiano profissional;

g) Aos grupos de *media* deve ser sugerido que disponibilizem meios técnicos e humanos que participem na formação de profissionais que, na academia, auxiliem os alunos na concretização de trabalhos curriculares, como contrapartida à participação de docentes do curso em ações de formação específicas junto desses meios de comunicação social;

h) Deve ser avaliada a criação de um Conselho Consultivo do curso que integre coordenação/direção, representantes de centros de investigação associados ao curso, Professores Jubilados, antigos alunos, jornalistas de referência e empresários de *media*, com o propósito de avaliar a forma como o plano de estudos se inter-relaciona com as necessidades do mercado sem ficar refém delas e, simultaneamente, participa no

questionamento da lógica que o estrutura. Um olhar externo afigura-se decisivo para a consolidação do próprio projeto formativo;

i) Deve ser promovida a permanência dos alunos, por curtos períodos de tempo, em ambiente profissional, com o propósito de observarem as rotinas e desenvolverem pequenos trabalhos de investigação, que resultem dessas missões de observação. Essas participações, a ocorrerem em períodos específicos, que não coincidam com o tempo letivo (eventualmente cinco dias antes da pausa letiva do Natal e outros cinco após a pausa letiva da Páscoa), devem ser associadas a unidades curriculares específicas, acompanhadas pelos docentes responsáveis por essas uc, e os trabalhos concretizados pelos alunos devem integrar o plano de avaliação das unidades curriculares em causa. Idealmente, essas presenças devem ser associadas a diversas áreas de saber e envolver diversos docentes;

j) A vertente de jornalismo deve organizar a visita de alunos a diversas entidades públicas (Parlamento, autarquias, ministérios, tribunais, hospitais, forças armadas, polícias, proteção civil, etc.) no sentido de observar, no local, formas de organização, funcionamento e missão pública. Esta tarefa deve ser associada à uc de Funcionamento do Estado e Problemas Sociais, uma unidade curricular que integra a nossa proposta de modelo de formação.

A quarta proposta debruça-se sobre o caso específico dos estágios no primeiro ciclo. A análise das experiências relatadas pelos alunos estagiários, que integram o nosso painel, permite-nos identificar duas tendências comuns aos seis cursos: por um lado, a forma como o curso não evita que os alunos cortem os laços com o estabelecimento de ensino, durante toda a fase de estágio, limitando-se a nomear orientadores que não exercem a função ou, simplesmente, abandonando os alunos à sua sorte, permitindo que enfrentem sozinhos a complexidade da incursão no mundo profissional; por outro, consequência direta desse abandono, a incapacidade, revelada pelos cursos, em cativar os alunos para prosseguimento de estudos de segundo ciclo.

Estas duas situações induzem o reequacionamento do papel do estágio no primeiro ciclo.

A aplicação da reforma de Bolonha é particularmente sensível no capítulo da redução do tempo letivo dos cursos de primeiro ciclo. Esta redução é comentada, de forma crítica, pela maioria dos professores do nosso painel, mas recebe o mesmo enfoque negativo das empresas de *media* que participaram no nosso estudo. Estas opiniões contribuem para que questionemos a existência do estágio no primeiro ciclo, nos moldes praticados pelos seis cursos. Observámos a existência de três modelos de estágio: o corte, liminar, dessa via de contacto privilegiado com o mercado, com o argumento de que esse corte resulta da redução imposta por Bolonha (UNL; ULP); fazer depender a obtenção do diploma da frequência de um semestre de estágio (o que reduz a expressão letiva do curso a cinco semestres), que o estabelecimento de ensino acompanha à distância, sem estabelecer pontes efetivas com o aluno no local de estágio, ou com a empresa de acolhimento (ESEC, UP); e a situação intermédia de atribuição ao estágio de um conjunto de créditos equivalente a uma ou duas unidades curriculares (ISMAI, CJ - nove créditos). Esta situação intermédia deveria pressupor uma ligação dos alunos às empresas correspondente ao peso curricular do estágio, com o consequente reforço da supervisão do estabelecimento de ensino; contudo os alunos têm de cumprir as regras das empresas, que não distinguem estágios curriculares. Nestes casos, não são detetáveis os sinais de reforço do acompanhamento aos alunos por parte das duas escolas.

Na nossa proposta, o estágio assume um papel determinante no primeiro ciclo, distanciado, todavia, das práticas que observámos.

Entendemos que o contacto com o mercado é fundamental para o aluno, mas deve ser estabelecido de forma faseada e progressiva, ao longo de todo o primeiro ciclo, a juntar aos outros momentos de ligação que enunciámos. Assim, como já salientámos, a estratégia de coordenação deve definir o modelo de incursão dos alunos no mercado e associá-lo às diversas unidades curriculares do plano de estudos, independentemente de se tratar de uma disciplina mais teórica ou mais prática. Os primeiros dois semestres do percurso formativo, normalmente mais teóricos, não deverão dispensar o estabelecimento dessas pontes, proporcionando aos alunos a possibilidade de trabalharem modelos teóricos associados à ação jornalística, observando práticas

quotidianas. O que preconizamos, para estes dois primeiros semestres, é o estabelecimento de pontes de contacto entre os docentes das uc teóricas, que tenham no programa o estabelecimento dessas pontes, a definição conjunta das práticas que serão observadas e dos ângulos de observação, de forma a limitar o tempo de permanência dos alunos na redação. Preferencialmente, esses docentes poderão requerer a colaboração dos docentes mistos, responsáveis pelas uc práticas, para aprofundamento da idiosincrasia da redação e agilizar o contacto com as empresas jornalísticas. Na lógica da aproximação progressiva ao mercado, que defendemos no nosso modelo, a permanência dos alunos na redação deve ir aumentando à medida que as uc, classificadas como práticas, adquiram uma maior expressão nos planos curriculares, devendo, no terceiro ano, existir um período máximo de permanência do aluno na redação de um mês, coincidindo com o final do ano letivo, podendo ocorrer entre 15 de junho e 15 de setembro, de forma a que as notas finais possam ser lançadas até final de setembro. Essa permanência na redação deve estar associada a uma das unidades curriculares do terceiro ano que reflita a maior aproximação à profissão. Essa uc terá um docente regente, mas pela sua abrangência, contará com a colaboração de outros docentes, sobretudo dos que, nesse ano letivo, assumirem responsabilidades de orientação dos estágios. Os alunos poderão escolher o meio de comunicação social e a plataforma onde farão esse estágio, de entre o leque de opções que integrem o protocolo estabelecido pelo curso. O orientador do estágio poderá ser escolhido de acordo com a área de trabalho que o aluno desenvolver nesse contacto com a empresa. Anualmente, a coordenação nomeará docentes das diversas áreas para assumirem responsabilidades de orientação. Durante esse mês de estágio, o aluno desenvolverá um programa de trabalho previamente definido com o orientador. A permanência na empresa incidirá, sobretudo, na observação das práticas quotidianas, com o propósito claro de produzir um trabalho académico de reflexão sobre essas práticas. Ao contrário do que acontece nos casos que analisámos, o trabalho académico não deve restringir-se ao relato diacrónico da experiência do aluno, sem a associação a uma dimensão reflexiva que, verdadeiramente, atribui sentido e utilidade a essa experiência. Nos casos que analisámos, o mero relato resulta da edificação de uma linha de fronteira entre os

dois mundos: o académico, que o aluno deixou definitivamente para trás, e o profissional, que, obsessivamente, pretende integrar.

Os diversos contactos, que o aluno de primeiro ciclo estabelecer com o mercado, representam, exclusivamente, momentos de entrecruzamento da prática com os modelos teóricos aprofundados ao longo do percurso, devendo o respetivo desenho, e aplicação do mesmo, ser da responsabilidade do estabelecimento de ensino. Os docentes responsáveis pelas unidades curriculares promotoras dessas pontes nos primeiros quatro semestres do curso, e o docente orientador do estágio de um mês, associado a uma unidade curricular do sexto semestre, devem interagir com o aluno como em qualquer outro processo de aprendizagem integrado no programa da respetiva unidade curricular.

A análise que fizemos dos diversos planos curriculares e o aprofundamento do impacto nos alunos das matérias apreendidas demonstra-nos, de forma clara, que um percurso de seis semestres não prepara o aluno para uma integração autónoma no mercado. O contacto diário com a rotina profissional só deve ser assumido depois de exploradas as vias de interligação entre prática e teoria, e esse processo deve ser aprofundado no segundo ciclo. O estágio é o tempo em que o aluno pode, finalmente, provar que está apto a apreender a complexidade da profissão. Um bom desempenho representa uma oportunidade de contratação, pelo que, incursões autónomas titubeantes, porque assumidas antes do tempo, podem representar o efeito contrário.

Nos casos em que o aluno, de segundo ciclo, optar por seguir jornalismo (ação profissional), o estágio curricular de três meses, equivalente a um semestre, não deve, apesar da autonomia defendida, representar um corte com a componente letiva da formação.

A quinta e última proposta enuncia e concretiza o estabelecimento de pontes com universidades estrangeiras e portuguesas.

Com o propósito de estudar formas funcionais de interligação entre teoria e prática no interior dos currículos e analisar pontes bem-sucedidas da academia com o mercado, os cursos devem promover laços com universidades estrangeiras, onde essas experiências ocorram, e desenvolver idêntico esforço de entrecruzamento, com os

mesmos propósitos, a nível nacional. Para tal, deverão ser dados alguns passos concretos:

a) Incentivar a aplicação de programas de intercâmbio de docentes entre universidades estrangeiras, onde a experiência portuguesa possa ser confrontada com a de outras realidades geográficas. A introdução de práticas de docência e de conteúdos curriculares de países que já consolidaram o jornalismo, enquanto disciplina académica, será decisiva no necessário processo, de longo prazo, de refundação do ensino da área em Portugal. Os programas de intercâmbio, que atualmente existem, dependem muito do voluntarismo dos docentes, não integrando a estratégia de coordenação; a nossa proposta pressupõe que essa troca de experiências se transforme numa prática regular, consubstanciada, não apenas, na deslocação de docentes a outros países, para desenvolverem programas curriculares específicos, como já acontece, mas, igualmente, na frequência de ações de formação em áreas estratégicas para as coordenações dos cursos, cujo resultado possa, posteriormente, ser transmitido ao corpo docente. Deverá ser feito um esforço para que as boas práticas, observadas nessas incursões, sejam discutidas e integradas no plano de estudos;

b) Tornar regular o intercâmbio de docentes entre os diversos cursos da área a nível nacional, seguindo o guião definido no ponto anterior;

c) Promover a criação de associações de docentes dos diversos cursos, organizadas por área de saber, com o propósito de estabelecer algum grau de uniformização de programas curriculares específicos e da bibliografia nas unidades curriculares dessas áreas; o resultado dessas discussões seria, posteriormente, transmitido às direções/coordenações dos cursos, podendo as conclusões ser aplicadas depois de previamente discutidas com o corpo docente.

### **Plano de Estudos**

A nossa proposta pressupõe uma articulação direta entre o primeiro e o segundo ciclo, partindo do princípio de que a conclusão do primeiro ciclo não prepara o aluno para uma integração autónoma no mercado. Essa maior interligação entre os dois ciclos, ao mesmo tempo que, no segundo ciclo, abre uma via de investimento na especialização

em áreas de interesse do futuro profissional, elege o estágio elemento de ligação ao mercado; a um outro nível, o segundo ciclo pode criar, igualmente, as condições para um trajeto académico mais centrado na investigação. Esta articulação, entre os dois ciclos de estudo, entrega ao primeiro ciclo a responsabilidade pela formação geral (de base) e a formação especializada ao segundo.

O curso de ciências da comunicação, variante de jornalismo, deve adotar um tronco comum nos primeiros três semestres, devendo o aluno ter a possibilidade de começar a frequentar unidades curriculares específicas da variante a partir do quarto semestre. Libertadas da componente exclusivamente prática, que caracteriza a maioria das uc da variante de jornalismo nos cursos que analisámos na nossa investigação de doutoramento, e estabelecendo interligações com a comunicação e com as ciências sociais e humanas, que lhes garantem maior abrangência, as unidades curriculares de jornalismo poderão, assim, assumir uma maior expressão nos planos de estudo. Neste sentido, a nossa proposta prevê a atribuição de um peso semelhante à variante e ao tronco comum.

Na nossa proposta, o tronco comum soma 75 créditos e a variante 85, totalizando 160 créditos. Para completar os restantes 20, o aluno pode selecionar unidades curriculares de entre a oferta do estabelecimento de ensino de acolhimento do curso, incluindo unidades das outras variantes; em ambos os casos, o aluno pode investir em áreas de interesse individual, ou que considere complementares do jornalismo. A seleção desses 20 créditos pode gerar um aprofundamento da articulação com o segundo ciclo, se a escolha promover a constituição de uma base teórica de áreas especializadas do jornalismo.

### ***Tronco Comum***

Ao nível do tronco comum, a nossa proposta recupera parte da oferta já identificada nos diversos cursos (Comunicação e Ciências Sociais; Teoria da Comunicação; Sociologia da Comunicação; Antropologia da Comunicação; Filosofia da Comunicação; Economia da Informação; Semiótica; Discurso dos Media) e sublinha a necessidade de existirem outras unidades complementares.

O objetivo central do tronco comum consiste na afirmação da comunicação como a casa natural do jornalismo, na integração da dimensão do público (e do que essa integração representa nas profissões da comunicação, implicando o reforço da componente ética) e na clarificação das fronteiras entre jornalismo, relações públicas e publicidade. Vão neste sentido as unidades curriculares, complementares à oferta existente, que propomos: História da Comunicação; Público, Cidadania e Ética Profissional; Jornalismo/Relações Públicas e Publicidade; Comunicação e Política; Portugal Contemporâneo no Contexto Global; Literatura e Narrativas Visuais.

### **Variante**

A variante reforça a componente reflexiva, estabelecendo uma ponte direta com os quadros conceituais trabalhados no tronco comum. Essa dimensão reflexiva incorpora o estudo da missão e valores do jornalismo e a avaliação dos efeitos do mercado e da tecnologia na ação quotidiana. A partir desta incorporação, a variante deve trabalhar a dimensão do público e a comunicação gerada no decurso do processo de produção informativo. As unidades curriculares que propomos para a variante constituem um polo de valorização do jornalismo, distinguindo-o dos demais subcampos específicos da comunicação: Jornalismo e Mercado (a identificação do papel que o mercado exerce no jornalismo e dos constrangimentos que essa dimensão provoca à ação profissional quotidiana); Jornalismo e Tecnologia (interpretação da relação que a tecnologia estabelece com o jornalismo e do lugar que aquela ocupa); Funcionamento do Estado e Problemas Sociais (análise do funcionamento do país e do Estado e identificação dos problemas sociais que podem pôr em causa esse funcionamento); Jornalismo, Mutação dos *Media* e Especificidade das Plataformas Mediáticas (análise da evolução tecnológica que, ao longo das épocas, teve especiais reflexos nos dispositivos tecnológicos de distribuição das mensagens e avaliação dos efeitos dessa evolução no conteúdo dessas mensagens); Elementos do Jornalismo (promove a interligação entre o tronco comum e as uc da variante. Identifica cada um dos elementos centrais do jornalismo e analisa-os profundamente, detalhando a forma como o mercado e as novas tecnologias influenciaram a aplicação desses elementos); Direito e Deontologia Profissional (analisa

o campo legal do jornalismo, o edifício legislativo que regula a ação profissional e o funcionamento dos *media* e o estatuto dos jornalistas); Jornalismo e Literacia Mediática (convoca, de novo, o conceito de público e foca-se na interseção entre a nova centralidade, potenciada pelas novas tecnologias digitais, e a produção jornalística, detalhando a nova responsabilidade do jornalista e do público; Sustentabilidade do Jornalismo e Empreendedorismo (reflete sobre o futuro do jornalismo de qualidade. Discute novas soluções de negócio que, por um lado, salvaguardem a essência do jornalismo e que, por outro, não imponham a transformação do jornalista num gestor); A Notícia (avalia a função social da notícia ao longo das épocas e a forma como ela se transformou na base do jornalismo profissional, cujas raízes remontam ao século XIX. Avalia o que é notícia e discute os critérios de noticiabilidade; A Reportagem (aprofunda as origens da reportagem, reconhecendo os elementos distintivos que, ao longo das épocas, lhe foram conferindo a especificidade que a transformou no chamado "género nobre" do jornalismo; Jornalismo de Investigação (parte da missão do jornalismo e do papel que ele desempenha na preservação da democracia, para enunciar as especificidades associadas à investigação - ao nível dos métodos de trabalho, missão e grau de compromisso com os valores que moldam a profissão); Jornalismo de Proximidade (avalia a especificidade - e os condicionalismos - da ação quotidiana exercida fora dos grandes centros, onde as comunidades de proximidade refletem uma tendência para a valorização das elites, marginalizando os atores sociais que não alinham na promoção do falso consenso, imposto a partir do topo, instigador da manutenção do estado das coisas).

### ***Ação Jornalística (Laboratórios)***

As uc de ação jornalística devem afirmar o primado dos géneros jornalísticos. O jornalismo não deve ficar refém da forma, imposta pela especificidade das plataformas distribuidoras, ainda que os alunos desenvolvam competências que lhes permitam adaptar a ação profissional quotidiana aos diversos meios.

O investimento dos programas nos géneros jornalísticos deve estabelecer compromisso, sobretudo, com a reportagem. Estas abordagens serão testadas, no final

do percurso académico de primeiro ciclo, no laboratório privilegiado da academia. Esta dimensão laboratorial do plano de estudos é, como lhe chama Carlos Chaparro, a "espinha dorsal" do curso - o espaço de atração e de integração das diversas vertentes do saber, exploradas ao longo do processo formativo (*apud* Pinto, 2004: 101-103).

Escrita Jornalística (debruça-se sobre as características do texto jornalístico, que detalha, e a forma como ele se deve adaptar à especificidade de cada uma das plataformas mediáticas); Laboratório Jornalísticos: A Notícia (o objetivo final deste processo, centrado na notícia e em todo o seu processo de produção, é a publicação nos órgãos de comunicação social internos, ou naqueles com quem o curso estabeleça laços privilegiados); Laboratório Jornalístico: A Entrevista (a funcionar nos mesmos moldes e com os mesmos objetivos); Laboratório Jornalístico: a Reportagem/Estágio (o dobro do tempo letivo e dos créditos; a síntese integral de todo o percurso formativo. Tal como nos laboratórios de notícia e entrevista, o aluno é desafiado a mobilizar todos os conceitos apreendidos no curso, estando, para tal, prevista a participação de docentes das diversas áreas. Esta uc estabelece, igualmente, as pontes privilegiadas de interseção dos alunos com o ambiente semiprofissional (órgãos de comunicação social internos) e profissional (meios de comunicação social exteriores ao *campus*), nas diversas modalidades: observação de rotinas, discussão das mesmas em ambiente de sala de aula, produzindo reflexão sobre elas; ação jornalística: produzindo e concretizando reportagens nos órgãos de comunicação social internos e acompanhando repórteres em ambiente profissional, estruturando, posteriormente, guiões de apresentação das reportagens acompanhadas, que serão apresentados e discutidos em aula.

### **Referências Bibliográficas**

CAREY, James W. 2000a, "*Recensão*" de *Rich Media, Poor Democracy: Communication Politics in Dubious Times*, de Robert W. McChesney, vol 54, nº 2, ("Nieman Reports") 67-68, disponível em <http://www.nieman.harvard.edu/reports/article/101943/Journalism-and-Democracy-Are-Names-for-the-Same-Thing.aspx> (policopiado em fevereiro de 2013).

COELHO, Pedro, 2005, *A TV de Proximidade e os Novos Desafios do Espaço Público*, Lisboa, Livros Horizonte.

FIDALGO, Joaquim, 2004, "Jornalistas: um perfil socioprofissional em mudança", nº 5 ("O Ensino do Jornalismo, Revista Comunicação e Sociedade"), 63-74.

GARCIA, José Luís; 2009, "Principais tendências de profissionalização dos jornalistas no período pós-transição democrática ", José Luís Garcia (org.), *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 63-91.

Página | 24

KROEGER, Brooke, 2002, "Journalism with a scholar's intent", in Amy Atkins; Andrew O' Hehir; Jay Rosen, (org.), *Zoned for Debate (essays)*, New York, NYU, disponível em <http://journalism.nyu.edu/publishing/archives/debate/forum.1.index.html>, policopiado em outubro de 2005.

MARINHO, Sandra, 2011, *Formação em Jornalismo numa Sociedade em Mudança*, Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Universidade do Minho.

MEDITSCH, Eduardo, 2004, "A formação para a praxis profissional do jornalista: uma experiência inspirada em Paulo Freire", nº 5, ("O Ensino do Jornalismo, Revista Comunicação e Sociedade"), 25-38.

PINTO Manuel et al, 2004, "Debater a formação em jornalismo é debater o próprio jornalismo, entrevista com o professor Manuel Chaparro", nº5, ("O Ensino do Jornalismo, Revista Comunicação e Sociedade"), 95-107.

PINTO, Manuel, 2004, "O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal: crise de crescimento e notas programáticas", nº 5, ("O Ensino do Jornalismo, Comunicação e Sociedade"), 49-62.

SUBTIL, Filipa, 2009, "Anotações sobre o processo de feminização do jornalismo na década de 1990", in José Luís Garcia, (org.), *Estudos sobre os jornalistas portugueses*, Lisboa, ICS.

ZELIZER, Barbie, 2004, *Taking journalism seriously, news and the academy*, Londres, Sage.

## O ensino do Jornalismo Radiofônico na ESEP e na UNITAU: duas experiências em recantos de Portugal e do Brasil<sup>1</sup>

Lourival da Cruz Galvão Júnior<sup>2</sup> Página | 25

[galvaoir@usp.br](mailto:galvaoir@usp.br)

### Resumo

A formação em Jornalismo Radiofônico em Portugal e no Brasil submete-se, nos últimos anos, a adequações que visam contextualizar as ações teórico/práticas à presença massiva das novas tecnologias digitais e à convergência da rádio com outros media na Web. Instituições de Ensino Superior, nos dois países, vivenciam experiências que buscam promover a aderência do ensino à realidade. Este trabalho tem o propósito de apresentar trabalhos relativos à formação em Jornalismo Radiofônico em dois grandes centros de Ensino Superior instalados em relevantes regiões do interior de Portugal e do Brasil, sendo respetivamente o curso de Jornalismo e Comunicação da Escola Superior de Educação de Portalegre (ESEP) e o curso de Jornalismo do Departamento de Comunicação Social da Universidade de Taubaté (UNITAU). Observaram-se, neste estudo, importantes semelhanças nas atividades empreendidas nas duas Instituições Educacionais, que ainda indicaram distinções decorrentes de suas caracterizações regionais.

Palavras-chave: Formação Acadêmica; Jornalismo Radiofônico; Tecnologias Digitais; Convergência

### Abstract

Training in Radio Journalism in Portugal and Brazil submits, in recent years, the adjustments that to contextualize the theoretical/practices actions to the massive presence of new digital technologies and convergence of radio with other media on the Web. Higher Education Institutions in both countries, experience that seek to promote adherence education to reality. To present work on training in Radio Journalism in two major centers of higher education installed in relevant regions of the interior of Portugal and Brazil, respectively being: the course of Journalism and Communication of *Escola Superior de Educação de Portalegre (ESEP)* and the course of Journalism at the *Departamento de Comunicação Social da Universidade de Taubaté (UNITAU)*. Were observed in this study important similarities in the activities undertaken in the two educational institutions, which also indicated distinctions arising from its regional characterizations.

Keywords: Education; Radio Journalism; Digital Technologies; Convergence

---

<sup>1</sup> Texto estruturado a partir da variante linguística brasileira da Língua Portuguesa.

<sup>2</sup> Doutorando em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e professor de Radiojornalismo do Departamento de Comunicação Social da Universidade de Taubaté (UNITAU) – Brasil.

Conceituado como “instrumento que serve para atualizar o público por meio da divulgação, do acompanhamento e da análise dos fatos” (Barbosa Filho, 2009: 89), o gênero jornalístico radiofônico tem, no decorrer da história, se adaptado às influências de cada novo contexto no qual é inserido. Na atualidade, essa situação ocorre numa velocidade nunca antes notada, principalmente devido à convergência da rádio com outros media no ambiente virtual e por causa do uso massivo das tecnologias digitais por jornalistas e pelas audiências.

A rapidez na veiculação da notícia, que se apresenta como “unidade estrutural mínima da informação radiofônica, concisa, simples e formalmente neutra” (Prado, 1989: 48), somada a capacidade de mobilizar os ouvintes por intermédio do estímulo sensorial, tornam à rádio pioneira na divulgação dos fatos no momento em que eles ocorrem. A instantaneidade na emissão e na recepção sonora que antes era dependente apenas das ondas eletromagnéticas ganhou novo e amplo espectro devido à internet. “Mesmo nas transmissões ao vivo [em direto], os *sites* [sítios] podem disponibilizar os arquivos de áudio para que os ouvintes possam escutá-los posteriormente, *on demand*” (Ortriwano, 2003: 81).

Na era digital, o jornalismo radiofônico depara-se com um público que, em parte, preserva antigos hábitos de audiência e, em outra parte, renova comportamentos a partir da capacidade de interação amplificada pela configuração das novas tecnologias e do acesso à *Web*. Nesse sentido, torna-se imprescindível a formação de profissionais que estejam sintonizados ao novo contexto e não a um modelo de rádio analógico que se dilui com o tempo, uma vez que os avanços tecnológicos digitais estabelecem novos procedimentos de produção que são agregados às práticas já estabelecidas.

Inúmeras rádios no Brasil e em Portugal buscam uma reconfiguração produtiva que, na atualidade, ocorre de maneira intensa e gradativa. A imbricação entre *Rádio* e *Jornalismo*, evidente desde as primeiras emissões de ondas eletromagnéticas, constitui um novo *Radiojornalismo* ou *Jornalismo Radiofónico* – termos que designam um expressivo segmento da Comunicação responsável interpretar e transmitir à sociedade os fatos com determinada periodicidade com o propósito “de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum” (Maluly, 2013: 26).

No atual cenário, no qual o fazer jornalístico nas rádios se submete a uma reconfiguração de grande abrangência, insere-se também a formação universitária que tem a missão de capacitar profissionais críticos, socialmente comprometidos e preparados para atuar em medias que passam por transformações profundas, contínuas e sem volta. No tocante ao ensino do Jornalismo Radiofônico, o preparo dos estudantes aptos a encarar os desafios atuais exige, dos docentes, constante reavaliação e atualização dos conteúdos ministrados nas salas de aula e nos laboratórios. Tal condição é inerente a todas as instituições de ensino de nível superior, sejam elas situadas nos grandes centros urbanos ou nos rincões de cada nação.

Ao observar a afirmação de Cury e Barbosa (2012: 82) de que “o futuro do Jornalismo passa menos pela mídia que vai publicar o acontecimento e mais pela formação de profissionais, especialmente na universidade, para que estes aprendam as novas linguagens e saibam produzir notícias para a chamada era digital”, apresentam-se a seguir experiências educacionais relacionadas a formação em Jornalismo Radiofônico que são promovidas em duas expressivas instituições de Ensino Superior situadas em regiões do interior de Portugal e do Brasil, sendo respetivamente a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP/ESEP); e o Departamento de Comunicação Social da Universidade de Taubaté (UNITAU).

### **1. A Oficina de Jornalismo Radiofônico da ESEP**

Situado no Norte Alentejano ou Alto Alentejo, em meio ao Parque Natural da Serra de São Mamede e próximo à fronteira com a Espanha, o Concelho de Portalegre caracteriza-se como importante polo regional Português. De acordo com o sítio da Câmara Municipal de Portalegre<sup>3</sup>, o município tem uma população residente de pouco mais de 24.930 habitantes. As edificações históricas, muitas oriundas dos primórdios de Portalegre no século XIII, revelam uma localidade detentora de uma vasta riqueza cultural, paisagística e gastronômica, que também oferece opções de turismo rural e urbano. Neste último segmento destacam-se, dentre as diversas atrações, a Sé Catedral

---

<sup>3</sup> Informações disponíveis em: < <http://www.cm-portalegre.pt/pt/concelho/o-nosso-lugar-no-mundo-quem-somos-chegar>>. Acesso em: 05 fev. 2015.

e o Castelo de Portalegre e as Fortificações de Elvas, consideradas como Patrimônio da Humanidade pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* – UNESCO.

Outra vocação da cidade é o Ensino. Prova disso é o Instituto Politécnico de Portalegre (IPP) que, segundo a Wikipedia<sup>4</sup>, atrai para a cidade cerca de 3.500 alunos, ou seja, quase 20% da população que reside de forma permanente. A instituição pública de Ensino Superior foi criada em 1980, sendo formada pelas seguintes unidades: Escola Superior de Educação (ESEP), Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG) e, em Portalegre, pela Escola Superior de Saúde (ESS) e, em Elvas, pela Escola Superior Agrária (ESAE). Em seu sítio na internet<sup>5</sup>, o IPP revela a intenção de promover, dentre outros aspetos, o desenvolvimento da região na qual seus cursos são oferecidos.

O Instituto Politécnico de Portalegre tem como uma das suas grandes preocupações o desenvolvimento regional, tendo uma forte relação com a comunidade envolvente. Por outro lado, preocupa-se em acompanhar a inserção profissional dos seus alunos, criando condições para a sua fixação na região. Apesar desta forte aposta regional, o IPP não descarta o intercâmbio e as relações externas nacionais e internacionais [Versão Eletrónica].

A formação em Jornalismo e Comunicação é promovida na ESEP desde 1994. Ainda na internet, a instituição informa que o curso oferecido nesse setor volta-se à formação de técnicos preparados para a prática profissional, “quer no domínio mais abrangente da comunicação, quer num dos perfis referidos, como: jornalistas nos diversos meios de comunicação social escrita, falada e audiovisual, de âmbito local, regional ou nacional” [Versão Eletrónica]. Para Mesquita e Ponte (1997), a estrutura curricular voltada ao Jornalismo e Comunicação da ESEP dá importância à componente de Línguas (Português e Línguas Estrangeiras), oferecendo como opcionais cadeiras direcionadas ao Jornalismo, como Ética e Deontologia do Jornalismo, Fotojornalismo e História da Imprensa Regional.

Outra atividade realçada no currículo são as “Oficinas de Produção Jornalística” que, de acordo com o Diário da República de 22 de fevereiro de 2008<sup>6</sup>, são oferecidas

<sup>4</sup>Informações disponíveis em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Portalegre\\_%28Portugal%29#Estabelecimentos\\_de\\_ensino](http://pt.wikipedia.org/wiki/Portalegre_%28Portugal%29#Estabelecimentos_de_ensino)>. Acesso em: 05 fev. 2015.

<sup>5</sup>Informações disponíveis em: <<http://www.ipportalegre.pt/html1/10%20Polit%C3%A9cnico.aspx>>. Acesso em: 05 fev. 2015.

<sup>6</sup>Informações disponíveis em: <[http://www.esep.pt/novos\\_cursos/apresentacao\\_cursos.php?id=5](http://www.esep.pt/novos_cursos/apresentacao_cursos.php?id=5)>. Acesso em: 05 fev. 2015.

aos estudantes no 2º ano/4º semestre (*Oficina de Jornalismo*) e no 3º ano/6º semestre (*Oficina de Jornalismo Radiofónico, Oficina de Jornalismo Televisivo e Oficina de Ciberjornalismo*). O tempo de trabalho destinado a cada oficina em seus respetivos períodos é de 150 horas. No caso específico da Oficina de Jornalismo Radiofónico, foco deste trabalho, nota-se que há uma intensa interação entre as ações teóricas promovidas em sala de aula e as atividades práticas realizadas em um amplo estúdio de áudio dotado de microfones, mesa de mixagem de som e computador com *softwares* para edição sonora, dentre outros equipamentos.

Joaquim Luís Bonixe<sup>7</sup> é o professor responsável pela formação acadêmica em Radiojornalismo na ESEP. De acordo com ele<sup>8</sup>, normalmente na terceira semana após as aulas teóricas, os alunos formam quatro grupos de cinco ou seis pessoas, em média, para a realização dos trabalhos práticos. Municiados de textos jornalísticos previamente redigidos por eles a partir do aprendizado de técnicas específicas à área, os estudantes gravam blocos noticiosos, editam e fazem a locução de noticiários com oito a dez minutos de duração. Outra ação prática é a intercalação, nos textos, de *registos sonoros* extraídos de entrevistas feitas previamente pelos alunos de Jornalismo e Comunicação da ESEP. “Temos uma forte componente prática no curso que é muito valorizada por nossos estudantes. [...] Quase todas as aulas são trabalhadas no estúdio de rádio. Nós fazemos com os alunos peças radiofônicas, portanto trabalho jornalístico”, salientou Luís Bonixe, que faz acompanhamento teórico e técnico dos estudantes no transcorrer dos processos que envolvem as atividades promovidas na oficina.

Inspirados em parte pelas produções emitidas por rádios informativas de grande audiência em Portugal como TSF, Antena 1 e Renascença, os noticiosos feitos pelos acadêmicos são disponibilizados na internet no *ESEP Jornal Digital*<sup>9</sup>, sítio onde as sonoridades radiofônicas convergem com conteúdos elaborados em outras oficinas da Instituição de Ensino, como as de Jornalismo Televisivo e Ciberjornalismo. As peças

---

<sup>7</sup> Professor Adjunto da Escola Superior de Educação de Portalegre diretor do curso de Jornalismo e Comunicação desta Escola. Jornalista atuante em Portugal é também Doutor em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL). Informações disponíveis em: <[http://cimj.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=313:luis-bonixe&catid=31:investigadores-integrados&Itemid=148](http://cimj.org/index.php?option=com_content&view=article&id=313:luis-bonixe&catid=31:investigadores-integrados&Itemid=148)>. Acesso em: 05 fev. 2015.

<sup>8</sup> Entrevista concedida em outubro de 2013.

<sup>9</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.esep.pt/esepjd/>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

radiofônicas ainda podem ser encontradas no *Youtube* e no *Facebook*. Segundo Bonixe, os trabalhos são também emitidos em direto para a faculdade, mediante a supervisão e posterior avaliação docente.

Todo o processo produtivo efetivado na *Oficina de Jornalismo Radiofónico*, que vai da gravação das chamadas, passa pela edição dos boletins e o agrupamento de todo o material no noticiário final, chegando à locução em direto, busca observar as rotinas de trabalho mantidas por rádios situadas no interior e nos grandes centros urbanos de Portugal com o intuito de aderir o Ensino à realidade vigente no mercado. A elaboração de vinhetas a partir da manipulação de programas de áudio como o *Adobe Audition* e o emprego da internet como plataforma difusora das ações acadêmicas atendem a duas situações também comuns àquelas vivenciadas pelas rádios portuguesas: a convergência de conteúdos na *Web* e o uso disseminado na sociedade das tecnologias digitais. Luís Bonixe salienta os objetivos dessa ação:

Nós tentamos trabalhar essa nova tendência, ou seja, essa ideia de que rádio já não existe só na forma, digamos, tradicional, mais também divulgada através da internet. As peças que fazemos não vão para uma rádio tradicional. Ao coloca-las em um sítio temos que fragmentá-las; torna-las mais pequenas (Depoimento obtido em entrevista).

Na avaliação dos alunos do curso de Jornalismo e Comunicação<sup>10</sup>, as atividades da *Oficina de Jornalismo Radiofónico* estimulam o aprendizado, tornando-o mais atraente e abrangente. “Aprendemos a mexer com os programas da internet, com as mesas do estúdio e com os microfones. Se formos para um trabalho ou para um estágio sem essa base com certeza teremos um caminho difícil a seguir”, destacou Patrícia Gargaté. “Eu nunca tinha mexido em qualquer programa de rádio, ou em mesa de mistura [de áudio] ou algo do gênero. Por isso trata-se de uma experiência nova que é fundamental para nós que vamos para a prática. Os alunos que saem de nossa escola saem com prática”, declarou Rui Canatário. “Nessas aulas práticas nós temos a possibilidade de experimentar, de errar e de aprender com os erros. O professor está sempre a nos dar apoio; nunca trabalhamos sozinhos”, frisou Eusébio Custódio. “Eu noto que as aulas práticas são mais numerosas do que as aulas teóricas. Mas o que temos nas

---

<sup>10</sup> Entrevistas obtidas em outubro de 2013.

aulas teóricas é encaixado nas aulas práticas e isso é muito importante”, finalizou Rita Veríssimo.

**Figura 1** – Orientação teórico/prática



**Figura 2** – Edição dos áudios



**Figura 3** – Locução em direto



**Figura 4** – Análise da emissão



Fotos: L. C. Galvão Júnior (Out. 2013)

## **2. O Radiojornalismo no Departamento de Comunicação Social da UNITAU**

Taubaté situa-se no interior do Estado de São Paulo, na região Sudeste do Brasil, no Médio Vale do Rio Paraíba do Sul. A localidade, chamada regionalmente de “Vale do Paraíba” por ser cortada pelo Rio Paraíba do Sul (que lhe dá nome) é ladeada por duas extensões montanhosas chamadas *Serra do Mar* e *Serra da Mantiqueira*, que abrigam reservas de fauna e flora da Mata Atlântica. Taubaté tem posição geográfica privilegiada, pois se mantém próxima das três principais capitais brasileiras: Rio de Janeiro (280 quilômetros de Taubaté), São Paulo (123 quilômetros) e Belo Horizonte, em Minas Gerais (650 quilômetros). O município ainda é cortado pela principal rodovia do país – a

Presidente Dutra, que faz a ligação entre São Paulo e Rio de Janeiro. A importância geográfica de Taubaté destaca-se no contexto económico e social brasileiro:

As facilidades de transporte, com duas rodovias de acesso a São Paulo, além das ligações com o Litoral Norte, Campos do Jordão, Minas Gerais e Rio de Janeiro; com rede ferroviária, que garante acesso ao sistema portuário e a proximidade com aeroportos de São José dos Campos, Guarulhos, Campinas e São Paulo, fazem Taubaté um ponto estratégico para os investimentos. Além do mais, a cidade está situada no eixo expandido da região metropolitana de São José dos Campos, pólo industrial e tecnológico que tem apresentado picos de crescimento, tanto na captação de investimentos, como na arrecadação (Costa, 2005: 24).

Conforme o censo feito em 2010 pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Taubaté tem pouco mais de 278 mil habitantes. Fundada em 5 de dezembro de 1645, data de elevação à condição de vila, a cidade foi na primeira metade do século passado o principal centro urbano da região onde está inserida, ocupando atualmente o *status* de segundo maior município. No segmento económico, Taubaté destaca-se pela pujança no setor industrial devido à presença de empresas automobilísticas, como Ford e Volkswagen; e de telecomunicações, como a LG Electronics. O setor de serviços e de comércio é também crescente, marcado principalmente pela existência de dois grandes Shopping Centers que atraem consumidores de várias cidades circunvizinhas. Segundo o IBGE, o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano da cidade é o 21º do Estado de São Paulo e o PIB – Produto Interno Bruto situa-se como o 53º do Brasil.

Assim como Portalegre, Taubaté possui diversos atrativos turísticos e culturais, sendo ainda a terra natal do escritor José Bento Monteiro Lobato, autor do *Sítio do Pica-pau Amarelo*, obra literária infantil que ganhou o mundo por intermédio das produções televisivas. Outra semelhança mantida com a cidade portuguesa relaciona-se à vocação educacional. Prova disso é a Universidade de Taubaté, conhecida pela sigla UNITAU, que possui mais de 15 mil alunos que dispõem de 99 laboratórios, acervo bibliográfico com mais de 240 mil obras e 53 grupos de pesquisa nas áreas de Humanas, Biociências e Exatas. Desde sua criação, há 40 anos, a Instituição Municipal de Ensino Superior atua sob a forma de autarquia educacional de regime especial, sendo a responsável por graduar, ao longo de sua existência, mais de 90 mil estudantes<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Informações disponíveis em: < <http://www.unitau.br/a-unitau/a-universidade/>>. Acesso em 20 fev. 2015.

Criado em 1979, o Departamento de Comunicação Social da UNITAU formou mais de 2.500 alunos nas habilitações de Jornalismo, de Publicidade e Propaganda e de Relações Públicas. Os cursos, que têm duração de quatro anos ou oito semestres, contam com diversificada gama de disciplinas em sua estrutura curricular, visando formar profissionais aptos a atender às expectativas cada vez mais distintas dos setores vinculados à Comunicação Social. No tocante ao Jornalismo, o currículo oferece aos alunos disciplinas de viés prioritariamente teórico, como Filosofia, Sociologia, Teoria Política e Geopolítica; ou de escopo predominantemente prático, como Fotojornalismo, Telejornalismo e Radiojornalismo – está última foco deste trabalho.

A formação em Jornalismo Radiofônico ocorre no segundo e terceiro semestres, iniciando com a disciplina *Radiojornalismo* e finalizando com *Produção e Edição em Rádio*. Cada período semestral dispõe de uma carga de 80 horas para a realização das atividades teórico/práticas. A formação acadêmica está sob a responsabilidade de três docentes com ampla experiência profissional na área: Lourival da Cruz Galvão Júnior, Robson Luis Monteiro e Gerson Mário de Abreu Farias<sup>12</sup>.

Em *Radiojornalismo*, os conteúdos teóricos apresentam maior concentração, sendo as ações práticas aplicadas gradativamente no transcorrer das aulas. O propósito é disponibilizar aos estudantes uma série de conhecimentos específicos que permitirão compreender as origens, a evolução e as tendências futuras do Jornalismo Radiofônico. Fazem parte das ações empreendidas nesta disciplina a análise da estrutura funcional do jornalismo em rádio, a aplicação da linguagem radiofônica jornalística e a apresentação das técnicas específicas de Radiojornalismo, com a produção de textos radiofônicos, de jornais radiofônicos e jornais diários de rádio. As experiências iniciais com a produção e a apresentação de pequenos textos informativos ocorrem no laboratório de rádio do departamento, que dispõe de equipamentos para produção sonora e de um estúdio para locução. Há em anexo ao estúdio uma sala de aula onde os alunos simulam reportagens externas em direto ou recebem instruções sobre as tarefas acadêmicas.

---

<sup>12</sup> Os três professores ainda são Mestres em Linguística Aplicada pela Universidade de Taubaté.

Em *Produção e Edição em Rádio*, a elaboração das peças radiofônicas de perfil jornalístico é priorizada e ampliada em maior número, sendo o conteúdo teórico resgatado durante o processo de manufatura do material. A disciplina é prioritariamente prática, com foco na elaboração de diferentes estilos de noticiário radiofônico, na realização de entrevistas de estúdio e de grandes reportagens externas gravadas e na edição produção de roteiros de programas jornalísticos no rádio. Há espaço para o Radiojornalismo Esportivo, com a simulação de reportagens voltadas a esse segmento e o acompanhamento de locução em formato *off tube* de futebol, ou seja, a narração de uma determinada partida ocorre no estúdio, utilizando para isso as imagens emitidas pela televisão. A última atividade é marcada pela elaboração de um radio documentário gravado, onde devem ser expostos todos os elementos teóricos e práticos apresentados no decorrer do semestre. Todas as atividades são feitas em grupos, formados por cinco a seis alunos, em média.

No tocante às tecnologias digitais e a convergência com outros media na *Web*, as disciplinas destinadas à formação em Jornalismo radiofônico contavam apenas com um sítio na internet<sup>13</sup> criado pelo professor Gerson Mário, onde estão expostos trabalhos elaborados por alunos em anos passados. Mais recentemente os docentes buscam implantar trabalhos direcionados a manipulação de *softwares* de edição de áudio, como o *Audacity*. A medida, além de atender demandas relativas à rádio na *Web* e as novas tecnologias, busca suprir carências identificadas pelos alunos em pesquisa que realizei em 2013 no Departamento de Comunicação Social.

O levantamento quantitativo atingiu as turmas dos períodos matutino e noturno de Jornalismo e teve a intenção de moldar um perfil dos alunos, bem como a relação deles com a rádio. A pesquisa revelou que os estudantes do curso de Jornalismo do Departamento de Comunicação Social da UNITAU são predominantemente jovens, vivem na cidade na qual está instalada a Instituição onde estudam ou então moram em municípios próximos a ela. Os estudantes revelaram acompanhar de forma esporádica as notícias divulgadas por jornais e revistas impressos. A televisão é vista com frequência pelos académicos e a internet é a mídia mais usada para obter informações.

---

<sup>13</sup> Informações disponíveis em: < <http://radiolab-unitau.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 Jan. 2015.

O rádio foi pouco lembrado pelos alunos, sendo o veículo menos citado como predileto ou que menos desperta o desejo de atuação profissional. A audiência dos alunos apresentou-se como diária, mas pequena na quantidade de tempo, ocorrendo no automóvel ou em casa e privilegiando o conteúdo musical que é ouvido de emissoras FM. Os alunos alegaram acompanhar com pouca frequência o Jornalismo Radiofônico. Apesar disso, a maioria afirmou ter a intenção de trabalhar numa rádio, caso ocorresse a oportunidade. Não obstante ao amplo uso da internet, em grande parte nas residências, os estudantes indicaram não manipular aplicativos ou *softwares* de edição áudio. Quase todos também não ouvem rádios *online*.

Durante as aulas, os alunos sugeriram empreender um maior uso de tecnologias digitais para exposição dos conteúdos teóricos, além da ampliação no uso dos meios tecnológicos atuais nas atividades práticas. Essa constatação indicou a necessidade de potencializar o uso diversificado dos computadores e da internet, antes empregados prioritariamente para elaboração de pautas ou de textos jornalísticos. O levantamento também revelou que era preponderante avaliar lacunas estruturais e logísticas, como a carência de tecnologias digitais em sala de aula e a atualização dos equipamentos existentes nos laboratórios de rádio e de informática – condições que são objeto de análise da Instituição de Ensino desde a aplicação da pesquisa.

Apesar da boa avaliação que fizeram das atividades práticas, os universitários ressaltaram a premência de um maior uso dos meios tecnológicos digitais. Já as atividades teóricas, que tiveram também o conteúdo elogiado, careciam na opinião dos alunos de maior dinamismo e de mais exemplos práticos. Concluiu-se, após análise dos dados coletados, a existência de indícios de desfasagem dos conteúdos teórico/práticos ministrados que aparentaram vinculação a uma formação de tendência tradicional e voltada ao rádio analógico, o que permitiu deduzir que as disciplinas devem privilegiar uso contextualizado das tecnologias digitais e a atual fase convergente do rádio.

Mediante as constatações, tem-se promovido nas salas de aulas e no laboratório uma readequação do ensino com vistas à aderência a realidade da rádio, media cada dia mais envolvo no emaranhado das teias que conectam os indivíduos não apenas de forma local, mas fundamentalmente global. Deduz-se que o escopo mantido na formação em

Jornalismo Radiofônico na UNITAU deve-se, em parte, pelo caráter regional do curso oferecido pelo Departamento de Comunicação Social. Esse viés, apesar de louvável, merece compreender aspectos mais amplos, uma vez que a nova condição na qual se insere a sociedade exige abordagens que atendam as carências vigentes e vindouras.

**Figura 5 –** Locução em direto



**Figura 6 –** Narração Esportiva



**Figura 7 –** Equipamentos



**Figura 8 –** Alunos de Radiojornalismo



Fotos: Acervo – Laboratório de Rádio / UNITAU

### 3. Considerações finais

As ações relativas à formação em Jornalismo Radiofônico na ESEP, em Portalegre, e na UNITAU, em Taubaté, revelaram semelhanças que merecem ser ressaltadas. A primeira delas refere-se à predisposição regional de ambos os cursos, que são referência nas localidades onde estão instalados. Em Portugal e no Brasil, as instituições de Ensino Superior que foram abordadas neste trabalho atraem alunos não apenas pela qualidade dos cursos oferecidos, mas também pela possibilidade de permitir aos acadêmicos a

ampla expressão, na prática dos laboratórios, do aprendizado teórico adquirido nas salas de aula.

As estratégias de aplicação das técnicas jornalísticas na rádio é outro ponto em comum entre os cursos, uma vez que os esforços docentes não são centrados na mera manipulação de equipamentos, mas na compreensão do que é rádio e de como esse media se manifesta na atualidade. O perfil dos estudantes e o desejo deles em aprender a profissão são aspetos análogos às instituições e que puderam ser facilmente observados nas entrevistas feitas em Portalegre ou na pesquisa empreendida em Taubaté. Apesar dos resultados positivos obtidos ao longo do tempo, os docentes que respondem pela formação em Jornalismo Radiofônico expuseram-se como cientes da necessidade de empreender esforços no sentido de atualizar suas ações, aproximando os estudantes da realidade profissional na qual os medias são submetidos.

Atingida por transmutações que se intensificam por conta da disseminação de novos aparatos tecnológicos e da convergência no ambiente digital enfrenta, a formação acadêmica em Portugal e no Brasil depara-se com o desafio de capacitar profissionais que, em primeiro lugar, devem prezar pelas premissas do Jornalismo. A operação de *softwares* e o manuseio de artefactos de última geração revelaram-se como importantes a essa intenção. Porém, estar conectado e dominar as tecnologias digitais não são aptidões que suplantam o ensino, como mostraram as ações empreendidas nos cursos focalizados neste trabalho.

Verificou-se ainda que não basta apenas operar equipamentos, mas compreender que eles são instrumentos que permitem a ponderação, a crítica e a construção coletiva do conhecimento. As tecnologias digitais foram apresentadas de maneira oposta aos modelos de carácter utilitarista que são disseminados por muitas instituições de ensino que veem, nas tecnologias vigentes, uma forma de conquistar novos públicos. O cuidado com a formação proporcionada nas salas de aula e laboratórios foi além das tecnologias, assim como o Jornalismo vai além da Rádio. Esses propósitos, observados nos casos analisados, revelaram que a intenção das disciplinas não foi provimento de habilidades instrumentais, mas a capacitação de profissionais aptos a compreender tudo aquilo que os envolve.

As experiências observadas no Brasil e em Portugal revelaram, prioritariamente, condições próximas àquela exposta por Mario Kaplún (2002), que enfatizou as mudanças empreendidas pelo educador Célestin Freinet no sistema educativo Francês no qual seus alunos estavam submetidos no início do século passado. Essas ações, que visaram suprimir o ensino repressivo, mecânico e dissociado da vida cotidiana a partir de soluções que superam as dificuldades estruturais e conjunturais à época, guardam proximidade com as iniciativas empreendidas em Portalegre e em Taubaté.

Nos casos pesquisados, o propósito de educar mostrou-se maior do que qualquer barreira e ou limitação, uma vez que prioriza a adequação do ensino a nova realidade. Constatou-se a busca pela superação de um dos maiores problemas atuais enfrentados no ambiente escolar: o esquema da classe frontal, na qual o aluno se vê como um ser passivo e reduzido a um recetáculo de conhecimento – alusão metafórica de Kaplún ao modelo bancário de Paulo Freire (*op. cit.*: 49-50).

Práticas do passado, como as de Célestin Freinet, bem como esforços do presente na formação em Jornalismo Radiofônico no Brasil e em Portugal apontam para duas premissas básicas que servem à proposta formulada por Kaplún. A primeira trata da apropriação do conhecimento que é catalisada quando os alunos são instituídos e potencializados como emissores, e não como recetores. A segunda entende que educar é envolver-se em um processo constituído por múltiplas interações, sendo que um sistema será cada vez mais educativo quanto mais rica for a trama de fluxos comunicacionais colocados à disposição dos estudantes (*op. cit.*: 60-61). Considera-se, por fim, a força da construção coletiva dos saberes como uma condição fundamental que deve ser extensiva e priorizada a todas as ações educacionais, como bem ocorre nas atividades empreendidas nas duas grandes Instituições de Ensino superior situadas no interior de Portugal e do Brasil.

## Referências Bibliográficas

Barbosa Filho, André. (2009) *Gêneros Radiofônicos: os formatos e os programas em áudio*. 2. ed. São Paulo: Paulinas.

Costa, Silvio L. (2005) *Taubaté: o local e o global na construção do desenvolvimento*. Taubaté: Cabral Editora.

Cury, Lucilene; Barbosa, Alexandre. (2012). *Em pauta: o jornalismo do futuro*. In: Cury, Lucilene (Org.). *Tecnologias digitais nas interfaces da Comunicação/Educação: desafios e perspectivas*. Curitiba: Editora CRV.

Kaplún, Mario. *Una pedagogía de la comunicación: el comunicador popular*. La Habana: Editorial Caminos, 2002.

Maluly, Luciano V. Barros. (2013) *O ensino do Radiojornalismo: experiências luso-brasileiras*. São Paulo: ECA/USP.

Mesquita, Mário e Ponte, Cristina. (1996/97) *Situação do ensino e da formação profissional na área do jornalismo*. Estudo elaborado para a representação da Comissão Europeia em Portugal, disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/mesquita-mario-ponte-cristina-Cursos-Com1.html> (documento policopiado em novembro de 2014).

Ortriwano, Gisela S. (2002/2003) *Radiojornalismo no Brasil: fragmentos de história*. São Paulo: Revista USP, n. 56, Dez/Fev 2002-2003. p. 66-85. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/56/10-gisela.pdf>>. (documento policopiado em Acesso em janeiro de 2013).

Prado, Emílio. (1989) *Estrutura da informação radiofônica*. São Paulo: Summus.

## Da fugacidade de uma carreira na investigação: linhas de um debate a partir de reflexões com jovens investigadores em Ciências da Comunicação da SOPCOM

Página | 40

Fábio Ribeiro<sup>1</sup>

[fabiofonsecaribeiro@gmail.com](mailto:fabiofonsecaribeiro@gmail.com)

### Resumo

A realidade da formação universitária em Portugal conheceu profundas alterações nos primeiros anos do século XXI, com a adaptação ao processo de Bolonha que exigiu remodelações de cursos e disciplinas, alargando o ensino a etapas outrora distantes, como o mestrado, doutoramento e pós-doutoramento. Paralelamente, a investigação científica encontrou novas dinâmicas, com o financiamento de projetos coletivos e políticas de formação avançada de recursos humanos, através de diversos concursos para atribuição de bolsas, num ritmo que hoje se debate com enormes dificuldades e retrocessos.

Estas dinâmicas incentivaram muitos jovens, que encontraram na ciência uma fonte de formação complementar e subsistência para um mercado de trabalho débil e com poucas oportunidades de aprendizagem. Inspirado por algumas destas movimentações, este texto propõe linhas para um debate sobre a realidade dos jovens investigadores em Portugal, mais concretamente na área das Ciências da Comunicação, conhecendo razões plausíveis para entrar no universo da investigação, dificuldades mais comuns, rotinas de publicação e deslocações a congressos, entre outros aspetos.

Palavras-chave: jovens investigadores; ciência; investimento; SOPCOM; Ciências da Comunicação.

### Abstract

University education in Portugal had to face huge shifting in the beginning of the 21<sup>st</sup> Century as the institutions needed to adapt to the Bologna Declaration, thus changing courses and subjects, providing students new horizons into Masters, PhD and Post-Doc programmes, a very distant reality one decade ago. In this regard, research has been fostered through specific funding for collective projects and fellowships, although currently facing impressive pitfalls and declining.

This new framework has been a key factor for the widespread interest of many young graduates in science, seeking new paths for education and escaping from few job opportunities. Inspired by some of these scenarios, this text intends to offer some contribution for a wide debate towards the circumstances of young scholars in Portugal, especially in the field of Communication Sciences, hence questioning motivations to work as a researcher, main struggles, publication routines and attendance to scientific events, just to name a few.

Keywords: young scholars; science; public funding; SOPCOM; Communication Sciences.

---

<sup>1</sup> Investigador integrado do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - Universidade do Minho.

## 1. A reinvenção da educação e da ciência a partir do processo de Bolonha

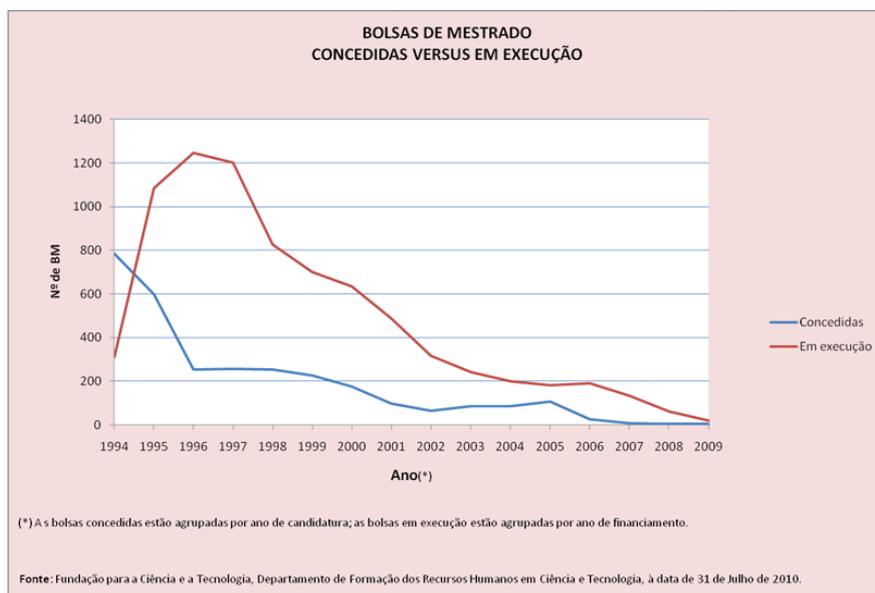
A implementação definitiva do Processo de Bolonha decorreu entre 2007 e 2010, no entanto há registos de reuniões entre os ministros da Educação europeus que desde 1999 procuravam formar um espaço europeu comum de ensino superior, seguindo uma filosofia idêntica à união económica, financeira e monetária. A ideia base consistia na possibilidade de um estudante europeu cumprir a sua formação universitária em qualquer Estado membro, através de uma adequação de um diploma de estudos comum a todo este espaço que permitisse a fácil inscrição de qualquer aluno numa instituição europeia, contactando com diferentes realidades e múltiplas experiências de ensino.

Para além de uma homogeneização dos *curricula* académicos, outros objetivos presidiram à implementação deste processo, segundo a Direção Geral de Ensino Superior (DGES)<sup>2</sup>: "promoção da mobilidade intra e extra comunitária de estudantes, docentes e investigadores (...) e o fomento da cooperação europeia em matéria de garantia de qualidade". Como refere o documento, julgou-se igualmente ajustado potenciar condições para solidificar um espaço europeu de investigação, "de modo a fortalecer a capacidade investigadora da Europa, de forma a melhorar a qualidade e a atratividade do ensino superior europeu".

Ora, a criação de uma dinâmica europeia de investigação constituiu também um eixo importante deste remodelado processo universitário. Por isso, uma das formas de observar superficialmente a evolução da ciência passa porventura pela análise do investimento público na área, através da concessão de bolsas (mestrado, doutoramento e pós-doutoramento) e financiamento a projetos de investigação, por exemplo. Em Portugal, é a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) a entidade responsável pela gestão dos fundos atribuídos à ciência e investigação no país, um órgão que faz parte do Ministério da Educação e Ciência de Portugal. Observemos algumas destas dimensões, recorrendo a estatísticas divulgadas pela FCT<sup>3</sup>, a partir da Ilustração 1 em que se pode avaliar a distribuição da concessão de bolsas de mestrado:

<sup>2</sup> Acedido através de [[www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Processo+de+Bolonha/](http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Processo+de+Bolonha/)], em 05/01/2015.

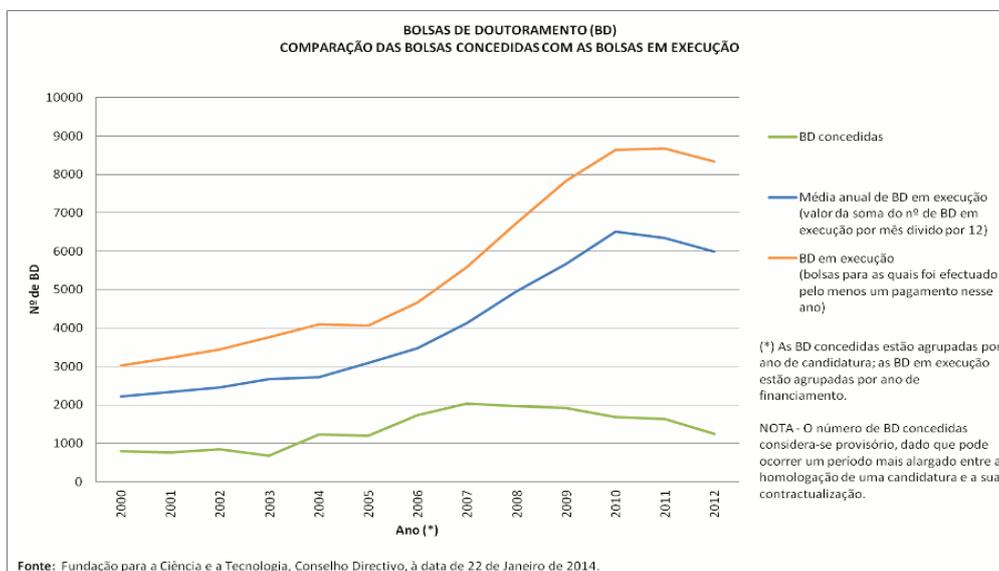
<sup>3</sup> Acedido através de [[www.fct.pt/estatisticas/bolsas](http://www.fct.pt/estatisticas/bolsas)], em 05/01/2015.



**Ilustração 1** - Investimento em Bolsas de Mestrado entre 1994 e 2009.

**Fonte:** FCT - Departamento de Recursos Humanos.

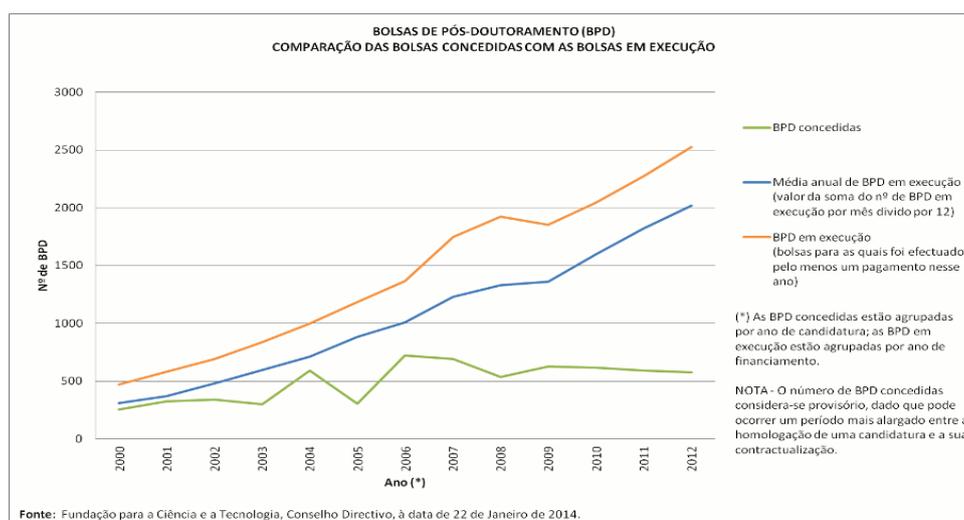
Este tipo de bolsas já não existe na atual configuração da formação avançada de recursos humanos apoiada pela FCT. Em 1996 registou-se o ponto mais elevado, com mais 1200 bolsas em execução, entrando depois num período de declínio acentuado. Em termos das bolsas concedidas, a evolução mostra um cenário em permanente regressão desde 1994 até ao nível residual a partir de 2001 e extinção em 2007. Em sentido contrário, os concursos para atribuição de bolsas de doutoramento continuam a decorrer, mas, como se depreende da Ilustração 2, a regressão de projetos aprovados anualmente sugere alguma apreensão, com os dados de 2012 a indicarem que o nível de concessão de bolsas nunca baixou tanto desde 2005:



**Ilustração 2 - Investimento em Bolsas de Doutoramento entre 2000 e 2012.**

**Fonte:** FCT - Departamento de Recursos Humanos.

Continuando num registo de evolução negativa, as bolsas de pós-doutoramento registaram em 2006 o ponto mais expressivo na concessão destes projetos. Contudo, a Ilustração 3 identifica um igual desinvestimento num contexto de progressivo declínio, ligeiramente superior a 500 bolsas atribuídas anualmente:

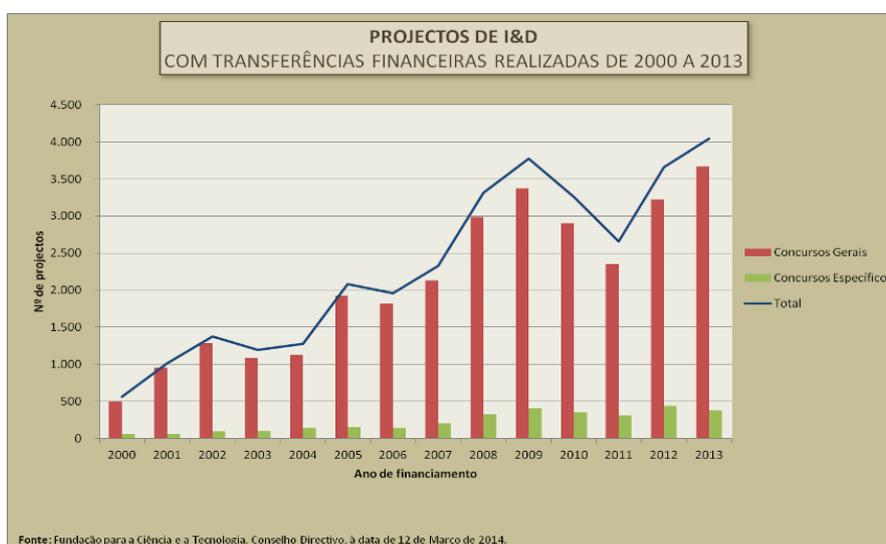


**Ilustração 3 - Investimento em Bolsas de Pós-Doutoramento entre 2000 e 2012.**

**Fonte:** FCT - Departamento de Recursos Humanos.

Até a este ponto, considerámos concursos de natureza individual, no entanto, uma das realidades mais comuns no universo da investigação consiste na dinamização

de lógicas coletivas de pesquisa. Como refere a Ilustração 4, o número total Projetos de I&D (Investigação e Desenvolvimento) concedidos ascenderam a pouco mais de quatro mil em 2013, concretizando uma recente subida, desde 2011, depois de dois anos de queda abrupta no número de projetos financiados. Desde 2000 que estes números representam uma interessante evolução positiva, constituindo, no âmbito das dimensões do investimento aqui analisada, o caso mais animador.



**Ilustração 4** - Investimento em Projetos de Investigação e Desenvolvimento entre 2000 e 2013.

**Fonte:** FCT - Departamento de Recursos Humanos.

O apoio financeiro pela FCT à investigação não se esgota às possibilidades apresentadas. Os concursos pontuais para investigador FCT, o apoio à realização de eventos científicos através do FACC (Fundo de Apoio à Comunidade Científica) ou as candidaturas a infraestruturas científicas configuram algumas das possibilidades neste sentido. Ora, é a partir de muitas destas dinâmicas de investimento público na ciência que muitos jovens investigadores encontram espaço para desenvolverem práticas de investigação. Embora este texto não pretenda discutir detalhadamente as vicissitudes decorrentes da adoção dos procedimentos de Bolonha e os ritmos de investimento público na ciência, parece claro que a comunidade académica se encontra hoje mais consciente da importância de uma aposta na investigação, do ponto de vista pessoal e coletivo, como forma de formação, aprendizagem e, quase na transversalidade dos casos, para efeitos de progressão numa determinada carreira ou currículo. As condições

de execução dessas ambições ficam, porém, cada vez mais ameaçadas por desinvestimentos declarados na ciência, em vários níveis.

## **2. O ofício de 'investigar' e uma leitura a partir de jovens investigadores em Ciências da Comunicação**

Ao assinalar, neste ano, o vigésimo aniversário do curso de Jornalismo e Comunicação da Escola Superior de Educação de Portalegre, não estamos muito distantes da introdução do primeiro curso de comunicação em Portugal, em 1979, numa época tardia tendo em conta o contexto europeu e que pode ser justificada pela negligência do Estado ditatorial em promover o ensino da comunicação a nível universitário, pelo menos até 1974 (Martins, M. & Oliveira, M. 2012). Hoje, a multiplicação dos cursos de comunicação por várias universidades e politécnicos instalou-se de forma generalizada pelo país.

Desde essa época à atualidade, a realidade da investigação e da academia estão necessariamente transfiguradas. A pressão para publicar e produzir indicadores científicos, como forma de progressão na carreira e/ou sobrevivência entre pares, levaram, entre outros fatores, a que os próprios investigadores questionassem esta realidade, sobretudo nos estudos da chamada 'sociologia do tempo' (Araújo, E. & Bento, S., 2007; Araújo, E., 2002). Em linha com esta preocupação, num texto publicado pela London School of Economics<sup>4</sup>, Jonathan Gray, diretor da instituição *Open Knowledge Foundation*, demonstrava as suas reservas sobre o que significa "investigar": "é o aumento no *stock* de conhecimento humano? Talvez possamos olhar para a etimologia da palavra (...) que traduz uma procura pela verdade, de melhores caminhos para compreendermos o mundo que nos rodeia". Gray desmonta um pouco um certo discurso ambicioso sobre o impacto da investigação no quotidiano: "se, ao final do dia, alguém nos perguntar como a nossa contribuição científica afetou o conhecimento humano, certamente pensamos que essa pessoa está a troçar de nós".

Como resultado de algumas das dinâmicas de financiamento apresentadas anteriormente, a formação universitária começou a exigir novos percursos, de

---

<sup>4</sup> Acedido através de [www.blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2013/10/25/gray-recomposing-scholarship/], em 10/01/2015.

prolongamento de uma licenciatura, atraindo desde jovens, de 20-30 anos, a profissionais já estabelecidos profissionalmente. Perante os desafios inerentes a estes percursos na pós-graduação, começaram a surgir as primeiras movimentações para agrupar os investigadores em início de carreira, sobretudo a nível internacional. A Associação Europeia de Investigação em Comunicação e Educação (ECREA) tem, desde 2008, uma secção especialmente vocacionada para os jovens - a YECREA<sup>5</sup> - que conta com representantes europeus em vários domínios científicos. No mesmo ano, reunia-se um encontro de jovens investigadores no congresso da IAMCR (International Association for Media and Communication Research), denominado 'Emergent Scholars Network'<sup>6</sup>.

Em Portugal, a Associação de Ciências da Comunicação (SOPCOM) acolheu a ideia de integrar um grupo de jovens investigadores em 2011, após uma reunião fundadora, a 7 de janeiro daquele ano, que juntou mais de 50 investigadores de todos os pontos do país em Braga. Neste encontro, lançaram-se as bases daquela que é ainda a atividade deste GT (Grupo de Trabalho). Assim, o GT Jovens Investigadores procura congrega os investigadores mais novos, ou em início de carreira, que desenvolvem o seu trabalho nas mais diversas áreas das Ciências da Comunicação, dentro e fora do país, com ou sem bolsa, de mestrado, de doutoramento, de pós-doutoramento e/ou em projetos de investigação financiados. Tal como consta do *site* do GT<sup>7</sup>, os objetivos passam por “promover o contacto com as outras estruturas da associação, no sentido de criar laços efetivos entre investigadores de várias gerações” e “refletir acerca de possibilidades de continuidade de investigação, divulgação de trabalho realizado e debate de possibilidades de integração no mercado de trabalho”, sublinhando a importância deste grupo para a qualidade dos resultados dos projetos de investigação.

Nos últimos anos, o GT tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas assentes em três pilares: encontros bianuais, que decorrem durante os congressos da SOPCOM, de reflexão sobre as atividades do grupo e enquadramento de novos projetos;

---

<sup>5</sup> Acedido através de [[www.yecrea.eu/node/15](http://www.yecrea.eu/node/15)], em 11/01/2015.

<sup>6</sup> Acedido através de [[www.iamcr.org/s-wg/section/emerging-scholars-network-section/home](http://www.iamcr.org/s-wg/section/emerging-scholars-network-section/home)], em 11/01/2015

<sup>7</sup> O site: [www.gtjovensinvestigadores.wordpress.com](http://www.gtjovensinvestigadores.wordpress.com). Para contactos, o email é: [gtjovensinvestigadores@gmail.com](mailto:gtjovensinvestigadores@gmail.com). O grupo tem também uma página no Facebook: [www.facebook.com/gtjovensinvestigadores](http://www.facebook.com/gtjovensinvestigadores)

lançamento de um número anual da revista científica do grupo, a *Revista Comunicando*<sup>8</sup>, que vai já para a sua quarta edição; e a formação dos jovens investigadores, com a realização de duas Escolas de Verão (2012 - Lisboa; 2013 - Braga). Entre 2014 e 2015<sup>9</sup>, a coordenação do GT decidiu implementar uma Formação Anual que decorre ao longo de todo o ano letivo com sessões de formação em universidades como Braga, Porto, Coimbra, Lisboa, Covilhã e Porto.

### **2.1 Reflexões a partir do *modus vivendi* dos jovens investigadores**

Para completar algumas das questões anteriores, considerou-se oportuno compreender o balanço que os jovens investigadores fazem sobre a atividade da investigação. Deste modo, recorreu-se a uma amostra de contactos e membros do GT Jovens Investigadores, da SOPCOM, que representam, pelo seu trajeto académico, a assunção de um caminho inicial na investigação científica, na generalidade da área das Ciências da Comunicação. Utilizando a plataforma do LASICS (Laboratório de Sistemas de Informação para a Investigação em Ciências Sociais), do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, e do programa de implementação de questionários *online* Limesurvey, reuniu-se, entre dezembro de 2014 e janeiro de 2015, um conjunto de 31 respostas que analisaram aspetos como:

1. Situação atual perante a investigação: manutenção ou interrupção da atividade;
2. Frequência anual de deslocação a congressos e outros eventos científicos;
3. Impacto desses eventos na formação;
4. Valorização da publicação em revistas científicas;
5. Relação com orientador ou coordenador científico;
6. Desenvolvimento da investigação fora do país;
7. Motivações e dificuldades do percurso de investigação.

Numa amostra caracterizada por 23 mulheres e oito homens, a média de idades fixou-se nos 34 anos, variando entre os 22 e os 52 anos. No entanto, a questão definidora de todo o inquérito assentava na atividade recente dos inquiridos, isto é, se

<sup>8</sup> O site da revista: [www.revistacomunicando.sopcom.pt/](http://www.revistacomunicando.sopcom.pt/)

<sup>9</sup> A ligação para a Formação Anual do GT: [www.gtjovensinvestigadores.wordpress.com/proximos-eventos/](http://www.gtjovensinvestigadores.wordpress.com/proximos-eventos/)

continuam a desenvolver alguma atividade relacionada com o universo da investigação. Com efeito, dos 31 indivíduos, apenas dois não se encontram ligados à investigação académica, na data a que reporta a recolha de dados.

Neste sentido, as duas pessoas confirmaram que tiveram um apoio de uma bolsa específica (FCT, CAPES, outra). A última etapa em que participaram foi num doutoramento, num caso e, no outro, num projeto de investigação financiado. A frequência de assistência a eventos científicos ficou-se 'entre uma a quatro vezes por ano', nos dois casos, pelo que estes inquiridos concordam também na valorização positiva desses espaços, referindo ambos que tiveram 'alguma importância' para a formação e atividade de investigação. Quanto às publicações científicas, os dois indivíduos seguem leituras idênticas, na medida em que o aconselhamento dos responsáveis científicos apontava que seria "extremamente importante" e "importante" apresentar o trabalho neste contexto académico. Do ponto da relação profissional com os orientadores ou responsáveis superiores, as respostas foram, porém, distintas: "muito boa relação" e "má". Nenhum destes dois inquiridos desenvolveu parte do percurso de investigação fora do país. Sobre as possíveis motivações para apostar numa experiência na investigação, ambos sublinharam o "interesse por investigar na área da Comunicação", além de também terem concordado que o fator menos positivo residia na "pouca estruturação legal" do estatuto de investigador em Portugal.

Numa perspetiva mais alargada, a quase totalidade dos inquiridos encontrava-se ligada ao universo da investigação académica, à data da administração deste questionário. Os 29 inquiridos referiram que o exercício dessa atividade estava, em 19 desses casos, enquadrada num apoio específico (bolsa FCT, CAPES, etc.), uma situação inversa aos restantes dez. A situação atual destes inquiridos encontra-se descrita na Tabela 1:

Situação atual	Frequência
<b>Mestrado</b>	1
<b>Doutoramento</b>	20
<b>Pós-Doutoramento</b>	5

<b>Projeto de investigação financiado</b>	1
<b>Gestão de centros de investigação</b>	1
<b>Outro</b>	1
<b>Total</b>	<b>29</b>

**Tabela 1** - Situação atual dos inquiridos, quanto à atividade de investigação onde estão inseridos.

É no doutoramento que praticamente se concentra a quase totalidade dos inquiridos que ainda se mantém em funções na investigação: 20 em 29 do total. Registámos cinco pós-doutorandos e os restantes distribuem-se por mestrado, projeto de investigação financiado, gestão de centros de investigação e 'outro', com um registo cada. Relativamente à presença em congressos, seminários e outros eventos de carácter científico, esta amostra de inquiridos revela uma presença regular nestes eventos: 23 inquiridos marcam presença nestes espaços 'entre 1-4 vezes por ano', conforme explica a Tabela 2:

<b>Participação em eventos científicos</b>	<b>Frequência</b>
<b>Não sei</b>	1
<b>Nunca vou</b>	0
<b>Entre 1 a 4 vezes por ano</b>	23
<b>5 vezes por ano</b>	2
<b>Entre 6-9 vezes por ano</b>	2
<b>Mais do que 9 vezes por ano</b>	1
<b>Total</b>	<b>29</b>

**Tabela 2** - Participação em eventos científicos por inquiridos que ainda se mantém em atividade na investigação.

Esta presença regular em encontros científicos justifica-se também pela valorização positiva que os inquiridos atribuem a estes espaços. Para 12 são atividades 'bastante importantes' para a formação ou atividade de investigação, já para oito têm 'alguma importância' e seis assinalaram que estes eventos são 'extremamente importantes'. Uma opinião generalizada que não foi partilhada por dois participantes no

questionário, que afirmaram que estes encontros têm 'pouca importância' e um dos inquiridos não respondeu.

Sobre o incentivo à publicação, por parte do responsável ou orientador científico, registámos praticamente uma unanimidade, isto é, 14 inquiridos referiram que "é extremamente importante publicar", o mesmo número que referiu apenas ser "importante"<sup>10</sup>.

Colocando a questão da relação profissional, os dados que constam da seguinte Tabela 3 sublinham terrenos de uma sociabilidade positiva:

<b>Relação profissional com supervisor científico</b>	<b>Frequência</b>
Melhor seria impossível	7
Muito boa relação	11
Boa relação	8
Nem boa, nem má relação	3
Má relação	0
Muito má relação	0
Não sei	0
Não responde	0
<b>Total</b>	<b>29</b>

**Tabela 3** - Relação profissional com o supervisor científico.

Os dados sugerem que a relação é positiva na maioria dos casos, variando apenas o grau: 11 classificam de "muito boa"; sete referem que "melhor seria impossível"; oito afirmaram que é "boa". Num nível indiferente, três inquiridos referiram que a relação não é "nem boa, nem má".

Em relação à possibilidade de articular o plano de trabalhos com missões de investigação no estrangeiro, onze inquiridos referiram que estão fora do país, nove ponderam fazê-lo, o mesmo número de inquiridos que não pretende estudar fora.

<sup>10</sup> Um dos participantes referiu a opção 'outro', explicando que este tema ainda não tinha sido discutido com o responsável até àquela data.



Fatores individuais	Frequência
Gosto pelo estudo e investigação em comunicação	9
Necessidade de aprofundar os meus conhecimentos	7
Construir uma carreira académica (docente ou investigador)	3
Contribuir para áreas académicas com pouca visibilidade	3
Por vocação	2
Aplicar conhecimentos académicos na realidade empresarial	1
Continuar o meu percurso académico	1
Desilusão com o mundo laboral do jornalismo	1
Diversificar a minha experiência profissional	1
Aprender a incentivar os estudantes para a investigação	1
<b>Total</b>	<b>29</b>

Fatores externos	Frequência
Efeitos de progressão na carreira de docente	4
Encontrar uma saída profissional	4
Apostar na relevância social da investigação	1
Conhecer uma realidade diferente do mercado de trabalho	1
<b>Total</b>	<b>10</b>

**Tabela 4** – Fatores motivacionais individuais e externos para entrar na investigação.

Em traços gerais, os inquiridos elaboraram um conjunto de 29 comentários, registados em 39 ocasiões distintas. As motivações de índole pessoal ainda dominam neste contexto (29) perante os estímulos exteriores motivacionais (10). O gosto pela investigação em comunicação e a necessidade de aprofundar conhecimentos juntam-se às pressões de progressão na carreira de docente, sobretudo na adoção de políticas por parte das universidades e politécnicos de contar com um grupo de docentes que tenha concluído um doutoramento.



Precariedade do estatuto do bolsheiro	3
Valor reduzido das bolsas	3
Reduzida ligação da universidade ao mercado de trabalho	3
Pouca sensibilidade social sobre o que significa a investigação	1
Reduzida oferta de publicações científicas	1
As iniciativas científicas dependem sempre dos mesmos rostos	1
Imponderáveis do trabalho científico	1
Excessiva pressão para publicar	1
Exigência de muitas horas dedicadas ao estudo	1
Burocracia exigida pelas entidades financiadoras	1
Silêncio do poder político perante a atividade científica dos bolsheiros	1
Pouca integração dos bolsheiros nos centros de investigação	1
Deficiente apoio à dinamização de projetos de investigação em grupo	1
Investigações com pouco impacto social	1
Pouca transparência na definição dos critérios de publicação	1
Falta de espaços físicos comuns de trabalho entre investigadores	1
Pouca disponibilidade dos orientadores para acompanhar o trabalho	1
<b>Total</b>	<b>36</b>

**Tabela 5** - Fatores motivacionais individuais e externos para entrar na investigação.

Uma primeira leitura indica-nos que, ao contrário do sucedido anteriormente, as dificuldades assumidas pelos inquiridos reportam preferencialmente a questões externas e circunstanciais (36) mais do que a dimensões pessoais e individuais (17). Assim, a constatação de um percurso de investigação que gera um sentimento de solidão, com sete comentários, e a dificuldade em conciliar a investigação com outra atividade profissional, com quatro, surgem como as questões mais difíceis de gerir individualmente neste processo. A gestão do tempo, o desgaste emocional e a dificuldade em transpor o trabalho para publicações científicas constituem outros aspetos importantes neste contexto.

Do ponto de vista externo, os inquiridos sublinharam as poucas oportunidades de emprego científico que se vislumbram no futuro dos investigadores (7 registos) e a falta de financiamento para participação em congressos ou dinamização de projetos conjuntos de investigação (6). No fundo, representam uma ansiedade relativamente ao futuro e a uma situação presente. O estatuto do bolseiro, que sofre por evidentes sinais de precariedade por não ser uma profissão reconhecida com os mesmos direitos laborais dos restantes trabalhadores do setor público, foi também assinalado, bem como a suposta reduzida ligação entre as empresas e a universidade

### **3. O que resta ainda fazer?**

A realidade dos números, profundamente contaminada pela circunstância económica frágil do país, refém de políticas agressivas redução do investimento na ciência, sugere um caminho cada vez mais tortuoso para os investigadores que pretendem continuar a trabalhar nesta área. A precariedade do estatuto de bolseiro, com pouca proteção laboral, contradiz a importância destes agentes na evolução dos centros de investigação, dos projetos com ligações a estruturas europeias (COST, Marie Curie, etc.) e sistematicamente resvalam na passividade política de dotar o país de um sistema legal que reconheça o bolseiro como elemento de pleno direito laboral.

Se esta questão de ordem estrutural permanece ainda longe de resolver, será provavelmente mais simples desconstruir algumas das dificuldades que já foram referidas anteriormente, apostando numa lógica de compromisso numa escala reduzida para solucionar pequenos problemas do quotidiano. Embora as tensões de mercado apontem no sentido da publicação massiva, a investigação convoca muitas outras dimensões da sociabilidade e aprendizagem. É cada vez mais importante encontrar na interação, partilha, no debate e no confronto de ideias um espaço contraditório do isolamento e sentimento solitário que este caminho sugere, por depender essencialmente de um esforço pessoal avultado, emocionalmente. Pelo menos é esse o apelo que fica de um texto de Katie Burke, na publicação bimensal *American Scientist*<sup>11</sup>,

---

<sup>11</sup> Acedido através de [<http://www.americanscientist.org/blog/pub/8-myths-about-public-understanding-of-science>], em 15/02/2015.

apelando os investigadores para se superiorizarem a certos mitos estabelecidos socialmente sobre o trabalho científico. Promover ações concretas de contacto com os públicos visados pelos inúmeros estudos desenvolvidos pelos investigadores e desenvolver esforços, a nível pessoal, para treinar a comunicação da própria ciência, como importantes extensões da atividade científica que valorizem o trabalho académico.

### **Referências bibliográficas**

Araújo, Emília; Bento, Sofia. 2007. *Como realizar um Doutoramento: desafios às universidades e organização do tempo*. ed. 1. Porto: Ecopy. Organização do volume.

Araújo, Emília. 2002. "O doutoramento como f(r)ase: contributos para a compreensão das representações do tempo", *Qualit@s*, 1: 1 - 17.

Martins, Moisés de Lemos & Oliveira, Madalena (2012) Pós-graduação em Comunicação em Portugal: da variedade da oferta educativa à carência de *um sistema de avaliação*, in Kunsch, Margarida & Melo, José Marques de (orgs.) *Comunicação Ibero-americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*. São Paulo: CONFIBERCOM / Escola de Comunicação e Artes de São Paulo / SOCICOM – Federação Brasileira de Associações Científicas e Acadêmicas, pp.279-303.

[www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Processo+de+Bolonha/](http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Processo+de+Bolonha/)

[www.fct.pt/estatisticas/bolsas](http://www.fct.pt/estatisticas/bolsas)

[www.blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2013/10/25/gray-recomposing-scholarship/](http://www.blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2013/10/25/gray-recomposing-scholarship/)

[www.yecrea.eu/node/15](http://www.yecrea.eu/node/15)

<http://www.americanscientist.org/blog/pub/8-myths-about-public-understanding-of-science>

## Bagabaga Studios: da inovação dos Media e do papel da Universidade

Paulo Nuno Vicente<sup>1</sup>  
[pnvicente@gmail.com](mailto:pnvicente@gmail.com)

Página | 57

**Palavras-chave:** inovação, media digitais, narrativa

### I - Das sociedades transbordantes à necessidade de criação de sentido

Vivemos um tempo de sobrelotação e de paralisia. Nunca como hoje terá sido tão diariamente abundante a partilha mediatizada de ideias e objetos. Habitam-nos centenas de estímulos audiovisuais, fragmentos digitalizados de mundo e de visões pessoais, mais ou menos coesos, mais ou menos verificados, mais ou menos relacionáveis com um referente “real”.

Nesta sociedade transbordante, descrita por Henri-Pierre Jeudy<sup>2</sup>, não são já apenas os “discursos políticos e jornalísticos que se esforçam por conjurar toda a falha, toda a impressão de vazio ou de irrealidade na interpretação dos acontecimentos” (p. 130). A eles se juntam, com acesso direto e em multiplicados dispositivos e plataformas, as expressivas vozes dos que, até há pouco, eram tidos como “as massas”, historicamente deserdadas dos meios de comunicação que lhes permitiriam narrar a sua História.

Vimo-lo, com frequência, durante a denominada “Primavera Árabe”. Vemo-lo, assim procuremos ver, desde Março de 2011, na Síria. Somos capazes de decifrar como seria hoje distinta a escrita de uma História em direto se, entre Abril e Julho de 1994, durante o genocídio, proliferassem no Ruanda os telemóveis ligados às redes digitais mundiais?

Hoje, vemos permanentemente testados os limites da nossa (in)credulidade. O campo da imagem sobre o “real” encontra-se particularmente em estado gasoso, simultaneamente enriquecido pela profusão de olhares publicados e vulnerabilizado

---

<sup>1</sup> Bagabaga Studios, Fundador e Presidente da Direção  
Universidade Nova de Lisboa, Professor Auxiliar

<sup>2</sup> “A Sociedade Transbordante”, Henri-Pierre Jeudy, Edições Século XX, 1995.

pela indistinção no propósito do *clíc*: *fotografia* ou *disparo*? *Documento* ou *souvenir*?  
*Preservar* ou *exibir*?

O campo jornalístico, parte do campo mais geral da narração não-ficcional, atravessa uma particular tensão entre *desestruturação* e *reestruturação*: quer dos seus valores fundamentais, por via de uma crise de confiança pública, quer, talvez mais explicitamente, da sua base material, por via de uma mutação de ADN: a conversão de átomos em bits – a digitalização das nossas vidas.

O *computador ligado à Rede* é, por excelência, o totem da *sociedade da informação*; o jornalismo, um dos seus avatares. Como podemos criar e fazer prosperar um jornalismo adaptado às novas sociedades complexas?

Este pequeno ensaio implica o jornalismo contemporâneo no mais vasto ecossistema da comunicação das sociedades transbordantes, de que é simultaneamente princípio e fim, causa e consequência. Propõe-se que o jornalismo atravessa e alimenta hoje, dentro e fora das fronteiras do ofício, uma generalizada crise de legitimidade e de confiança. O mesmo é dizer que o jornalismo, se tivermos por referência o que a palavra tem vindo a significar ao longo do último meio século, atravessa uma expressiva metamorfose da sua cultura, i.e. dos seus valores, crenças, atitudes, práticas e artefactos.

## **II - Bagabaga Studios: *storytelling*, inovação social, interdisciplinaridade**

O momento inaugural do que viriam a ser os Bagabaga Studios teve expressão digital: um e-mail, a 21 de Dezembro de 2012, enviado por mim a um grupo de pessoas, de várias latitudes e proveniências, que intuía de antemão estarem potencialmente alinhadas com as inquietações que me levavam a escrever.

As inquietações eram (aparentemente) simples: a superficialidade e o modo formulaico do jornalismo industrial – por mim amplamente conhecidos, depois de nove anos como jornalista da RTP-Antena 1 – a ausência de uma organização “chapéu-de-chuva” com vocação interdisciplinar e internacional, cruzando múltiplos campos, capaz de ser uma solução para o isolamento e as “jaulas eletrónicas” dos “*freelancers*”, capaz de permitir autonomia económica e independência autoral.

Do grupo de fundadores desta utopia não-escapista, hoje conhecida como Bagabaga Studios, fizeram parte jornalistas, documentaristas, produtores e realizadores audiovisuais, designers, ilustradores, programadores, antropólogos, gestores de projetos em cooperação e desenvolvimento.

Os Bagabaga Studios haveriam de nascer, oficialmente, em conservatória a 4 de Junho de 2013, dedicados estatutariamente à “produção, formação, investigação e inovação social multidisciplinar em media digitais, procurando novas formas de ação, reflexão e consciencialização em rede sobre uma cidadania global, independente e sustentável”.

O primeiro projeto: Mundo Mouraria<sup>3</sup>, um web documentário produzido para a Trienal de Arquitetura de Lisboa, cruzando palavras-chave – crise, comida, território – e uma mão cheia de interrogações: o que significa habitar? Como dialogam espaço e soluções para a vida contemporânea? Respostas são dadas por Joaquim, Leader, Miloca, Nina, Rita e Salvino.

Hoje, quase dois anos depois, os Bagabaga Studios iniciam um período de consolidação em que, a par de projetos para parceiros e/ou clientes, desenvolvem a sua própria publicação editorial: Divergente, um meio digital apostado na tradução do mundo contemporâneo e em revitalizar a investigação própria, privilegiando formatos narrativos multimédia, contextuais e produzidos por uma equipa multidisciplinar.

### **III - O ensino do jornalismo e o papel da Universidade**

O percurso dos Bagabaga Studios e, em partular, da Divergente insere-se num contexto de mutação internacional. De outras geografias surgem indícios inequívocos de que o serviço público prestado pelo jornalismo se encontra em migração para o exterior das redações convencionais: o Prémio Pulitzer para Reportagem de Investigação foi, em 2014, atribuído a uma série de reportagens produzidas e publicadas pelo Centro de Integridade Pública, uma organização não-lucrativa fundada em 1989 com a missão de “servir a democracia revelando abusos de poder, corrupção e traição

---

<sup>3</sup> <http://www.mundomouraria.com/>

da confiança pública por poderosas instituições públicas e privadas, utilizando as ferramentas do jornalismo de investigação”<sup>4</sup>.

No campo da comunicação, os anos vindouros serão de aprofundamento e de expansão das diferenças entre átomos e bits. A imparável digitalização no jornalismo e o seu desenvolvimento em redes de expansão mundial necessita que humanistas de fronteira – a experiência profissional associada ao conhecimento académico e científico – sejam capazes de criar em conjunto, conscientes da interdependência entre cultura e técnica e abraçando a desafiante genética de transformação dos media.

Por via da base (i)material inerente à técnica, o mundo transfigura-se por “fora” e esse “fora” implica que homens e mulheres contemporâneos se transfigurem por “dentro”. A digitalização não prescinde da nossa capacidade de organizar o caos natural do “real”. Talvez necessitemos de algo a que não chamemos já “jornalismo”, mas que dele preserve o sentido de missão e as suas melhores práticas, i.e. o seu serviço público narrativo.

A Universidade tem aí um papel fundamental. Desde logo, através de um ensino do jornalismo (re) centrado na proposta e na viabilização de soluções para problemas do nosso tempo e do tempo futuro. Isso não se confunde com criar mão-de-obra qualificada barata para as indústrias e mercados existentes, antes dessumir-se como espaço de experimentação, de procura de soluções efetivas, sem medo do erro informado.

Nos *curricula*, é crucial uma base cultural humanística – as artes e as línguas – mas nunca a desligando ou opondo ao desenvolvimento de um pensamento tecnológico e de uma expressão digital, sobre ela fazendo germinar a contemporaneidade.

Os anos recentes trouxeram uma sobrecarga pejorativa ao termo “empreendedorismo”. Libertemo-nos da “nova ignorância”. O fundamental está na atitude de quem, por iniciativa própria, realiza ações ou idealiza novos métodos com o objetivo de desenvolver e dinamizar serviços, produtos ou quaisquer catividades de organização e administração. Sim, nestes termos, precisamos de empreendedores – no jornalismo e na universidade. Porque não *start-ups* de serviço público?

---

<sup>4</sup> <http://www.publicintegrity.org/>

## “Zé da Fiska”: retrato do soldado português na Guerra Colonial

Sílvia Manuela Marques Torres<sup>1</sup>  
[silviammtorres@gmail.com](mailto:silviammtorres@gmail.com)

Página | 61

### **Resumo**

O presente artigo analisa o cartoon “Zé da Fiska”, que representa o soldado português que combateu na Guerra Colonial, entre 1961 e 1974. Publicado na *Notícia*, revista com sede em Luanda (Angola), trata-se de um retrato crítico e humorístico, sem mortos nem feridos. Através do método análise de imagem é dada a conhecer uma das realidades sociais do conflito. Este artigo tem por base a investigação que deu origem à dissertação de Mestrado “Guerra Colonial na revista *Notícia*. A cobertura jornalística do conflito ultramarino português em Angola.”,<sup>2</sup> defendida em 2012, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Palavras-chave: cartoon; guerra colonial; revista *Notícia*; imprensa colonial.

### **Abstract**

This paper analyzes the cartoon “Zé da Fiska”, representing the portuguese soldiers who fought in the Colonial War, between 1961 and 1974. Posted in *Notícia*, magazine based in Luanda (Angola), it is a critical and humorous portrait, without dead or wounded. Through the image analysis method it is made known one of the social realities of the conflict. This paper is based on the research that led to the master’s thesis “Colonial War in the *Notícia* magazine. Media coverage of the portuguese ultramarine conflict in Angola”, defended in 2012 at Faculdade de Ciências Sociais e Humanas of Universidade Nova de Lisboa.

Keywords: cartoon; colonial war; *Notícia* magazine; colonial press.

### **Introdução**

Em termos jornalísticos, a guerra pode ser divulgada através de vários géneros. Refiram-se, a título de exemplo, artigos de opinião, fotografias, notícias, reportagens e entrevistas. O presente trabalho analisa uma dessas fontes de conhecimento que pode ajudar a contar a história da Guerra Colonial<sup>3</sup> em Angola e, de certa forma, em Moçambique e na Guiné-Bissau: o género jornalístico cartoon. Este trabalho centra-se no “Zé da Fiska”, cartoon publicado na segunda metade da década de 60, na revista portuguesa/angolana *Notícia*, meio de comunicação geograficamente mais próximo da

<sup>1</sup>Aluna do curso de Jornalismo e Comunicação do IPP-ESE entre 2001-2005. Atualmente é doutoranda em Ciências da Comunicação na Universidade Nova de Lisboa.

<sup>2</sup>Dissertação de Sílvia Manuela Marques Torres, publicada com alterações em livro, em maio de 2014, pela editora MinervaCoimbra. *Guerra Colonial na revista Notícia* é o título da obra.

<sup>3</sup>A guerra que os portugueses travaram em três frentes do continente africano é apelidada, neste artigo, de Guerra Colonial, Guerra do Ultramar ou Guerra de África. A globalidade do conflito justifica as designações que lhe são atribuídas.

guerra (tal como outros existentes também na Guiné-Bissau e em Moçambique) do que os existentes na metrópole. O “Zé da Figma” representa o soldado português, humilde, jovem e pouco interessado na guerra. Neste cartoon, que à censura não escapou, a guerra era desprovida de mortos e feridos. Trata-se de um humor simples e sem sangue que mostra apenas uma das faces do conflito ultramarino português.

O “Zé da Figma” representa, de forma crítica e humorística, situações da então atualidade dos militares destacados em Angola e transmite sobre a mesma o ponto de vista do autor. O leitor tem liberdade para o interpretar mas, para o compreender, “é essencial, da parte do leitor, conhecimento dos factos, dos acontecimentos ou das pessoas retratadas”.<sup>4</sup> Desta forma, o presente trabalho analisa a imagem, contextualizando-a no tempo e no espaço.

Porque, em Portugal, nem todas (mas quase todas) as edições da *Notícia* estão disponíveis para consulta<sup>5</sup>, não é possível revelar o número exato de cartoons do “Zé da Figma” que foram publicados nesta revista. O próprio autor do cartoon desconhece este valor. No entanto, de um universo de cerca de três dezenas de cartoons aos quais tivemos acesso e que neste trabalho decompomos de forma geral, através do método análise de imagem, escolhemos estudar em pormenor três deles.

Este artigo não pretende fazer história sobre a Guerra Colonial mas sim contribuir para a sua construção, que só deve ser consumada com distanciamento temporal dos acontecimentos. Neste estudo considera-se o jornalismo de imprensa uma fonte de conhecimento para a história, na medida em que os jornalistas são os primeiros a escrever sobre determinado tema: escrever um livro exige mais tempo do que escrever um artigo. De igual modo, este texto contribui também para a história da imprensa de “Portugal uno e indivisível do Minho a Timor”.<sup>6</sup>

“Por que é que os estudos de comunicação referem-se, sobretudo, ao presente? Por que o passado é lugar quase esquecido nas reflexões dos processos

<sup>4</sup> José Barbosa Machado e Rosa Rebelo, «Análise semiótica do cartoon editorial», p. 5. Disponível em <http://www.ae-ic.org/santiago2008/contents/pdf/comunicaciones/254.pdf>, consultado em janeiro de 2015.

<sup>5</sup> A revista pode ser consultada na Hemeroteca Municipal de Lisboa ou, entre outros, na Biblioteca Nacional de Portugal. No entanto, no momento em que se termina este artigo, não é possível aceder à publicação na Hemeroteca Municipal de Lisboa, porque se encontra encerrada ao público. É também impossível consultá-la na Biblioteca Nacional de Portugal por estar a ser reproduzida para microfilme.

<sup>6</sup> Este slogan foi criado pelo Estado Novo, na década de sessenta, numa altura em que o Governo de António de Oliveira Salazar era pressionado pela comunidade internacional para abandonar o império.

comunicacionais?”.<sup>7</sup> As questões são levantadas por Marialva Carlos Barbosa que considera que uma visão histórica pode dar aos estudos sobre comunicação contribuições importantes. A professora titular de Jornalismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro destaca que o passado não é propriedade exclusiva da história assim como o presente não é o único que comporta atos comunicacionais. “A história nada mais é do que atos comunicacionais de homens de outrora. E só porque são um ato comunicacional é que esses restos, rastos e vestígios puderam chegar ao presente. O passado só se deixa ver sob a forma de processos comunicacionais duradouros.”<sup>8</sup> Para Marialva Barbosa, não faz sentido “pensar o campo científico da comunicação como algo acabado em si mesmo.”<sup>9</sup> Assim, estudar um período de tempo relativo à última metade do século XX exige o apoio da história. Trata-se, portanto, de um estudo interdisciplinar.

Estudar parte do passado da imprensa colonial, tão ignorada pela história da imprensa portuguesa, numa altura em que se questiona o jornalismo contemporâneo e o seu futuro, tendo em conta as mudanças geradas pela internet e pelo universo digital, é crucial. De facto, recordar e investigar o passado pode servir de lição no presente para que, no futuro, não se repitam erros.

### **A revista *Notícia* e a Guerra Colonial**

A *Notícia*, revista de informação noticiosa, assistiu ao início e ao fim da Guerra Colonial. A publicação estreou-se um ano antes do início do conflito, em dezembro de 1959, e foi silenciada à força, pelo partido MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), em março de 1975. Em vida, a *Notícia* levou os seus leitores dos cinco continentes aos cinco continentes. Nasceu como semanário ilustrado e começou por apresentar pouco mais do que anedotas e passatempos. O rumo desta publicação mudou com a entrada de João Charulla de Azevedo na redação. O jovem jornalista, convidado a dirigir a revista, convocou outros jornalistas para a equipa e, em pouco tempo, transformou a revista na “publicação mais popularizada de e em Angola”.<sup>10</sup> Em

---

<sup>7</sup> Marialva Carlos Barbosa, «O presente e o passado como processo comunicacional» in *Matrizes*, p. 146.

<sup>8</sup> *Idem*, p. 149.

<sup>9</sup> *Idem*, p. 151.

<sup>10</sup> Júlio de Castro Lopo, *Jornalismo de Angola – Subsídios para a sua história*, p. 119.

1963, 16 mil exemplares por semana, com 40 páginas, eram vendidos em Angola. Em 1965, a *Notícia* já era comercializada também na metrópole. Um ano depois, cada edição tinha já mais de 100 páginas e era também lida em Moçambique, na China e na África do Sul. Foi também em 1966 que João Charulla de Azevedo comprou a revista a António Alves Simões, proprietário-fundador. 1967 é o ano em que morre Charulla de Azevedo e também o ano em que a *Notícia* passa a ser vendida nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, em Espanha, na Alemanha e na Guiné-Bissau. Apesar da morte de Charulla de Azevedo, a revista continuou a crescer e a fazer a cobertura jornalística da Guerra de África, não só em Angola, como também na Guiné-Bissau e em Moçambique: Fernando Farinha foi o jornalista que mais se destacou, ao nível da reportagem de guerra, nas três frentes de batalha. Em julho de 1969, a *Notícia* acompanhou o lançamento da “Apollo II”. Na época, a revista noticiava que dois enviados especiais presenciaram a chegada do homem à lua a partir de Cabo Kennedy e Houston, nos Estados Unidos da América.<sup>11</sup> A missão dos jornalistas prolongou-se por 21 dias. Em 1975, o partido MPLA fecha a *Notícia*, publicação que durante cerca de 16 anos deu espaço a todo o tipo de notícias, desde assuntos desportivos a temáticas exclusivamente femininas.

Entre 1961 e 1974, a *Notícia* recebeu, com reclamações, as correções e os cortes da censura de António de Oliveira Salazar e do Exame Prévio de Marcello Caetano. O lápis azul dos censores seguia atentamente todas as páginas da revista. Tudo o que dizia respeito à Guerra do Ultramar era reencaminhado para uma censura militar. A *Notícia* não podia publicar informações que pudessem favorecer o lado inimigo. “Desde os tempos imemoriais que os chefes militares se têm sempre preocupado com a necessidade de ocultar informação do inimigo e de lhe fazer crer numa realidade fictícia”.<sup>12</sup> O “Zé da Fisga”, enquanto “género jornalístico de opinião que visa levar o leitor à reflexão”,<sup>13</sup> fazia parte do grupo de publicações sobre a Guerra Colonial a ter em conta pela censura militar. Para João Paulo Guerra, as “guerras em Angola, em

<sup>11</sup> Joaquim Cabral e Moutinho Pereira foram os enviados especiais aos Estados Unidos da América, “únicos representantes da Imprensa portuguesa em Cabo Kennedy, a cobrirem o lançamento da ‘Apollo II’, entre profissionais de 53 países”, como se pode ler na edição da revista.

<sup>12</sup> José Rodrigues dos Santos, *A Verdade da Guerra - Da Subjectividade, do Jornalismo e da Guerra*, p. 195.

<sup>13</sup> José Barbosa Machado e Rosa Rebelo, *op. cit.*, p. 5.

Moçambique e na Guiné eram a primeira preocupação dos censores”.<sup>14</sup> Os censores militares, continua Guerra, “armados de lápis azul, mutilavam a verdade, deturpavam a realidade, escondiam factos, condenavam ideias ao silêncio e pessoas ao anonimato.”<sup>15</sup> “A Censura escondia o número real de baixas em combate” e ocultava também “realidades dolorosas da guerra, como era a existência de numerosos mutilados, deficientes e stressados de guerra”.<sup>16</sup> César Príncipe confirma: “Os cortes dos coronéis incidiam sobre as mais diferenciadas referências da esfera militar [...] Os coronéis chegavam à ironia trágica de negar a existência da guerra”.<sup>17</sup> Por fim, conclui João Paulo Guerra, “a guerra dos coronéis da censura tinha outros campos de batalha. Quero dizer: o pretexto das guerras coloniais servia para manter a censura em geral, não apenas a censura a notícias de natureza militar.”<sup>18</sup> Assim, “Com tanto corte e recorte, a realidade que se lia na imprensa [...] era uma realidade virtual, talhada pelos grandes interesses do regime e pelos pequenos interesses dos seus servidores. [...] Uma leitura, hoje, dos jornais censurados revela-nos um mundo de ficção”.<sup>19</sup>

### **O cartoon enquanto género jornalístico**

Segundo o *Dicionário de Jornalismo*, o cartoon é um “desenho que ilustra e comenta humorística ou satiricamente acontecimentos/questões políticas, sociais, desportivas e outras, publicado na imprensa”.<sup>20</sup> Em *História da Arte da Caricatura na Imprensa em Portugal*, Osvaldo de Sousa define cartoon como “uma forma de comunicar onde a estética se alia a um grão divino de inteligência”.<sup>21</sup> Na opinião de Jorge Pedro Sousa, o cartoon é uma das “formas de representar a realidade com imagens impressas”.<sup>22</sup> O autor considera que o cartoonismo, tal como o fotojornalismo, são atividades jornalísticas desvalorizadas mas que podem ser “de grande utilidade e

<sup>14</sup> João Paulo Guerra, «A Censura e a Guerra Colonial» in Rui de Azevedo Teixeira (org.), *Guerra Colonial - realidade e ficção*, p. 475.

<sup>15</sup> *Idem*.

<sup>16</sup> João Paulo Guerra, *op. cit.*, pp. 477-478.

<sup>17</sup> César Príncipe, *Os Segredos da Censura*, pp. 18-19.

<sup>18</sup> João Paulo Guerra, *op. cit.*, p. 476.

<sup>19</sup> *Idem*.

<sup>20</sup> Fernando Cascais, *Dicionário de Jornalismo - As Palavras dos Média*, p. 43.

<sup>21</sup> *Ap.* Fernando Cascais, *op. cit.*, p. 44.

<sup>22</sup> Jorge Pedro Sousa, *Elementos de Jornalismo Impresso*, p. 311.

relevância informativa ou crítica”.<sup>23</sup> A título de exemplo, um cartoon pode alertar para graves problemas, pode educar para boas práticas, pode até sensibilizar. Na imprensa, o cartoon não tem um mero carácter ilustrativo. O cartoon, enquanto “arte de bem comunicar com imagens”,<sup>24</sup> pode traduzir-se em “comunicação educativa, pedagógica, vigilante, democrática, sensível, diversa, integradora e, sempre que possível, esteticamente trabalhada, criativa, inovadora”.<sup>25</sup>

O cartoon é, na verdade, um género jornalístico opinativo com várias potencialidades.<sup>26</sup> Faz rir, refletir e conhecer; capta e fideliza leitores; através do humor, leva o leitor “a compreender, interpretar e saber explicar os acontecimentos”.<sup>27</sup> O humor é o condimento do cartoon que atrai e que “mostra a realidade de uma forma mais suportável”.<sup>28</sup> A sua existência em tempo de guerra faz todo o sentido. Afinal, não nos rimos de assuntos sérios. Era esta a mensagem que António Salazar e Marcello Caetano queriam passar ao seu povo: à guerra chamavam policiamento do território português. Por este motivo, o “Zé da Figma” deu pouco trabalho à censura, ainda que esta não fosse uma preocupação do cartoonista.

Para Miguel Sousa Tavares, o humor “desarma, o que é bem mais eficaz na guerra. Há, aliás uma longa história da utilização dos cartoons em situação de guerra, como verdadeira arma de propaganda. [...] Os cartoonistas eram uma espécie de exército de retaguarda, mobilizado para atacar o inimigo ridicularizando-o e para fortalecer o ânimo das tropas combatentes e civis.”<sup>29</sup> O humor do “Zé da Figma”, partidário, segundo o autor do desenho, servia para afastar a atenção de assuntos mais sérios relativos à guerra e para distrair os militares.

---

<sup>23</sup> *Idem.*

<sup>24</sup> Jorge Pedro Sousa, *op. cit.*, p. 312.

<sup>25</sup> *Idem.*

<sup>26</sup> Jorge Pedro Sousa, *Caderno de Estudos Mediáticos II*, p. 260.

<sup>27</sup> *Idem.*, pp. 260-261.

<sup>28</sup> José Barbosa Machado e Rosa Rebelo, *op. cit.*, p. 2.

<sup>29</sup> Miguel Sousa Tavares (pref.). *Cartoons do Ano 2005 – António, Cid, Maia*. Assirio & Alvim, Vila Franca de Xira, 2006, p. 8.

### **O cartoon “Zé da Fisga”**

O protagonista/personagem principal do cartoon, batizado de “Zé da Fisga”, era jovem, vestia uniforme de campanha (camuflado) e no bolso direito transportava uma fisga. Segundo os cartoons publicados na *Notícia*, o “Zé da Fisga” era incompetente, distraído e preguiçoso. Gostava de cerveja e adorava mulheres. O militar nunca aparece sozinho. No cartoon, existem personagens secundárias. Refiram-se um sargento autoritário, outros militares e mulheres de várias raças.

O “Zé da Fisga”, cartoon que retratava os soldados portugueses destacados em Angola, ocupava sempre uma página inteira, a cores, no centro da revista. Era, portanto, um lugar de destaque. Foi publicado na *Notícia* entre 1967 e 1968. Esta personagem foi criada por Fernando da Silva Gonçalves que, na revista, assinava o cartoon com o pseudónimo “Nando”.

Fernando Gonçalves cumpriu serviço militar no Exército, em Portugal e em Angola. Desenhou o “Zé da Fisga”, no início da década de 60, para identificar a companhia à qual pertencia – Companhia de Caçadores 371. Antes de embarcar para a colónia, cansou-se de esperar pela distribuição de armamento e, por este motivo, deu ao desenho uma fisga. Desde então, a sua companhia passou a ser conhecida como a “Companhia do Zé da Fisga”. Posteriormente, o desenho foi aceite como brasão para ser usado com o uniforme de campanha. Em Angola, Fernando Gonçalves continuou a desenhar. As chefias militares aperceberam-se do talento do jovem e usaram-no para conquistar o apoio das populações. Fernando Gonçalves passou a desenhar imagens de ação psicossocial que depois eram lançadas pela Força Aérea Portuguesa nas matas de Angola. Em 1965, Fernando Gonçalves termina o serviço militar e permanece em Angola, onde constitui família.

O “Zé da Fisga” foi publicado pela primeira vez no jornal humorístico *O Miau* e passou também pela revista *A Palavra*. No entanto, foi na *Notícia*, pela primeira vez a cores, que conquistou fama. Mais tarde, foi ainda publicado em formato postal e associado a anúncios publicitários de marcas de tabaco.

Segundo o autor do desenho, septuagenário a residir atualmente na zona norte de Portugal,<sup>30</sup> o “Zé da Fisga” foi censurado uma única vez. O lápis azul não autorizou a publicação do cartoon em que o protagonista transportava nos braços uma mulher (v. figura 1). Entre os dois, notava-se intimidade. Vinham de uma festa, visivelmente alcoolizados. No desenho podia ler-se, numa placa de madeira, a frase de contestação à guerra dos americanos no Vietname “Make love, not war”. Esta foi a frase que incomodou os censores. Sem tempo para fazer um novo desenho, Fernando Gonçalves alterou apenas a frase. “Make war with love” foi aceite pela censura. Se referências a álcool e mulheres passavam no teste, incitações à interrupção da guerra eram intoleráveis. Esta foi a única vez em que a palavra guerra, ainda que escrita em inglês, apareceu no cartoon.



Figura 1 – Álcool e mulheres são temáticas comuns no cartoon “Zé da Fisga”.

<sup>30</sup> Fernando Gonçalves vive na Póvoa do Varzim, onde é reconhecido pelas suas obras de arte. Foi entrevistado entre janeiro e fevereiro de 2012.

O “Zé da Fisga” mostrou uma guerra onde os militares nem se cruzavam com o inimigo. Assim se tranquilizava a opinião pública e os próprios militares, imaturos e com fraca instrução militar. Para o jornalista Fernando Dacosta, a “imagem que a comunicação social fazia da guerra era uma imagem virtual. Era uma guerra quase um piquenique, feita lá longe, com barcos a partir e a chegar, multidões no cais, depois no aeroporto, sem visibilidade, a não ser a das condecorações no Terreiro do Paço”.<sup>31</sup> Dacosta considera ainda que a Guerra Colonial “foi sempre muito mal-encarada pela comunicação social, primeiro, por impossibilidade, depois, por desinteresse” e, desta forma, hoje, para compreender este período da história de Portugal, “temos de socorrer-nos de outros meios, como a literatura, o romance, o teatro, o cinema, a música, etc.”.<sup>32</sup>

O desenho pode também ser visto como retrato do jovem soldado português que é obrigado a partir para Angola, para combater numa guerra sobre a qual pouco ou nada sabe. A fisga apresenta-se como uma arma pacífica que, tal como a guerra aqui revelada, não mata. O “Zé” foi também um instrumento útil para elevar a moral das tropas, através do humor.

Em todos os cartoons do “Zé da Fisga” há sempre algo para ler, em balões de diálogo ou placas. O autor serve-se de palavras ou frases curtas, escritas em linguagem simples. Para compreender o desenho, o leitor não tem necessariamente de saber ler. Neste sentido, o grau de alfabetização existente na época em que o cartoon era publicado é um dado importante para perceber a aceitação do desenho por parte dos leitores da *Notícia* na província ultramarina e na metrópole, uma vez que a revista era vendida em Angola e em Portugal. Começando por Angola, segundo o Anuário Estatístico do Ultramar, em 1958, 96,97% da população angolana era analfabeta.<sup>33</sup> “[...] calculava-se que 60% dos que sabiam ler eram europeus, perfazendo os africanos a percentagem de 10%”.<sup>34</sup> O baixo nível de escolaridade dos “nativos” era causado pela fraca existência de professores e monitores qualificados. Até 1961, em Angola, existiam

<sup>31</sup> Fernando Dacosta, «A guerra à distância» in Rui de Azevedo Teixeira (org.), *op. cit.*, p. 470.

<sup>32</sup> *Idem*, p. 471.

<sup>33</sup> Eduardo de Sousa Ferreira, *O fim de uma era: o colonialismo em África*, p. 79.

<sup>34</sup> *Idem*.

dois tipos de educação que separavam nativos de crianças portuguesas. Os missionários, mais empenhados em evangelizar do que propriamente em ensinar, eram os professores dos nativos. Após 1961, deixam de existir “duas espécies de pessoas”. “O ensino primário foi tornado obrigatório para todas as crianças entre os 6 e os 12 anos de idade, dentro dos mesmos princípios aplicados na metrópole”.<sup>35</sup> Esta alteração fez com que, em apenas uma década, o número de estabelecimentos de ensino duplicasse e o número de professores triplicasse. Relativamente a Portugal, no início da década de sessenta, 40,3% da população era analfabeta. Este número baixou para 38,1% em 1970. São ainda hoje conhecidas histórias de militares nascidos na metrópole, destacados nas províncias ultramarinas, que recebiam cartas de familiares em África e que pediam a outros militares o favor de as lerem. Se isto acontecia com as cartas, podia também acontecer com este cartoon, quando a imagem era insuficiente para perceber a mensagem.

O cartoon “Zé da Fisga” representa, de forma crítica e humorística, situações da então atualidade dos militares destacados em Angola e transmite sobre a mesma o ponto de vista do autor. O leitor tem liberdade para o interpretar mas, para o compreender, hoje, “é essencial, da parte do leitor, conhecimento dos factos, dos acontecimentos ou das pessoas retratadas”.<sup>36</sup> O cartoon é um género textual, de rápida leitura, que, para José Barbosa Machado e Rosa Rebelo, “tem uma vida curta”.<sup>37</sup> De facto, hoje, este cartoon não pode ser analisado sem conhecimentos do passado, onde havia censura e onde a guerra não era, como mostram as imagens, desprovida de sangue. “O Estado Novo amordaçou o humor gráfico português. Com a censura, o cartoonismo político foi reduzido a uma ínfima expressão, por vezes até a uma expressão clandestina. Porém, o Estado condescendeu no cultivo de um tipo inócuo de crítica social, moralista mas também brejeiro”,<sup>38</sup> centrado na mulher. Assim aconteceu com o “Zé da Fisga”, cujo comportamento nada exemplar não preocupou os censores.

---

<sup>35</sup> *Idem*, p. 87.

<sup>36</sup> José Barbosa Machado e Rosa Rebelo, *op. cit.*, p. 5.

<sup>37</sup> José Barbosa Machado e Rosa Rebelo, *op. cit.*, p. 4.

<sup>38</sup> Jorge Pedro Sousa, *op. cit.*, p. 392.

Seguidamente, apresentamos uma análise mais pormenorizada de três cartoons. O “Zé da Fisga” está presente nas três imagens, em três cenários diferentes. As personagens secundárias são igualmente diferentes nos três desenhos selecionados.

### Cartoon 1

Começando pela mensagem denotada, ou seja, pelo sentido objetivo da imagem, este cartoon (v. figura 2) retrata uma missão militar no mato, como se pode ver pela paisagem tipicamente africana. Cinco militares, armados e fardados com uniforme de campanha, caminham em fila: o segundo é, de acordo com a divisa (segundo-sargento), o chefe da missão e apenas transporta um rádio, objeto que não pesa tanto como as mochilas que os outros quatro elementos (soldados), visivelmente cansados, trazem às costas. As armas dos soldados (espingardas) são igualmente mais pesadas do que a arma do segundo-sargento (pistola). O chefe da missão entoia uma música através do assobio, dando som à imagem que conta também com um balão de diálogo proveniente do rádio. Este aparelho portátil revela-nos que a caminhada decorre num domingo.

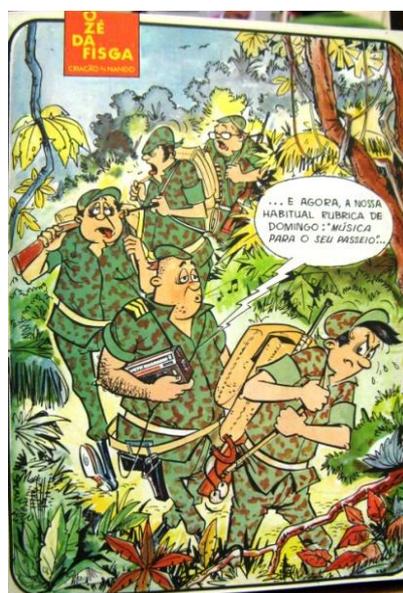


Figura 2 – O “Zé da Fisga” ignora o inimigo em todos os cartoons.

Relativamente ao plano de conteúdo, ou mensagem conotada, esta imagem divide-se em chefe e subordinados. O chefe não dá o exemplo ao ser o responsável pela quebra do silêncio que, numa missão deste tipo, era essencial. Os militares, através do

som do rádio, denunciam-se assim perante o inimigo que em pleno mato poderia aparecer. Verifica-se também que as armas dos cinco militares não estão nem na posição correta e muito menos prontas a disparar, caso seja necessário. Caminham desatentos ao trajeto, aparentemente sem qualquer objetivo. De facto, a palavra “passeio” proferida pelo locutor de rádio não está descontextualizada: os cinco, principalmente o segundo-sargento, parecem estar apenas a fazer um mero passeio. A palavra domingo poderá transmitir a ideia de que, nas colónias, para os militares destacados, não há dias de descanso. Mas, por outro lado, pode transmitir também a ideia de que, ao domingo, o inimigo não representa perigo. Relativamente ao cansaço e reprovável postura dos cinco homens, revelam a falta de preparação para a guerra a vários níveis, patente em muitos dos militares destacados para as colónias. Por fim, se este cartoon não tivesse o balão de diálogo, a mensagem seria igualmente perceptível. Apenas não saberíamos que a ação se passava num domingo.

No que diz respeito às categorias cromáticas utilizadas pelo autor do cartoon, as cores predominantes são o verde, símbolo de calma e repouso, e o amarelo, que dá ao leitor a impressão de calor e luz. O uso da cor confere realidade ao cenário que retrata uma guerra pacífica.

## **Cartoon 2**

Neste cartoon (v. figura 3), estão presentes duas personagens: o soldado “Zé da Fisga” e um alferes. A ação passa-se na messe (cantina). O “Zé da Fisga” descasca batatas para uma panela, sentado em cima de uma outra panela. O alferes fala com a mãe, via telefone. A face do soldado transmite sentimentos de raiva e descontentamento e o alferes mostra-se feliz por estar em contacto com um familiar. Um trabalha, o outro descansa. Um está insatisfeito, o outro encontra-se feliz. Neste sentido, repete-se a tranquilidade do chefe e o cansaço do(s) subordinado(s), verificados no cartoon anterior. Sobre o alferes, destaca-se a cor amarela, símbolo de calma, repouso e alegria.



Figura 3 – O “Zé da Fisga” não gostava de trabalhar.

A imagem, uma vez mais, destaca a hierarquia militar, em que o alferes (posto militar da categoria de oficial) manda e o soldado (posto militar da categoria de praça) obedece. A própria estrutura do corpo de cada um remete para uma maior fragilidade relativamente ao soldado: é mais magro.

O telefone estabelece a ligação dos militares à família. Sabemos hoje, segundo dados históricos, que o meio usado para entrar em contacto com familiares era a carta<sup>39</sup> - telefone surge como exagero e distorção da realidade, características comuns no género cartoon - sempre “censurada” com o intuito de não permitir que determinadas informações saíssem das colónias, para que os que estavam na província continuassem a saber apenas o suficiente para apoiarem a ida de jovens para a guerra. O alferes, pelo telefone, também transmite uma boa imagem da sua missão: “não calculas como sou feliz...”. De facto, os familiares não podiam “calcular” o que desconheciam. As reticências transmitem também a ideia de que muito mais se pode dizer, de que certamente haverá um “mas”. O facto de o alferes utilizar a palavra “mamã”, mostra que está carente de afetos e demonstra também alguma infantilidade, juventude e saudade. O soldado assiste à conversa, com inveja por não estar a fazer o mesmo. A falta

<sup>39</sup> “O Serviço Postal Militar (SPM) organizado pelas Forças Armadas atingiu elevados padrões de eficácia, existindo a noção em todos os escalões de comando de que receber a correspondência regularmente era essencial para manter o moral das tropas.” (Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Guerra Colonial*, p. 480)

de privacidade era também uma das características desta guerra, em que os militares tinham de partilhar os mesmos espaços no dia-a-dia. Os poucos meios à disposição obrigavam-nos também a improvisar: na messe, o “Zé da Fiska” usa uma panela como banco.

O balão de diálogo surge nesta imagem, segundo Barthes, como “ancoragem”.<sup>40</sup> Na medida em que as imagens visuais podem ter vários sentidos, “elas implicam, sublinhando os seus significantes, uma cadeia flutuante de significados, podendo o leitor escolher uns e ignorar outros. As palavras ajudam a «fixar» a cadeia flutuante de significados de forma a deter o terror dos signos incertos”.<sup>41</sup> No entanto, ainda segundo Barthes, a palavra pode também ser encarada como “mensagem parasita destinada a conotar a imagem, a apressá-la com um ou mais significados de segunda ordem”.<sup>42</sup> Outra característica da “ancoragem” é a “denominação”, ou seja, a palavra pode ajudar o leitor a enquadrar a situação com maior exatidão. Se o balão de diálogo não estivesse neste cartoon, poderíamos, por exemplo, pensar que o alferes estaria a falar com uma namorada que residia em Angola.

### Cartoon 3



Figura 4 – O “Zé da Fiska” recebe uma ordem do comandante.

<sup>40</sup> Ap. John Fiske, *Introdução ao Estudo da Comunicação*, p. 148.

<sup>41</sup> *Idem.*

<sup>42</sup> *Idem*, p. 149.

Um capitão furioso, com a face rosada, dá um murro na secretária e grita o que se pode ler no balão de diálogo: “Para já, ficas sem ‘dispensa de recolher<sup>43</sup>!” O desenho do balão mostra que, de facto, a voz do capitão se espalhou por toda a sala. O soldado recebe a mensagem em sentido e demonstra medo e surpresa. Ao lado da secretária, estão três mulheres jovens e elegantes: duas com bebés ao colo e uma grávida. Pela decoração do espaço, podemos deduzir que as personagens se encontram na sala do comandante, o capitão. Quer isto dizer que se está a tratar de um assunto sério. As três mulheres parecem aguardar uma decisão. O cartoon leva-nos a pensar que o soldado “Zé da Fisga” é o pai dos bebés que estão ao colo e também o pai do bebé que há de ainda nascer.

Uma vez mais, a hierarquia militar está presente neste cartoon: o capitão (oficial) é quem manda no soldado (praça). A ordem, no entanto, não resolve a problemática em causa. A relação amorosa ou simplesmente sexual entre militares e nativas das colónias era uma realidade nos tempos da Guerra Colonial, não apenas para praças, mas também para sargentos e oficiais. No entanto, tendo em conta a hierarquia militar e o respeito obrigatório pelos postos militares superiores, o cartoonista atribuiu a realidade ao soldado. Há também que ter em conta que os censores, que analisavam o cartoon “Zé da Fisga”, eram igualmente militares, oficiais que não permitiriam tal referência. Assim, o oficial assume, neste cartoon, uma postura exemplar: punir o militar que fez o que não devia.

## **Conclusão**

O cartoon “Zé da Fisga” é, sem dúvida, um dos muitos retratos possíveis do militar português que deixou a metrópole e partiu para a guerra. Não há nele toda a verdade mas há nele parte da verdade e há nele também pormenores relevantes sobre o quotidiano do militar destacado. Este não é um retrato de todos os militares em geral mas sim o retrato crítico e humorístico centrado no posto mais baixo da hierarquia militar – o soldado.

---

<sup>43</sup> Não ter “dispensa de recolher” significa que o militar não tem autorização para pernoitar fora do quartel.

Entre uma imagem e a realidade existe um caminho nem sempre fácil de percorrer. Analisar o “Zé da Figa” sem conhecimentos sobre a Guerra Colonial e a sociedade portuguesa das décadas de 60 e 70, na metrópole e nas províncias, não nos permite fazer a ligação correta entre a imagem e a realidade. “A fotografia, o filme etnográfico [...], os museus e outros recursos imagéticos [...], colocam-se como recursos de investigação, por mais que tenham expressividade na perceção em torno dos fenómenos sociais, e, pela sua importância e complexidade aqui revelada, necessitam da reflexão crítica, da compreensão de que resultam de processos também complexos e relativos”.<sup>44</sup>

Segundo Nuno Severiano Teixeira, a “Guerra Colonial é indiscutivelmente um dos temas mais importantes da história recente de Portugal, que deixou marcas e continua ainda a ter marcas na sociedade portuguesa e que é necessário, é urgente que seja estudado”.<sup>45</sup> “Historiadores mais jovens, sem experiência vivida e sem memória direta do acontecimento” podem hoje, “com maior distanciamento histórico e com grelhas analíticas, fazer um estudo científico, um estudo teórico sobre esta área.”<sup>46</sup>

Esta foi apenas uma das análises possíveis deste cartoon. As mesmas imagens poderiam ser também analisadas, a título de exemplo, pelo olhar de ex-combatentes. O resultado seria certamente outro.

### Referências Bibliográficas

AFONSO, Aniceto e Carlos de Matos Gomes. *Guerra Colonial*. Editorial Notícias, Lisboa, 2000.

AZEVEDO, Cândido de. *A Censura de Salazar e Marcello Caetano*. Editorial Caminho, Lisboa, 1999.

BARBOSA, Marialva Carlos. «O presente e o passado como processo comunicacional», in *Matrizes*, nº 2, São Paulo, janeiro/junho 2012, pp. 145-155.

CASCAIS, Fernando. *Dicionário de Jornalismo – As Palavras dos Media*, Editorial Verbo, Lisboa, 2001.

---

<sup>44</sup> José Machado Pais, Clara Carvalho e Neusa Mendes de Gusmão, *O visual e o quotidiano*, p. 29.

<sup>45</sup> Nuno Severiano Teixeira in Rui de Azevedo Teixeira (org.), *op. cit.*, p. 16.

<sup>46</sup> *Idem*.

FERREIRA, Eduardo de Sousa. *O fim de uma era: o colonialismo em África*. Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1977.

FISKE, John. *Introdução ao Estudo da Comunicação*. Edições ASA, Porto, 1993.

LOPO, Júlio de Castro. *Jornalismo de Angola – subsídios para a sua história*. Edição do Centro de Informação e Turismo de Angola, Luanda, 1964.

MACHADO, José Barbosa Machado e Rosa Rebelo. «Análise semiótica do cartoon editorial», disponível em <http://www.ae-ic.org/santiago2008/contents/pdf/comunicaciones/254.pdf>, consultado em janeiro de 2015.

MELO, A. Borges de. *História da Imprensa de Angola*. Semana Ilustrada Editorial, Rio de Janeiro, 1993.

PAIS, José Machado, Clara Carvalho e Neusa Mendes de Gusmão (orgs.). *O visual e o quotidiano*. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2008.

PRÍNCIPE, César. *Os Segredos da Censura*. 2ª ed., Editorial Caminho, Lisboa, 1994 (1ª ed., 1979).

SANTOS, José Rodrigues dos. *A Verdade da Guerra – Da Subjectividade, do Jornalismo e da Guerra*. Gradiva, Lisboa, 2003.

SOUSA, Jorge Pedro. *Caderno de Estudos Mediáticos II*. Edições Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2000.

----- . *Elementos de Jornalismo Impresso*. Letras Contemporâneas, Florianópolis, 2005.

TEIXEIRA, Rui de Azevedo (org.). *A Guerra Colonial – realidade e ficção*. Editorial Notícias, Lisboa, 2001.

TORRES, Sílvia Manuela Marques. *Guerra Colonial na revista Notícia*. Edições MinervaCoimbra, Coimbra, 2014.

## A importância da fotografia no jornalismo: a perceção dos fotojornalistas portugueses

### Resumo

À luz do desenvolvimento tecnológico, o mundo atual tem tendência a tornar-se cada vez mais visual: as imagens estão por todo o lado na vida quotidiana. No que diz respeito ao jornalismo em específico, este é igualmente dependente de elementos visuais, nomeadamente as fotografias. No entanto, quantidade não é sinónimo de qualidade e, desta forma, importa refletir sobre como são selecionadas as fotografias no meio jornalístico. O presente artigo centra-se em perceber quais são os critérios usados pelos fotojornalistas na seleção das fotografias. Desta forma, partindo do discurso dos jornalistas proferido em entrevistas semi-diretivas, concluímos que os critérios adotados para a escolha das fotografias variam consoante o órgão de comunicação para o qual se trabalha, sendo que o fotojornalista repórter não é o principal influente na decisão. Além disso, vários são os fatores que influenciam a gestão do espaço num jornal, sobretudo tendo em conta a importância de cada acontecimento.

**Palavras-chave:** fotojornalismo; noticiabilidade; valores-notícia; Portugal.

### Abstract

In the light of current technological developments, the world is becoming even more visual: images are everywhere in our daily lives.

In terms of journalism, it's a medium equally dependent of visual elements, mainly photographs. However, quantity doesn't necessarily mean quality, so it's important to reflect about the way photographs are selected in the world of journalism.

This present article focuses in understanding what are the criteria used by photojournalists in selecting photographs. Therefore, using journalist's discourse in semi-directive interviews, we conclude that the criteria used for that choice varies, according to the media for which this journalist works, and that same journalist is not the main decider in that choice.

Furthermore, there are various factors that influence the use of space in a newspaper, mostly because that use of space takes in account the importance of each event.

**Keywords:** photojournalism; newsworthiness; news-values; Portugal.

### **Introdução**

O estudo do jornalismo diversifica-se em diferentes áreas, sendo que nem todas têm sido alvo de atenções semelhantes. No caso do fotojornalismo, o estudo da fotografia, enquanto meio jornalístico, tem ficado um pouco aquém.

---

<sup>1</sup> Aluna do curso de Jornalismo e Comunicação entre 2010-2013. Atualmente é mestranda em Jornalismo, Comunicação e Cultura na ESEP e elabora uma dissertação sobre o fotojornalismo português.

Como refere Giacomelli (2008), a investigação sobre o fotojornalismo aumentou desde o ano 2000 até à atualidade, mas há ainda muitas lacunas, sobretudo no que diz respeito aos critérios de noticiabilidade do fotojornalismo.

Nesta medida, o presente artigo pretende contribuir para o conhecimento relativo a estes mesmos critérios, na realidade portuguesa, ressaltando o facto de estar inserido no desenvolvimento ainda em curso de uma tese de mestrado.

Qualquer prática jornalística deve, à partida, reger-se por um conjunto de critérios que pretendem entender o que torna um acontecimento noticiável, de forma a existir coerência nas decisões dos jornalistas. Muitos são os fatores preponderantes que influenciam estas mesmas escolhas, e é com base nesta realidade que o presente artigo tem como objetivo perceber quais são os critérios usados pelos fotojornalistas portugueses na seleção de fotografias; quais são os valores-notícia que definem as escolhas dos profissionais em questão, considerando todas as etapas do processo: desde o primeiro momento, no local do acontecimento, em que se escolhe o que fotografar; passando pela escolha das fotografias pelos repórteres que fotografaram a respetiva situação; e, por fim, a escolha da imagem que é publicada, sendo esta da responsabilidade do editor da secção de fotografia.

### **Notas sobre a história do fotojornalismo**

O surgimento da fotografia não é mérito de uma única personalidade. A fotografia, como a conhecemos hoje, existe devido a um processo lento, de vários anos de descobertas. Ao longo do seu percurso, a fotografia foi alvo de variadas questões – desde a sua definição, à parte técnica –, mas ainda assim diferenciou-se sempre de outras artes, como a pintura, pela sua ligação à realidade. O simbolismo de verdade da fotografia tornou possível ver o outro lado do mundo, ainda que através de outros olhos. “Enquanto as estradas, as pontes e o caminho-de-ferro não ligavam o país, a fotografia encurtava as distâncias” (Sena, 1991:19).

A inegável vertente de veracidade que a fotografia trouxe foi vista como um forte elemento para muitas áreas – já que, primordialmente, tem um carácter de confirmação do real. Tendo em conta que uma das dimensões da fotografia é a ligação com a

realidade, torna-se importante perceber, para o presente artigo, qual o lugar da fotografia no campo jornalístico.

Tal como refere Jorge Pedro Sousa, o jornalismo adotou a fotografia como um meio de comprovar factos:

“Nascida num ambiente positivista, a fotografia já foi encarada quase unicamente como o registro visual da verdade, tendo nessa condição sido adotada pela imprensa. Com o passar do tempo, foram-se integrando determinadas práticas, tendo-se rotinizando e convencionalizado o ofício, um fenómeno agudizado pela irrupção do profissionalismo fotojornalístico” (Sousa, 2004:9).

Inicialmente, o processo fotográfico era lento e com poucos resultados, o que levou a que o uso da fotografia no jornalismo não tivesse vingado rapidamente. Só a partir de 1990 é que, segundo Jorge Pedro Sousa, o fotojornalismo começou a ganhar estatuto:

“Apesar do uso que a imprensa *murecracker* e amarela faziam das fotos (no *New York Journal*, de Hearst, os fotógrafos chegavam a alterar fotos de pessoas conhecidas para que estas passassem por desconhecidas; as fotos serviam, depois, para ilustrar narrativas diversas, como crimes), nos anos 90 do século passado a introdução rotativa e a alteração do conteúdo dos jornais e revistas, que começam a publicar artigos mais sérios e profundos, levam a uma integração crescente da fotografia jornalística, mesmo nos órgãos de comunicação social mais clássicos” (2004:47).

O fotojornalismo assume-se, numa primeira fase, – e de forma a distinguir-se de qualquer outro procedimento fotográfico – como a prática de fotografar para informar, já que a fotografia jornalística assume características que, à partida, a distinguem de qualquer outro tipo de fotografia: independentemente dos parâmetros técnicos e artísticos, no jornalismo a fotografia tem de assumir, primeiramente, o papel de relatar o que aconteceu. Ainda assim, não se pode descurar a sua relação com o texto, já que a imagem, por si só, não é capaz de oferecer determinadas informações. É essencial que texto e a fotografia se complementem, de forma a definir o sentido da mensagem a transmitir (Sousa, 2002).

Na mesma linha de pensamento, Schmitt – ao abordar o modelo Stuart Hall do *newsmaking* fotográfico – afirma, em relação ao texto e à fotografia, que:

“Os dois, ao mesmo tempo, dão conta diferentemente dos mesmos conteúdos, reforçando-os através da redundância. E ampliam mutuamente seus significados, dizendo coisas que o outro não é capaz de dizer, num verdadeiro exemplo de intertextualidade” (1998).

Ao invés, Roland Barthes defende que “a Fotografia é contingência pura e não pode ser mais do que isso (é sempre *alguma coisa* que é representada – ao contrário do texto que, pela acção súbita de uma palavra, pode fazer passar uma frase da descrição à reflexão” (1980:49).

Pouco a pouco, várias agências de fotografia foram criadas, a fotografia enquanto meio jornalístico propaga-se mundialmente e é com o aparecimento da fotografia digital que esta prática jornalística ganha novos contornos. França defende que “a fotografia digital trouxe inúmeras vantagens para a prática do fotojornalismo” (2014:26), sobretudo na aceleração e simplificação nos processos de captação, produção, reprodução e difusão de fotografias, o que levou a que o número de fotojornalistas aumentasse. No entanto, Sousa salienta que, tendo em conta este novo contexto digital, “as possibilidades da manipulação e geração computacional de imagens levantam problemas nunca antes colocados à atividade, no âmbito da sua relação com o real” (Sousa, 2004:199).

### **Dos valores da notícia aos valores da fotografia**

Perceber porque um acontecimento é transformado em notícia e outro não, passa, inevitavelmente, pela compreensão dos valores-notícia. Genericamente, trata-se de critérios segundo os quais um determinado evento tem maiores probabilidades de merecer mais atenção por parte dos jornalistas e assim ser publicado. Diversos autores (Galtung&Ruge, 1993; Golding & Elliot, 1978; Wolf, 1995, entre outros) têm dado contribuições para o estudo dos valores-notícia; contudo, para o presente artigo focar-nos-emos na contribuição de Nelson Traquina (2002).

Os valores-notícia cruzam-se fortemente com a política editorial, sendo ambos pontos de extrema influência no método de seleção de acontecimentos. De igual modo, esta mesma realidade assume-se como base do fotojornalismo, já que informar através da fotografia transcende, em muito, o ato de fotografar. Uma fotografia de imprensa

assume um carácter, à partida, noticioso e que conte uma história. Fotojornalismo “é sinónimo de contar uma história em imagens” (Sousa, 2002:8).

Assim, torna-se necessário perceber quais os critérios utilizados para definir que acontecimentos são notícia, assim como que características são necessárias a uma fotografia para ser publicada.

Traquina define noticiabilidade como:

“O conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, de possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou um assunto, são suscetíveis de se tornar notícia” (2002:172).

Ora, sendo o jornalismo um processo de escolhas, importa refletir sobre a forma como as decisões são tomadas, especificamente, no fotojornalismo.

Segundo Nélson Traquina, os valores-notícia dividem-se em dois grupos: os valores-notícia de seleção e os valores-notícia de construção, sendo que abordaremos apenas o primeiro grupo, tendo em conta os objetivos do presente artigo.

Os valores-notícia de seleção dizem respeito aos critérios que levam os jornalistas a escolher entre os acontecimentos que são noticiados. Este grupo de valores-notícia subdivide-se, de acordo com Traquina (2002), em dois grupos: 1) os critérios substantivos, que avaliam se um acontecimento tem importância e/ou interesse para se tornar notícia; e 2) os critérios contextuais, que estão relacionados com o contexto onde a notícia é produzida. Quanto aos valores-notícia de construção, são os que estão associados à elaboração da notícia: são as linhas orientadoras do trabalho recolhido.

Como valores-notícia de seleção, considerando os critérios substantivos, Nélson Traquina salienta nove. A morte é um fator que leva a que um acontecimento seja notícia, sendo esta a razão que explica o símbolo de negatividade que está associado às notícias produzidas. “Onde há morte, há jornalistas” (2002:187). Este critério pode predominar como método de escolha se, por hipótese, estiver relacionado com personalidades com notoriedade – que é outro dos valores-notícia definidos por Traquina –, tendo em conta que há maior probabilidade de um acontecimento se tornar notícia se estiver relacionado com pessoas da elite. De igual modo, outro fator é a

proximidade, tanto geográfica, como cultural. Traquina salienta também a relevância – a “preocupação de informar o público dos acontecimentos importantes, porque tem impacto sobre a vida das pessoas” (2002:189) – e também quando surge algo de novo: a novidade. Deste modo, há bastante interesse, por parte dos jornalistas, pela “primeira vez”. Impreterivelmente, um outro fator que está associado às rotinas dos jornalistas é o tempo, já que este, mais do que condicionar, é muitas vezes o responsável pelo ritmo do trabalho jornalístico. Traquina classifica-o em três tipos: a importância de um acontecimento ser atual; o cuidado de relembrar uma data importante (como por exemplo o 25 de abril), considerando o autor que, nesta situação “o fator tempo é utilizado como «cabide» ” (2002:190) para justificar a falta de assunto; e por fim, num efeito a mais longo prazo, como é exemplo o caso Maddie – um determinado acontecimento é assunto ao longo de um grande período de tempo.

Outro valor-notícia apresentado por Traquina é o de notabilidade, ou seja, a questão de um acontecimento ter visibilidade, notoriedade, podendo estabelecer-se em diferentes campos: o número de pessoas envolvidas (considerando que, quanto maior for a quantidade, maior a notabilidade); o facto de um acontecimento fugir à conduta considerada normal – a inversão; o insólito; quando ocorre uma falha (que geralmente tem consequências notórias); e as situações extremas: o excesso e a escassez.

Ao invés de muitos acontecimentos, que já se encontram agendados no plano noticioso, existem aqueles que surgem de forma inesperada. Esta característica está, geralmente, associada a um “mega-acontecimento (...) que subverte a rotina e provoca um caos na sala de redação” (Traquina, 2002: 192).

Por último, o autor apresenta como valor-notícia o conflito ou controvérsia, relacionado tanto com a violência física, como com a simbólica.

Importa referir que estes critérios referidos funcionam, segundo o autor, como elementos reguladores da sociedade – “alguns destes valores-notícia ajudam a construir a sociedade como «consenso»” (2002:193).

Ainda referente aos valores-notícia de seleção, abordamos agora os critérios contextuais. Em primeiro plano, o autor refere a disponibilidade: determinar a cobertura de um acontecimento de acordo com os meios disponíveis (humanos, económicos e

materiais). É igualmente importante encontrar o equilíbrio entre os acontecimentos noticiados. O autor sugere que, por hipótese, “não tem valor-notícia porque ainda há pouco a demos” (2002:196). Um outro valor-notícia, apontado por Traquina, é a concorrência entre os órgãos de comunicação: geralmente na procura de oferecer ao público algo que outros não oferecem – a situação de existir um assunto exclusivo.

### **A visualidade como um critério de seleção**

Os jornalistas tendem a selecionar os acontecimentos dos quais farão notícia também em função das características próprias de cada meio de comunicação. Assim, será natural que um jornalista de televisão procure boas imagens para as suas peças televisivas e um jornalista de rádio proceda do mesmo modo em relação ao som. Nesse sentido, e tendo em conta os objetivos do presente artigo, consideramos relevante sublinhar a importância do valor-notícia intitulado visualidade, que Nelson Traquina define como um fator de noticiabilidade fundamental, já que “a existência de boas imagens, de «bom» material visual, pode ser determinante na seleção do acontecimento como notícia” (2002:197). Ou seja, será de considerar que um determinado acontecimento terá mais probabilidades de ser noticiado em função de sobre ele serem feitas “boas” fotografias. Na mesma linha de pensamento, Fernando Bohrer Schmitt ressalva a importância deste aspeto: “a visualidade das notícias é determinante na construção de sentidos no jornalismo” (1998:98), muita embora tenha sido considerada como um fator secundário durante muito tempo. Como tal, os estudos sobre a seleção de fotografias não são muito frequentes. “Se esta preocupação em estudar e explicar os critérios que levam os jornalistas a privilegiar determinados temas está mais madura no que se refere ao jornalismo, o mesmo ainda não acontece com a fotografia publicada” (Giacomelli, 2008).

Na sua pesquisa, Schmitt (1998) aborda o modelo de Stuart Hall do *newsmaking* fotográfico, o qual se divide em oito diferentes níveis. Um deles é denominado “nível da notícia”. De acordo com o autor, a seleção das fotografias é realizada segundo os valores-notícia que guiam a escolha de acontecimentos: “a fotografia não escapa a este tratamento como mercadoria jornalística, e é valorada dentro dos jornais pelos mesmos

critérios de noticiabilidade”, salientando o importante papel do editor na escolha da melhor fotografia entre muitas outras (Schmitt, 1998). Além destes fatores, existem os critérios fotográficos (técnicos e de linguagem) (Schmitt, 1998).

Ainda assim, Schmitt afirma que, em último recurso, uma fotografia pode tornar-se produto jornalístico, mesmo não tendo sido capturada com esse objetivo – tendo em conta o valor noticioso que cada acontecimento adquire. No entanto, Giacomelli apresenta várias experiências pessoais que vivenciou em diferentes órgãos de comunicação, as quais se resumem a uma mesma ideia: o critério de noticiabilidade na seleção de notícias é a existência ou não de fotografia – só se publica a notícia se houver fotografia (2008).

## **Metodologia**

Este artigo enquadra-se no desenvolvimento de uma tese de mestrado, ainda em curso, que tem por objetivo perceber qual o lugar da fotografia na construção da notícia. Para o presente artigo, foram realizadas duas entrevistas com o objetivo de perceber qual a perceção dos fotojornalistas relativamente à importância da fotografia no jornalismo.

A metodologia adotada baseou-se na análise de conteúdo às entrevistas realizadas a dois fotojornalistas portugueses, considerando que ambos responderam com base na experiência enquanto repórter (selecionam, para uma determinada notícia, um conjunto de fotografias que, *à posteriori*, sofrerão uma seleção por parte do editor – que decide se serão publicadas).

Tendo em conta os objetivos da investigação, torna-se preponderante perceber como os fotojornalistas percecionam os seguintes aspetos:

- Quais os critérios de noticiabilidade da seleção de fotografias?
- Que valores-notícia influenciam essa mesma escolha?

## Caracterização dos entrevistados

Tabela 1

	<b>Entrevistado A</b>	<b>Entrevistado B</b>
<b>Idade</b>	44 anos	30 anos
<b>Formação</b>	Instituto Português da Fotografia	Sem formação (workshops, formações)
<b>Percurso Profissional</b>	Jornal da Bairrada, Jornal de Notícias, Diário de Notícias	Diário de Leiria, Correio da Manhã
<b>Atual local de trabalho</b>	Indeterminado	Correio da Manhã e CMTV (Leiria)
<b>Condição e Cargo</b>	Formador na área do fotojornalismo, fotografia de desporto e fotografia de espetáculo	Fotojornalista e cameraman

## **Apresentação e discussão de dados**

### **1 –O peso do fotojornalista e a política editorial**

O trabalho fotojornalístico assenta num processo de escolhas desde o primeiro momento, que é o ato de fotografar. Neste contexto, o primeiro filtro de um acontecimento é o fotojornalista: ele é o responsável por decidir o que fotografar, como sublinha um dos entrevistados.

*Entrevistado B: “Nós, que estamos a fotografar, somos sempre o primeiro filtro.”*

No entanto, em alguns casos essa decisão pode ser influenciada pela entidade patronal, na medida em que diferentes órgãos de comunicação social apresentam diferentes políticas editoriais.

*Entrevistado A: “Eu tive sorte. Ao trabalhar para o Jornal de Notícias e para o Diário de Notícias, por exemplo, em situações de funeral, podia fotografar fora do cemitério. O Correio da Manhã exigia o sensacionalismo bruto: entrar na privacidade das pessoas.”*

*Entrevistado B: “O fotojornalista, quando vai para um trabalho, tem de saber para que tipo de jornal está a trabalhar, porque aquele jornal precisa de determinado tipo de imagem, outro precisa de outro tipo de imagem. (...) Como trabalho para o Correio da Manhã, mostro, o mais próximo daquilo que aconteceu, sem identificar as pessoas. No entanto, por exemplo num acidente, mostrar a vítima toda ensanguenta... o que acrescenta à notícia? Não acrescenta nada que um lençol branco não mostre. Obviamente que há jornais que se tivessem essa foto a publicavam.”*

Para os entrevistados, o primeiro critério de seleção é comum e tem a ver com questões técnicas: a fotografia tem de estar focada. Só depois, referem os entrevistados, a fotografia tem de informar.

*Entrevistado A: “o critério de prioridade, para mim, é o que está bem congelado, bem feito. É o critério número um. O número dois assenta em função do que aconteceu. (...) Nós, fotojornalistas, temos de dizer, através da imagem, minimamente o que está no texto. O fotojornalismo é informar, não tem nada a ver com estética da fotografia.”*

*Entrevistado B: “O essencial para mim é as fotografias estarem sempre focados. Isso tem de ser. É obrigatório. No spotnews diário. Não quer dizer, porque o momento*

*também importa, que não haja exceções. (...). A segunda prioridade é ter a informação toda necessária. (...) Para mim, o que é foto é mostrar ao leitor aquilo que aconteceu.”*

Na sequência do processo de seleção de fotografias, a responsabilidade, na etapa seguinte, recai nos editores de fotografia de cada órgão de comunicação social. Os entrevistados enviam as suas fotografias por ordem de preferência pessoal, mas essa preferência nem sempre vai ao encontro das decisões dos editores.

*Entrevistado A: “Uma frustração que eu tinha e que muitos colegas ainda têm hoje: nós é que estamos no terreno a fazer a cobertura, nós é que temos noção do que aconteceu. Nós fazemos a nossa primeira triagem. Escolhemos o que vai ao encontro daquilo que presenciámos e cobrimos. Enviava as fotografias por ordem de preferência. E muitas vezes, a frustração é por nunca escolherem a primeira, ou a segunda opções. E nunca sabemos porquê.”*

*Entrevistado B: “Às vezes eu ligo a sugerir a melhor fotografia e eles até agradecem, porque nós é que estivemos no local. (...) Quem está a receber as fotografias, recebe milhares de fotos por dia. Eu acredito que esse editor de fotografia chega a uma altura que está em piloto automático.”*

## 2 – A morte, a proximidade e a falta de espaço

Além destes fatores, os entrevistados salientam outros, também preponderantes no seu trabalho diário e que vão variando de acordo com as diferentes situações.

Em caso de morte, por exemplo, o entrevistado B diz que, tanto na fotografia como no vídeo, *“evito ao máximo mostrar algo que identifique as pessoas que ali estão. Imaginemos que estamos em casa a ver as notícias e o morto é um familiar ou amigo. Não é maneira de informar as pessoas”*.

Ainda assim, afirma que diferentes órgãos de comunicação social assumem diferentes posições: *“dependendo do jornal onde se trabalha, uns garantidamente não publicavam determinada imagem, enquanto que outros sim. É a tal ética de cada jornal. Na realidade, importa chocar.”* Na mesma linha, o entrevistado A defende que *“acidentes, por exemplo, são prioridade... isso é o que vende.”*

Em casos de acontecimentos relevantes, o entrevistado B diz que, aquando da sua publicação, a notícia correspondente tem de estar acompanhada por uma fotografia, independentemente da sua qualidade. *“Os “frames” de vídeos podem ser usados como fotografia. Se tiver o momento... eu não gosto, mas às vezes tem de ser.”*

Também no fotojornalismo, um acontecimento tem maiores probabilidades de ser noticiado em função da proximidade – geográfica ou cultural –, como nos explica o entrevistado B:

*“Houve um acidente na IC2, que deu polémica por causa dos acidentes frequentes nesta estrada. A fotografia aqui não foi só o carro todo partido. A fotografia, neste caso, é localizar o sítio. Apanhei um plano aberto, com os bombeiros a trabalharem no carro. Para mim, esta é a fotografia, porque a informação está lá toda e porque localiza, e quem vai ver percebe logo: “Ah! Isto é já ali nos Marinheiros.””*

### 3 – O futuro da prática fotojornalística

Com o aparecimento da fotografia digital e da Internet, o hábito de comprar o jornal tem tendência a desaparecer. O número de jornais vendidos caiu, nos últimos anos, e conseqüentemente assiste-se a frequentes despedimentos de fotojornalistas, como é o caso do entrevistado A, que foi despedido *“na primeira dispensa coletiva da controlinveste.”*

Apesar disso, o entrevistado B considera que é aqui que está o futuro do fotojornalismo, pois entende que se abrem portas para um melhoramento da prática jornalística: *“O fotojornalismo tem mudado para melhor, porque a quantidade de oferta que há para o teu lugar obriga-te todos os dias a querer fazer melhor. (...) Além disso, a internet permite-te fazer coisas boas: no papel estás limitado ao espaço, o on-line é infinito.”*

Por outro lado, o entrevistado A defende que o futuro do fotojornalismo passa pelo jornal em papel: *“se houver um acidente que envolva mortes é foto de capa. Porque é o que vende. A ver se voltam a vender o papel. O que vende é o sangue, não é cultura.”*

É preciso sublinhar, no entanto, que independentemente do futuro do fotojornalismo residir ou não em exclusivo no *online*, a verdade é que a Internet trouxe

já consequências para os fotojornalistas e para o modo como a gestão da informação é feita atualmente. Os nossos entrevistados referem isso mesmo a partir de um caso concreto:

*“O concerto foi numa terça-feira à noite. Mande as fotografias no dia seguinte. Não saiu na quinta, não saiu sexta, não saiu no sábado, não saiu na segunda... Portanto, já não sai. Isto não é porque não houvesse resultados válidos para publicar. Simplesmente é porque, entretanto, não houve espaço. Isto acaba por ser uma triagem, porque houve situações mais importantes.”*

### **Notas finais**

Considerando que é um trabalho em curso, este estudo permite-nos tirar várias ilações sobre quais os critérios usados pelos fotojornalistas portugueses ao longo de todo o processo de seleção de fotografias.

Numa primeira fase, no ato de fotografar, embora o fotojornalista que esteja no terreno seja o primeiro filtro do acontecimento, decidir o que fotografar depende sobretudo do órgão de comunicação social para o qual se trabalha, já que diferentes meios de comunicação assumem diferentes políticas editoriais, o que, conseqüentemente, leva a critérios de prioridade diferentes: para uns jornais uma “boa” foto é aquela que mostra tudo, nua e cruamente, para outros não é necessário que assim seja, desde que tenha a informação necessária.

O segundo passo assenta na escolha das fotografias a enviar aos editores, sendo que a decisão é unânime: o primeiro critério de escolha é a focagem. Importa, primeiramente, que uma fotografia esteja focada para ser selecionada para publicação. Só em segundo lugar surge a informação: uma fotografia é escolhida se explicar algo sobre o que realmente aconteceu.

Estes dois critérios estão inerentes a qualquer situação, sendo que outros não. Traquina (2002) afirma que em situações de morte há sempre jornalistas presentes, e os fotojornalistas entrevistados confirmam-no, na medida em assumem que a morte, para alguns órgãos de comunicação social, é a oportunidade de chocar o público, já que é isso que faz vender um jornal. Esse choque tem de ser dado, sobretudo, através da

fotografia. Além do mais, notícias que estejam relacionadas com a morte são prioridade. Isso reflete-se na questão do espaço de um jornal: o fotojornalista pode ter estado a cobrir um determinado acontecimento que pode nem chegar a ser publicado, já que a gestão de espaço obriga a estabelecer prioridades relativamente às notícias publicadas. Ao invés, há situações em que, tendo em conta o grau elevado de relevância, a fotografia que acompanha a notícia não tem de ser necessariamente uma “boa” fotografia – importa só que a fotografia marque o seu lugar, ainda que sejam usados *frames* de um vídeo.

Outro fator levantado por um dos entrevistados é a importância de uma fotografia localizar o espaço onde ocorreu determinada situação, já que é fundamental que os leitores reconheçam o local, de forma a identificarem-se com a mensagem da notícia, ou seja, segundo Néelson Traquina (2002), a importância da proximidade, neste caso, geográfica.

Numa etapa seguinte, os editores recebem as fotografias que os repórteres enviaram – congruentemente por ordem de preferência pessoal – e têm de selecionar. As indicações são díspares, na medida em que determinados repórteres têm, por vezes, parte ativa nesta decisão (explicando o que aconteceu de facto e qual seria, portanto, a melhor fotografia), e ficando satisfeitos com isso, na medida em que a sua fotografia preferencial é a que é publicada. Ao contrário, outros salientam que há uma frequente frustração por não entenderem os critérios das escolhas dos editores e não ser seguida a sua preferência. Além disso, acham que, por vezes, a seleção é um pouco aleatória, tendo em conta as inúmeras fotografias que os editores recebem por dia.

Por fim, numa reflexão sobre o futuro do fotojornalismo, as opiniões são divergentes: à luz dos despedimentos que se fazem sentir no mundo do jornalismo, um dos entrevistados afirma que as fotografias jornalísticas têm sofrido uma evolução positiva, na medida em que quem está a trabalhar são profissionais que fazem um bom trabalho, tentando garantir o seu posto de trabalho. Ao contrário, o outro entrevistado assume que, tendo em conta o decréscimo acentuado na venda dos jornais, é urgente contornar isto, sendo que o que vende é a morte, deixando a cultura para trás.

## Referências bibliográficas

AMAR, Pierre-Jean (2001). *História da Fotografia*. Lisboa: Edições 70, pp. 93-109

Página | 92

BARCELOS, Janaina (2009). Fotojornalismo: Dor e Sofrimento. Estudo de caso do WorldPressPhotooftheYear 1955-2008. In: <https://estudogeral.sib.uc.pt/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Barcelos%2C+Janaina+Dias>. Consulta: [22 de novembro de 2014].

BARTHES, R. (1980). *A Câmara Clara*. Lisboa: Edições 70.

FRANÇA, Joana (2014). O que (não) veem os nossos olhos – Fotojornalismo na imprensa portuguesa. In: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/27370/1/O%20que%20%28n%C3%A3o%29%20veem%20os%20nossos%20olhos%20-%20Fotojornalismo%20na%20imprensa%20portuguesa.pdf>. Consulta: [26 de novembro de 2014]

GALTUNG, Johan & RUGE, Mari Holmboe (1993), “A Estrutura do noticiário estrangeiro. A Apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros”, in TRAQUINA, Nelson, *Jornalismo: Questões, Teorias e “estórias”*, Lisboa: Vega, pp. 61-73.

GIACOMELLO, I. (2008). “Critérios de noticiabilidade e fotojornalismo”, in *Discursos Fotográficos*, Londrina, v. 4, nº 5, pp. 13-36

GOLDING, Peter & ELLIOT, Phillip (1979), *Making the News*, London: Longman.

PONTE, C. (2004). *Leituras das Notícias: Contributos para uma análise do discurso jornalístico*. Lisboa: Livros Horizonte, 114-128.

SCHMITT, F. (1998). “Newsmaking e fotografia: um exemplo das rotinas de produção noticiosa aplicadas ao fazer fotográfico”. Porto Alegre: Revista Famecos, pp. 98-110

SENA, A. (1991). *Uma História de Fotografia*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 5-15

SONTAG, S. (1986). *Ensaio Sobre a Fotografia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, pp. 11-17

SOUSA, J. P. (2002). “Uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa”. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-fotojornalismo.pdf>. Consulta: [27 de setembro de 2014]

SOUSA, J. P. (2004). *Uma História Crítica do Fotojornalismo Ocidental*. Florianópolis: Argos – Editora Universitária, pp. 9-15

TRAQUINA, N. (2002). *Jornalismo*. Lisboa: Quimera, 1ª ed., pp. 178-201

WOLF, Mauro (1995), *Teorias da Comunicação*, Lisboa: Editorial Presença.

## Os media sociais como proporcionadores do debate público sobre as minorias étnicas

Ana Beatriz Cruz<sup>1</sup>

[beatrizcruz@gmail.com](mailto:beatrizcruz@gmail.com)

### Resumo

O presente artigo engloba o estudo da representação das minorias étnicas nos media e do novo paradigma do jornalismo.

O nosso objetivo principal consistiu em perceber se os media sociais proporcionam debate público em temas relacionados com as minorias étnicas. Visamos assim perceber se a representação destes grupos minoritários proporciona/impulsiona uma discussão pública fundamentada.

Recolhemos nos sites do Público e do Correio da Manhã, peças jornalísticas que retratavam as minorias étnicas, em primeiro plano, e os comentários feitos às mesmas nos sites e nas páginas do Facebook de ambos os jornais, tendo analisado e interpretado as mesmas.

Percebemos que a representação das minorias étnicas nos media assenta em temas negativos (como os crimes, a imigração ilegal e a discriminação racial e étnica); que a maioria dos comentários recolhidos nos sites dos jornais contribui para o debate público, ao contrário da maioria dos comentários feitos nas páginas do facebook que não contribuem.

Apesar do media sociais proporcionarem o debate público e disponibilizarem as ferramentas necessárias para a construção do mesmo, os cidadãos ainda não veem estes espaços como uma 'ágora'. Pois, muitas das vezes há uma diluição dos ideais democráticos com opiniões estereotipadas, preconceituosas, insultuosas, discriminatórias e inapropriadas.

Palavras-chave: minorias étnicas; media sociais; debate público.

### Abstract

This article presents the study of the ethnic minorities representation in the media and the new paradigm of journalism.

Our main objective was to perceive if the social media provide public debate on issues relative to ethnic minorities. We aim to understand if there presentation of these minority groups provide/encourages an informed public discussion.

We collected in Público 'sand Correio da Manhã' s websites, news that portrayed ethnic minorities, in the foreground, and the comments made on the websites and on Facebook pages of both newspapers, we analyzed and interpreted them.

We realize that there presentation of ethnic minorities in the media is based on negative issues (such as crime, illegal immigration and racial and ethnic discrimination); that the most of the comments collected on the newspaper's websites contributes to the public debate, which contradicts most of the comments made on facebook pages that do not contribute.

Despite social media provide the public debate and make available the necessary tools to build it, the citizens still do not see these spaces as an 'ágora'. Because often there is a dilution of democratic ideals with there atypical views, prejudiced, insulting, discriminatory and inappropriate.

Keywords: ethnic minorities; social media; public debate.

---

<sup>1</sup> Aluna do curso de Jornalismo e Comunicação do IPP-ESE entre 2007-2010. Mestre em Jornalismo, Comunicação e Cultura pelo IPP-ESE.

## **Introdução**

O presente artigo resulta de um trabalho de pesquisa acerca da participação e do debate público nos media sociais, objetiv and operceber se há promoção de debate público em temas relacionados com as minorias étnicas.

Página | 94

Considerando o debate público um discurso que produz opiniões positivas ou negativas sobre determinado tema ou pessoa, não englobamos opiniões 'outofcontext' ou desrespeitosas. Isto é, apenas consideramos as opiniões que promovam opinião pública e a cidadania.

Desta feita, seleccionámos dois jornais diários, o Correio da Manhã e o Público, de modo a comparar o discurso dos mesmos e conseqüentemente o discurso dos utilizadores dos seus sítios online e páginas do Facebook. O facto de serem jornais com diferentes públicos-alvo e linhas editoriais foi um fator tido em conta aquando da escolha.

Assim, recolhemos diariamente, durante os meses de Novembro e Dezembro de 2011 e os meses de Janeiro e Fevereiro de 2012, às 21h00, as peças jornalísticas sobre as minorias étnicas e os comentários feitos às mesmas nos sites dos jornais e nas suas páginas do Facebook.

Para percebermos se havia promoção do debate público em temas relativos às minorias étnicas analisámos as peças que tratavam temas relativos às minorias étnicas em primeiro plano, e estudámos os comentários efetuados às mesmas nos sites e nas páginas do Facebook dos jornais em análise.

## **Representação das minorias étnicas nos media**

Considerando um grupo minoritário como grupo em desvantagem, desprivilegiado ou oprimido (Berghe, 1996), que algumas vezes é considerado menor em termos de importância (Wilson, Gutiérrez&Chao, 2003), podemos dizer que as minorias étnicas são grupos étnicos em menor número e que daí são conotados como menores face à sua importância social.

Um grupo étnico é um grupo social minoritário, percebido e classificado como diferentes da cultura dominante (Cabecinhas & Amâncio, 2004). Importa referir que,

nestas comunidades também se inserem os imigrantes, uma vez que partilham as características mencionadas.

Inerentes aos grupos minoritários, especificamente aos grupos étnicos, estão os conceitos/ideias de preconceito, racismo e discriminação. As “ideologias racistas e os preconceitos étnicos/raciais ideologicamente controladas podem ser finalmente expressas no texto e na fala”. Logo, os media como grandes promotores de discursos podem ter responsabilidade na criação e manutenção das ideologias referidas.

Como confirma Dijk (1995), os media têm um papel central na reprodução do racismo devido às relações que têm com outras elites e devido há sua influência em moldar e alterar as ‘mentes’ sociais.

A cobertura mediática das minorias étnicas está assim condicionada pelos seguintes fatores: há necessidade dos media procurarem o irregular, o bizarro e o incomum, faz com que a cobertura das minorias étnicas seja inclinada para temas negativos (Wilson, C., Gutiérrez, F. & Chao, L., 2003); aos constrangimentos das rotinas de produção jornalística que podem condicionar a investigação de determinados acontecimentos (Ferinet. al., 2008); há falta de credibilidade que estes grupos têm como fontes de informação, já que não controlam o ‘discurso das fontes; há discriminação social de que são alvo e que os afastados grupos majoritários, logo afasta-os do acesso aos media; e há falta de representantes de jornalistas de grupos minoritários nas redações.

### **Jornalismo participativo e os media sociais**

O aparecimento da internet alterou de forma incontornável a comunicação, quer interpessoal quer a comunicação dos media. Com a internet, os meios de comunicação passaram do paradigma de ‘um-todos’ para ‘todos-todos’ (Lemos *in* Amaral, 2005), ou seja passaram da comunicação passiva para a ativa.

A troca de informação deixou de ser apenas de jornalista-para-utilizador passando também a efetuar-se de utilizador-para-jornalista, tornando a comunicação mais conversacional (Gillmor, 2004). Com isto, a diluição da fronteira entre quem faz ou transmite as notícias para quem as recebe ou consome levou a uma alteração desses

mesmos papéis (Fidalgo, 2009), podendo agora falar-se de ‘jornalismo do cidadão’, de ‘conteúdo gerado pelo utilizador’ ou até de ‘jornalismo participativo’ (Singer, 2011a).

Tal como Singer, preferimos o termo ‘jornalismo participativo’ já que transmite a ideia de colaboração e de ação coletiva (*idem*) – termo que associamos aos comentários, aos fóruns de discussão e aos blogues dos utilizadores (Lasica *in* Singer, 2011a), bem como aos micro-blogues e às redes sociais (Singer, 2011a).

Jornalismo participativo significa que o que o jornalista cria é apenas uma parte. Este novo jornalismo mais aberto e inclusivo traz dois benefícios primários: gera mais vozes; e os cidadãos podem ser vistos como ‘watchdogs’ (Singer, 2011b).

Assim, o jornalista transformou-se num «líder de um fórum» ou em um mediador (Brown *in* Kovach&Rosenstiel, 2004), tornando indefinido o conceito de gatekeeper e modificando o poder e a responsabilidade do jornalista pelas informações.

Os medias sociais alteraram também o papel do utilizador que se tornou mais ativo. O cidadão contemporâneo tem poder de decisão perante as informações que consome, não se guiando por aquilo que os outros consideram credível ou interessante.

Segundo Gillmor (2010), com a democratização dos media toda a gente passou a ser um potencial criador. Isto é, estamos perante ‘prosumers’, pois os utilizadores são produtores e consumidores de informação (Kovach&Rosenstiel, 2004).

Contudo, Singer (2011b) apontou que as contribuições dos utilizadores apresentam dois problemas éticos principais, a saber: o desconhecimento da informação, pois não se sabe muito sobre a sua origem e veracidade; e a natureza abusiva dos conteúdos produzidos pelos utilizadores. Portanto, caso o público venha a atribuir a mesma importância aos conteúdos gerados pelos utilizadores que atribui às informações produzidas pelos jornalistas, poderão surgir casos de desinformação, porque à partida os cidadãos sem formação jornalística estão menos preparados para separar os factos das opiniões e para serem objetivos.

## **Redes sociais e o novo espaço público**

Hoje em dia, as redes sociais são um dos espaços prediletos dos cidadãos, encantando até os mais relutantes, mais velhos e até os menos preparados para as novas tecnologias.

Página | 97

Recuero (2009) considera que as redes sociais são constituídas por vários elementos, nomeadamente: atores, ou seja pessoas envolvidas na rede, sendo que no ciberespaço se trata da representação dos atores sociais; conexões, compostas pelos laços sociais; e interação, relação e laços sociais.

As redes sociais fizeram com que o cidadão comum ganhasse voz e pudesse dar a sua opinião, com a emergência e a globalização dessas mesmas plataformas os cidadãos tornaram-se participantes.

Segundo Habermas (*in*Rieffelin Rodrigues, 2006) o espaço público grego da Pólis era comum a todos os cidadãos livres e estava separado da esfera privada. Contudo, a esfera pública burguesa era entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em público (Habermas *in* Rodrigues, 2006). Rodrigues (2006) relaciona este modelo de esfera pública com a blogosfera, porque em ambas todos podemos falar/debater, sendo que na nossa investigação relacionamos este modelo com as redes sociais, na medida em que possuem a mesma configuração que os blogues.

A noção de espaço público pode ser associada às redes sociais por possibilitar a participação, a descentralização das vozes e, conseqüentemente, a promoção da cidadania. No entanto, a utilização que alguns cibernautas fazem das redes sociais não contribui para o debate público.

Pois, apesar de a internet promover uma discussão mais alargada, isso não quer dizer que seja mais significativa e que acrescente algo do interesse público. Acresce que, o facto de o público participar ativamente não faz com que este seja ouvido, nem com que as suas mensagens tenham importância na construção da opinião pública.

## **A democracia e os novos media**

A abertura da participação a todos que a internet e os media sociais permitem e o alargamento da esfera pública, remete-nos para o conceito de democracia “que só

existe se os cidadãos puderem expressar-se, trocar argumentos e dar a sua opinião livremente, sendo que estas posições podem ser criticadas por outros de forma igualmente livre.” (Rodrigues, 2006: 24).

Contudo, levanta-se a seguinte questão: será que com os media sociais e a possibilidade de todos termos uma palavra a dizer, será que os utilizadores estão a fornecer a informação necessária para os restantes cidadãos se autogovernarem?

Esta possibilidade de mais vozes, discursos alternativos e de uma conexão global que os media sociais permitem, pode auxiliar os cidadãos a exercer a cidadania, pois: “quanto mais variadas forem as vozes, maior é a probabilidade do povo conhecer a verdade e, desta forma, ser capaz de se autogovernar” (Bollinger *in* Kovach & Rosenstiel, 2004: 22).

### **Metodologias e objetivos da investigação**

O objetivo central desta investigação é perceber se a representação das minorias étnicas suscita debate público, isto é se os media sociais são proporcionadores e impulsionadores de discussão pública.

O nosso estudo contempla uma abordagem qualitativa e com uma abordagem quantitativa, recorreremos ainda à análise de conteúdo, na medida em que analisámos as peças jornalísticas e os comentários feitos às mesmas.

Optámos por dois jornais diários, um ‘popular’ e um de ‘referência’, o Correio da Manhã e o Público, procurando adquirir um leque variado de comentários. A recolha de dados dos sites e das páginas do Facebook do Correio da Manhã e do Público foi efetuada diariamente às 21h00 nos meses de Novembro e Dezembro de 2011 e nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2012.

Decidimos selecionar as peças jornalísticas que focavam as minorias étnicas em primeiro plano, quer na página inicial dos sites dos jornais em análise, quer nas seguintes secções: do site do Público - Mundo, Política, Economia, Desporto, Sociedade, Educação, Local e Media; do site Correio da Manhã - Última Hora; Nacional, dentro da qual escolhemos as secções Portugal, Saúde, Ensino, Política e Economia; Internacional, dentro da qual selecionámos a secções Mundo; e Sport, tendo selecionado a subsecção

Desporto. Analisámos ainda os comentários feitos nas páginas do Facebook de ambos os jornais em estudo, devido à dimensão desta rede social.

Os critérios utilizados na análise das peças jornalísticas sobre as minorias étnicas, foram os seguintes (ver tabela abaixo):

Tabela 6: Categorias de Análise das Peças Jornalísticas

<b>Categorias de análise</b>	<b>Subcategorias de análise</b>	<b>Descrição das categorias em análise</b>
<b>Temas</b>	Políticos	Nesta categoria inserem-se todos os temas relacionados com políticas de imigração.
	Discriminação étnica e racial	Nesta categoria inserem-se peças jornalísticas sobre casos racismo e de discriminação étnica.
	Imigração Ilegal	Este ponto diz respeito a peças sobre extradição ou outros casos de imigração ilegal.
	Crimes	Na presente categoria inserimos peças sobre tráfico de pessoas e peças sobre outros crimes (como por exemplo: crimes passionais, posse de estupefacientes, assaltos, etc.)
	Outros Temas	São temas relacionados com as minorias étnicas porém sobre assuntos que não estão supracitados.
<b>Fontes de Informação</b>	Membros das minorias	Este critério consiste na identificação das fontes de informação utilizadas nas peças jornalísticas em análise.
	Fontes Políticas	
	SEF	
	Fontes Policiais	

	Fontes Judiciais	
	Especialistas	
	Associações/Instituições	
	Cidadãos-comuns	
	Outras	
Género Jornalístico	Notícias	Este grupo serve para percebermos os diferentes géneros jornalísticos encontrados nas peças selecionadas.
	Breves	
	Reportagens	
Âmbito	Local	Na presente categoria separamos as peças pela sua abrangência geográfica.
	Nacional	
	Internacional	
Total de peças disponibilizadas	Peças sem Comentários	Quantificação do número total de peças disponibilizadas.
	Peças com Comentários	
Total de Comentários	Total de Comentários no Site	Quantificação do número total de comentários disponibilizados.
	Total de Comentários no Facebook	

Os comentários dos utilizadores feitos às peças sobre minorias étnicas, nos sites e nas páginas do facebook de ambos os jornais, foram igualmente selecionados de acordo com uma lista de critérios, adaptada da investigação de Silva (2004) aos comentários dos leitores da TSF Online sobre as notícias da Cimeira de Copenhaga (ver tabela abaixo):

Tabela 7: Critérios de Análise dos Comentários

<b>Critérios de Análise</b>	<b>Subcritérios de Análise</b>	<b>Descrição dos critérios de Análise</b>
<b>Interpelação direta ao trabalho do Jornalista</b>	Retificação	Retifica erros do jornalista.
	Crítica positiva	Critica positivamente à peça jornalística.

	Crítica negativa	Crítica negativamente à peça jornalística.
<b>Linguagem</b>	Informal	Abreviaturas.
		Repetição de termos.
		Pontuação marcada pelos pontos de exclamação, interrogação e reticências.
		Expressões coloquiais (gíria e calão).
		Erros ortográficos, de acentuação e gramaticais.
		Expressões próximas do discurso oral.
	Formal	Linguagem característica de locais públicos.
<b>Características do Utilizador</b>	Identificado	Identifica-se pelo nome; nome e apelido; apelido.
	Não identificado	Anónimos.
		Uso de pseudónimos.
<b>Interatividade</b>	Jornalista-utilizador	Interação entre o jornalista e o utilizador.
	Utilizador-utilizador	Interação entre utilizadores.
<b>Contributo do comentário para o debate público</b>	Não contribui	Desvio do assunto da peça.
		Comentário inadequado.
	Contribui	Apresenta soluções.
		Apresenta outros pontos de abordagem.
		Coloca questões fundamentadas.
	Acrescenta conteúdo à peça.	

### **Análise das peças jornalísticas sobre minorias étnicas**

Ao longo da investigação recolhemos 11 peças sem comentários no Público e 21 peças sem comentários no Correio da Manhã, bem como 9 peças com comentários no Público e 38 peças com comentários no site do Correio da Manhã.

Recolhemos 7 peças jornalísticas com comentários no site do Público e 2 peças com comentários no site e na página do Facebook do órgão de comunicação social. No que respeita ao número de peças jornalísticas no Correio da Manhã, recolhemos 31 peças com comentários no site, 3 peças com comentários na página do Facebook do jornal e 4 peças com comentários no site e na página do Facebook.

Nas peças com comentários, o tema com mais destaque foram os crimes, confirmando que a representação as minorias étnicas foge para o incomum (Wilson et. al., 2003), apesar de que no Público o tema mais focado foi a discriminação racial e étnica. Já nas peças sem comentários, os temas com mais destaque em ambos os jornais também foram os crimes e a imigração ilegal.

Na globalidade, as fontes de informação mais utilizadas foram os Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e as fontes policiais, provavelmente devido ao seu carácter oficial. Todavia, verificámos que os membros das minorias étnicas não assumem um papel preponderante como fontes de informação, já que no universo de peças recolhidas, apenas se registou um membro de minoria étnica como fonte, neste caso no Correio da Manhã.

A maioria das peças jornalísticas sem comentários são notícias de âmbito local, por outro lado a maior parte das peças jornalísticas com comentários são notícias de âmbito nacional (43%), sendo que aproximadamente 32% são de âmbito local. Contudo, no Público essa tendência não se verifica, uma vez que recolhemos mais peças de âmbito internacional (56%).

Verificou-se também, em algumas das peças, uma tentativa de identificação dos cidadãos das minorias ou uma referência à nacionalidade dos mesmos.

Interesse ainda referir que, as peças mais comentadas no Público foram as seguintes: 'Alan acusa Javi Garcia de insultos: "Chamou-me preto de merda"'; 'Mulher que fez comentários racistas no metro de Londres vai passar Natal na prisão'; 'Brasil

admite acelerar concessão de vistos para imigrantes estrangeiros “qualificados”. No Correio da Manhã foram as peças: ‘Alan: “Javi García chamou-me preto de merda”’; ‘Ciganos vítimas de discriminação laboral’.

### **Análise e interpretação dos comentários**

Na totalidade recolhemos 999 comentários, 354 nos sites dos jornais em análise e 645 nas páginas do Facebook de ambos os jornais, como passamos a explicar: no Público, 382 comentários foram recolhidos página do Facebook e 135 comentários no site; no Correio da Manhã, 263 comentários correspondem à página do Facebook e 219 comentários no site.

De modo a ilustrar o artigo, iremos transcrever na íntegra, a título de exemplo, alguns dos comentários recolhidos, facilitando assim a perceção acerca das conclusões tiradas.

Relativamente ao tema, a maioria dos comentários efetuados refere-se a peças jornalísticas cujo enfoque temático passa pela discriminação racial e étnica, o que ilustra a dimensão desta problemática.

Dos comentários analisados, nos sites de ambos os jornais, poucos são os que fizeram uma interpelação direta aos jornalistas e aos media em geral, acresce que algumas das interpelações são críticas negativas. No Facebook registámos uma interatividade maior, uma vez que há mais trocas de ideias entre utilizadores.

Na generalidade, a linguagem dos comentários recolhidos é de carácter informal, nos sites dos jornais em análise e nas páginas do Facebook dos mesmos. Linguagem que se caracteriza pelas “(...) abreviaturas de palavras, repetições de termos, uma pontuação marcada pelos pontos de exclamação, de interrogação e reticências, expressões coloquiais (gíria e calão) e por vezes erros ortográficos, de acentuação e gramaticais.” (Silva, 2004: 65).

Um exemplo dessa mesma linguagem é a utilização de vocábulos específicos do calão e da gíria, como no comentário que se segue: “(...) e depois disse fiteiro de merda. E tu, só ouviste preto de merda.” (comentário não identificado, Público, em 07/11/2011, às 14:03).

No que respeita à identificação dos comentários, verificámos o seguinte: a maioria dos comentários feitos nos sites não são identificados (54% não são identificados, logo 28% são anónimos e 26% utilizam pseudónimos); no Facebook há uma tendência para a identificação, o que não significa que não haja uma distorção/personalização dos dados.

Antes de mais, importa frisar que recolhemos apenas nove peças jornalísticas com comentários nas páginas do Facebook dos jornais em análise, o que corresponde a 20% das mesmas: 3 das peças contêm comentários na página do Facebook do Correio da Manhã; 6 das peças têm comentários nos sites e nas páginas do Facebook dos jornais, 2 correspondem ao Público e 4 ao Correio da Manhã.

Consideramos debate público como a contribuição de conhecimento através da argumentação e da construção de ideias. Dessa forma, o grande objetivo da nossa investigação é perceber se há promoção de debate em temas relativos às minorias étnicas, para isso analisámos os comentários consoante a contribuição ou a não contribuição para a discussão pública.

Na totalidade, os comentários feitos nos sites contribuem para o debate público (54%), no entanto no Correio da Manhã a maioria dos comentários não contribui para o debate público (cerca de 56%). O que contraria o conjunto dos comentários feitos nas páginas do Facebook dos jornais que não contribuem para o debate público, isto é 58% dos comentários.

Os comentários que contribuem para o debate público normalmente apresentam soluções, outros pontos de abordagem, colocam questões fundamentadas, acrescentam conteúdo e/ou contam experiências pessoais. Por outro lado, os comentários que não contribuem para a construção de uma opinião pública fundamentada, geralmente desviam-se do tema em si ou são inadequados (possuem insultos, expressões típicas da internet), como no exemplo seguinte: “Este :::::::::::::::,devia ter mais respeito !!!!!!!!!!! pois nós sabemos onde aprendeu a dizer estas coisas ,,,,,,,, triste ,,,,,,,insurreto” (comentário do facebook do Público, identificado, em 07/11/2011, hora não especificada).

Ao longo da investigação verificámos ainda que alguns aspetos surgem várias vezes nos comentários, a saber: ironia, crítica à justiça e crítica ao governo português e aos políticos. Denotámos ainda uma propensão para estereotipar, bem como uma tendência para a discriminação das minorias étnicas que se manifesta através de comentários racistas, preconceituosos e estereotipados.

Em suma, existe um uso mais eficaz da página da rede social de ambos os media, denotando-se uma predileção pelas redes sociais como referem Freire et. al. (2010), além disso, perante os dados supramencionados, podemos dizer que a percentagem dos comentários que contribuem para o debate público e dos que não contribuem é praticamente igual.

### **Conclusão**

Os media sociais disponibilizam ferramentas que permitem o debate e a formação de opinião pública, ou seja promovem um debate público pluralizado, diversificado e fundamentado. Apesar da possibilidade de criar uma “ágora” digital, os cidadãos ainda não utilizam estes espaços, de modo a democratizarem a opinião pública e a contruírem cidadania.

Desta feita, consideramos que o novo paradigma do jornalismo permite utilizar o termo “participativo”, contudo ainda terá alguns passos para dar, que o permitirão, quem sabe, alcançar uma simbiose entre os conteúdos gerados pelos jornalistas e os conteúdos gerados pelos “prosumers”.

Percebemos que os jornalistas ainda estão um pouco relutantes em relação às participações dos cidadãos, sendo eles por vezes a “lançar o isco” e a pedir que os cidadãos participem em conteúdos mais “leves”. Estas participações trazem dois principais problemas éticos, que acabam por “retrair” os media, nomeadamente: o desconhecimento da informação e a natureza abusiva dos conteúdos (Singer, 2011b).

Ao longo da nossa investigação percecionámos que as minorias étnicas estão sub-representadas nos media sociais, uma vez que denotámos um défice de discursos alternativos e que os membros das minorias étnicas não são considerados fontes de informação credíveis. Acresce que, o facto da maior parte das peças jornalísticas

recolhidas abordarem aspetos negativos, pode condicionar a presença de discriminação racial e étnica nos comentários dos utilizadores.

Concluimos que os media sociais proporcionam espaços adequados à formação de debate público, todavia, por vezes, os cidadãos não trocam argumentos que promoção a criação de opinião pública fundamentada, havendo muitas vezes uma diluição dos ideais democráticos através de opiniões estereotipadas, preconceituosas, insultuosas, discriminatórias e inapropriadas. Assim, não confirmámos a ideia de Bollinger (*in* Kovach&Rosenstiel, 2004) que diz que quanto mais variadas forem as vozes, maior é a probabilidade do povo ser capaz de se autogovernar.

Pois, apesar do objetivo da participação dos utilizadores ser a criação de informação independente, fidedigna, variada, precisa e relevante, como uma democracia requer e Bowman&Willis (*in* Rodrigues, 2006) defendem, não pudemos avaliar a fidelidade e a independência dos conteúdos gerados pelos utilizadores.

Esperamos que o debate público enquanto objetivo/dever central do jornalismo continue a ser promovido em todos os meios de comunicação social. Pois, "(...) expandir a participação pode conduzir a profissão em direção a uma ainda mais mútua e recíproca forma fluída de jornalismo, com os jornalistas a procurar o seu lugar numa cultura colaborativa de media." (Hermida, 2011: 190).

### **Referências Bibliográficas**

Amaral, I. (2005). A interactividade na esfera do ciberjornalismo. *Livros de Actas* (pp. 135-145). 4<sup>o</sup> SOPCOM.

Berghe, P. (1996). Minorities. In Cashmore, E. (org.), *Dictionary of Race and Ethnic Relations* (pp. 242-244). 4<sup>a</sup>ed. Nova Iorque: Routledge Books.

Cabecinhas, R. & Amâncio, L. (2004). Dominação e exclusão: Representações sociais sobre minorias raciais e étnicas. *Actas do V Congresso Português de Sociologia - Sociedades Contemporâneas - Reflexividade e Acção* (pp. 139-146).

Dijk, T. (1995). Elite Discourse and the reproduction of racism (pp. 1-27). In Slayden, R. & Slayden, D. (Eds.) *Hate Speech*. Newbury Park: Sage.

Ferin, I. et. al. (2008). *Media, imigração e minorias étnicas 2005-2006*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Fidalgo, A. (2009) Especificidade epistemológica do jornalismo: desfazendo uma ilusão do jornalismo-cidadão. In Cardoso, G.; Cádima, F. R. & Cardoso, L. L., *Media, Redes e Comunicação: Futuros Presentes*. (pp. 219-229). Quimera.

Freire, F. C.; Cepeda, A. M. & Santiago, L. O. (2010) Tudo Redes sociais y personales vs medios convencionales. Diferencias en el tratamiento informativo. In *PRISMA – Especial Ciberjornalismo 2010*, nº12. Acedido em 20 de Dezembro de 2011 em <http://revistas.ua.pt/index.php/prisma.com/article/viewFile/749/676>

Gillmor, D. (2010) *Mediative*. Acedido em 4 de Novembro de 2011 em <http://mediactive.com/book/table-of-contents-2/>

Gillmor, D. (2004) *We the Media: Grassroots Journalism By the People, for the People*. O'Reilly Media, Inc. Estados Unidos da América.

Hermida, A. (2011). Fluid Spaces, Fluid Journalism: The role of the “active recipient” in participatory journalism. In Singer, J. et al., *Participatory Journalism: Guarding Open Gates at Online Newspapers*. (pp. 177-191). Inglaterra. Wiley-Blackwell.

Kovach, B. & Rosenstiel, T. (2004). *Os elementos do jornalismo – O que os profissionais devem saber e o que o público deve exigir*. Porto: Porto Editora.

Recuero, R. (2009) *Redes sociais na internet*. Meridional, Coleção Cibercultura. Porto Alegre.

Reich, Z. (2011). User Comments: The transformation of participatory space. In Singer, J. et al., *Participatory Journalism: Guarding Open Gates at Online Newspapers*. (pp. 96-117). Inglaterra. Wiley-Blackwell.

Rodrigues, C. (2006). *Blogs e a fragmentação do espaço público*. Universidade da Beira Interior. Labcom.

Silva, M. T. (2004) A Cimeira de Copenhaga e os comentários dos leitores às notícias da TSF. In *Media & Jornalismo*, nº 4, pp. 59-72.

Singer, J. (2011a). Introduction: Sharing the Road. In Singer, J. et al., *Participatory Journalism: Guarding Open Gates at Online Newspapers*. (pp. 1-9). Inglaterra. Wiley-Blackwell.

Singer, J. (2011b). Taking Responsibility: Legal and ethical issues in participatory journalism. In Singer, J. et al., *Participatory Journalism: Guarding Open Gates at Online Newspapers*. (pp. 121-138). Inglaterra. Wiley-Blackwell.

Wilson, C., Gutiérrez, F. & Chao, L. (2003). *Racism, sexism, and the media – the rise of class communication in multicultural America* (3ª ed.). Estados Unidos da América: Sage Publications.

## O teatro na comunicação social portuguesa

### O caso do jornal *Público*

Maria Clara Vasco Campanilho Barradas<sup>1</sup>

[campanilhobarradas@gmail.com](mailto:campanilhobarradas@gmail.com)

#### Resumo

O presente artigo parte da análise de um exemplo concreto para inferir sobre o lugar e o espaço que o teatro ocupa na comunicação social portuguesa. A análise incide sobre todas as edições e suplementos do jornal *Público* no período entre 1 de março e 31 de maio de 2010. A partir de gráficos e mapas são analisados itens como o número de artigos sobre teatro em comparação com o número de artigos sobre outras artes, as chamadas de capa ou a dispersão geográfica. Incluem-se declarações da editora de teatro do *Público* e de uma jornalista para ajudar a entender a posição do teatro no meio das áreas artísticas abordadas pelo jornal.

Palavras-chave: jornalismo; teatro; *Público*.

#### Abstract

This article aims to understand the place the art of theatre occupies in Portuguese media. The analysis focuses on all *Público* newspaper editions and supplements between March 1 and May 31, 2010. The info was condensed in graphics and maps to help analyse items such as the number of articles on theatre compared to the number of articles on other arts, cover stories, or the geographical distribution of theatre shows mentioned in the articles. There are also statements from the *Público* theatre editor and from a journalist to help understand the statistic and how theatre is integrated in this newspaper.

Keywords: journalism; theatre; *Público*.

### Introdução

Os primeiros artigos de jornalismo cultural terão sido publicados no século XVII, na Inglaterra, referindo-se a eventos culturais. Estes temas foram ganhando espaço nos jornais de todo o mundo e levaram à criação de dois novos tipos de texto jornalístico, a crítica e a crónica (cf. Silva, 2008). Até ao século XIX, referia-se apenas aos valores e criações dos grupos minoritários privilegiados (cf. Silva, 2008). No final do século, as transformações políticas, sociais e tecnológicas, sobretudo na Europa, alteraram a forma de fazer jornalismo e, por conseguinte, de abordar a cultura (cf. Siqueira, 2007).

---

<sup>1</sup> Aluna do curso de Jornalismo e Comunicação do IPP-ESE entre 2005-2008.

Artigo desenvolvido no âmbito do mestrado em Jornalismo da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

No século xx, as temáticas alastraram aos novos modos de vida e de pensamento das sociedades. A cultura mediatizou-se com a criação da imprensa como negócio, mas também do cinema, rádio, fotografia, televisão (cf. Silva, 2008). Surgiu o que se chamaria as indústrias culturais. A modernização das formas de viver e agir – e, conseqüentemente, dessas indústrias – originou a massificação da cultura (cf. Sing, 2010). As sociedades já não apreciavam, mas “consumiam” os objetos culturais (cf. Siqueira, 2007). Os intelectuais e especialistas em artes deixaram de escrever e os jornalistas assumiram essa função (cf. Cardoso, 2007). O espaço para críticas começou a diminuir, assim como o carácter reflexivo do género. A abordagem aos temas padronizou-se. A perspectiva informativa tornou-se dominante. (cf. Alzamora, 2008).

Estas características do jornalismo cultural remeteram-no para as últimas páginas dos jornais (e depois noticiários radiofónicos e televisivos). Mais tarde, surgiram os suplementos. As notícias culturais mantiveram-se nas edições regulares dos jornais, mas os ensaios e artigos mais reflexivos passaram para os suplementos, geralmente de periodicidade mais alargada. Os suplementos cresceram como espaços de experimentação, não só de linguagem, mas também gráfica (cf. Barreto, 2006).

O jornalismo cultural talvez seja a especialização mais abrangente de todo o jornalismo. A área temática a cobrir – e mesmo geográfica e temporal – é bastante vasta. A sua complexidade é, por isso, enorme. Exige grande cultura geral e capacidade de identificar e correlacionar factos e fenómenos, resumindo tudo num texto apetecível, inteligente, de certa forma crítico e sempre informativo. Para isso, é necessário compreender bem os processos culturais, para que se estabeleça um diálogo constante entre as diferentes áreas e linguagens utilizadas, uma vez que as artes e indústrias não são estanques e se utilizam umas às outras (cf. Silva, 2008).

O objetivo do jornalismo cultural deve ser, pois, o de fornecer elementos que permitam ao destinatário construir o seu próprio raciocínio, com um texto que reflita as formas de organização da sociedade através das artes e da produção cultural. A exposição da filosofia estética de uma obra deve implicar a reflexão sobre as circunstâncias sociais e históricas em que foi concebida, no sentido de a apresentar

como um processo cultural, na tentativa de captar o movimento vivo das ideias e não apenas como produto de mercado da indústria cultural (cf. Basso, 2008).

É certo que há muitas mais manifestações culturais do que as que são habitualmente consideradas pelos jornais. Mas não se pode negar que, praticamente desde o seu aparecimento, o jornalismo cultural foi sempre uma importante referência para a construção de uma conceção de Cultura. Isto adquiriu maior força no século xx, quando o jornalismo cultural se revelou indispensável para catalogar e entender a relevância social de acontecimentos. Ao mesmo tempo que informa, o jornalismo cultural forma a opinião pública. Pelo menos, sobre aquilo que a secção de cultura diz que é Cultura. (cf. Alzamora, 2008).

No entanto, o género está «cada vez mais inserido na sociedade do espetáculo, do consumo imediato, da superficialidade das abordagens» (Barreto, 2006, 66). Muitas vezes, «trabalha a cultura mais como produto do que como processo» (Teixeira, 2008, 2-3). E mais: privilegia a transformação do produto em algo fora do comum, quando não é mais do que uma rotina da indústria cultural (cf. Pereira, 2007).

A quantidade de produtos culturais existentes hoje é imensurável. A tarefa do jornalista de cultura tornou-se muito mais difícil e de maior responsabilidade. Há um esforço para introduzir novas temáticas, mas a verdade é que a atualidade informativa baseia-se muito no calendário da indústria cultural. O que podia ser uma mais-valia – a exploração simbólica dos temas – perde-se sob a pressão desse calendário. Os artigos são, assim, «previsíveis apesar de inéditos» (Teixeira, 2008).

As dificuldades das empresas jornalísticas em encontrar um lugar no novo paradigma da comunicação de massas e o imediatismo forçado que atualmente rege as vivências levaram à diminuição do espaço para escrever. Na cultura, os cortes fizeram-se, precisamente, na vertente analítica. Assim, o jornalismo cultural limita-se a:

Três formas de avaliação das produções estéticas: a) a crítica das obras de arte, levando em consideração um cânone (imposição de dominantes) capaz de reduzir as expressões artísticas do mundo ocidental; b) a apresentação das obras de arte de forma referencial, sem quaisquer perspetivas analíticas; c) a vinculação do gosto estético à lógica do consumo. (Pereira, 2007, 5)

A cultura tem uma «dimensão material (artes performativas, artes visuais, museus, *design*, património, festivais, edição, literatura, etc.) e uma dimensão simbólica (relações, identidades e valores de gerações)» (Silva, 2008). Se essas duas dimensões não andarem paralelas, o jornalismo cultural reduz-se a um mero divulgador de eventos.

Mas a “dimensão material” da cultura está, em larga medida, sobreposta à “dimensão simbólica”. O jornalismo cultural de hoje está mais preocupado em trabalhar manifestações artísticas e seus produtos do que formas de pensamento e ação das sociedades. Deste modo, uma leitura do jornalismo cultural terá de passar sempre pela representação das artes na comunicação social.

### **Estudo de caso**

Para compreender o modo como as artes são abordadas na comunicação social, analisou-se um jornal diário nacional generalista, o *Público*. Na impossibilidade de observar um espectro temporal mais alargado e todas as áreas artísticas habitualmente abordadas nos jornais, escolheu-se como exemplo o teatro num período de três meses. O estudo é, assim, apenas uma pequena parte do trabalho da secção de cultura/artes do *Público* e é mais representativo do período do ano do que do efetivo trabalho da equipa em geral e sobre teatro em particular. Assim, foram analisadas todas as edições e suplementos em papel do jornal *Público* de 1 de março a 31 de maio de 2010.

Os dados obtidos sobre teatro foram relacionados com os correspondentes às outras artes trabalhadas pelo jornal, uma vez que só assim é possível compreender o lugar que efetivamente este jornal destina ao teatro. Para ajudar a entender melhor os resultados foram recolhidas, expressamente para este estudo, as declarações de jornalistas da área do teatro do *Público*.

No período em análise, a edição diária do jornal *Público* não tinha uma secção de cultura/artes. Havia, como hoje, o suplemento *Ípsilon*, uma publicação semanal dedicada às artes. A equipa deste suplemento assegurava e editava os temas relacionados com artes e cultura (o cargo de “editor de cultura” foi criado no decorrer do período analisado, 1 de abril de 2010, mas não a secção correspondente).

Na edição em papel, os artigos de cultura/artes podiam aparecer em três espaços: na edição diária (o caderno principal); no suplemento *P2*; no suplemento *Ípsilon*.

No caderno principal, os artigos de cultura/artes eram inseridos numa das secções do jornal: Portugal, Mundo, Economia, Local ou, menos frequentemente, Desporto e Destaque (hoje já existe a secção Cultura).

O suplemento *P2* saía de segunda-feira a sábado (ao domingo saía o idêntico *Cidades*). Tinha duas edições, *Lisboa* e *Porto*, porque a agenda diferia conforme a região. Incluía, entre outros, entrevistas, reportagens, críticas a espetáculos, pré-publicação de livros, a programação televisiva do dia e a agenda cultural. Quando se justificava, os artigos sobre cultura/artes eram incluídos sob o cabeçalho “Cultura”. As artes podiam ser destaque fotográfico da agenda cultural ou sugestão da rubrica “Sair”. Estes suplementos já não existem e os seus conteúdos foram diluídos pelo caderno principal do jornal.

O *Ípsilon*, exclusivamente dedicado às artes, saía à sexta-feira, com uma média de sessenta páginas por edição (agora só trinta). Dividia-se em quatro partes: “Flash”; tema de capa; temas da semana e “A Semana” (secção que já não existe).

“Flash” é a primeira secção do suplemento. Ocupa duas páginas com uma média de seis notícias curtas sobre o mundo das artes. A seguir entra o tema de capa, com quatro a seis páginas, incluindo um ou mais artigos complementares, do mesmo autor ou de outro(s). Os temas da semana referem-se às novidades (edições, estreias, lançamentos, etc.). No período em análise eram publicados, em média, treze artigos por edição (agora menos). A secção “A Semana” era semelhante, mas os textos, os minidestaques, eram mais curtos. Continha ainda críticas a discos, exposições, filmes, livros e as agendas de cinema, concertos, exposições e teatro. Esta secção já não existe, apenas as críticas continuam a ser publicadas.

Este modelo de organização do jornal remetia as artes quase exclusivamente para o suplemento *Ípsilon*. Apenas os artigos sobre cultura apareciam, por vezes, no caderno principal. Assim, as notícias sobre o meio artístico, especialmente o português, estavam limitadas a acontecimentos, no caso, edições, estreias, inaugurações, lançamentos, publicações, etc.. O teatro ficava, então, reduzido às estreias de

espetáculos. O jornal não acompanhava os processos de criação, mas fazia o caminho inverso: no momento da estreia, recuava ao início da criação do objeto artístico e passava em revista o percurso a partir daí.

### **Metodologia**

Para perceber qual a presença do teatro no jornal *Público* estudaram-se as edições em papel dos cadernos principais e dos suplementos publicados no período de 1 de março a 31 de maio de 2010. Assim, foram analisadas: 92 edições do caderno principal, 79 edições do suplemento *P2*, 13 edições do suplemento *Cidades* e 14 edições do suplemento *Ípsilon*. A análise do *Ípsilon*, pelas suas características de suplemento semanal, foi feita às edições de 5 de março a 4 de junho de 2010.

Os resultados da análise estão expressos em gráficos. Os artigos foram agrupados por área artística, segundo as designações adotadas pelo *Ípsilon*: cinema, dança, exposições, livros, música e teatro. Por vezes surge a categoria “outros”. Corresponde às atividades que aliam duas ou mais áreas artísticas e que, por isso, não cabem em nenhuma das designações referidas. Esta categoria abarca, assim, festivais, lançamentos, artigos sobre televisão, debates, colóquios, leituras, récitas, entre outros.

De referir que só foram estudados os artigos que se relacionam com espetáculos de teatro, independentemente do espaço em que estes tiveram lugar, e não com atividades que aconteceram em salas ou outros espaços de casas de teatro.

Um exame empírico prévio do jornal permitiu formular algumas hipóteses sobre a presença do teatro no jornal *Público*:

1. O teatro tinha muito pouca representação nas edições do *Ípsilon*;
2. A música e o cinema eram as áreas mais representadas;
3. Os livros tinham pouca representação;
4. A dança tinha pouca representação;
5. Eram abordadas, no *Ípsilon*, mais estreias de teatro em Lisboa e Porto do que no resto do país;
6. As críticas de teatro, no *P2*, eram em menor número do que as críticas a outras artes;

7. Não havia teatro no caderno principal do *Público*.

A primeira apreciação das publicações confirmou a ausência de qualquer artigo sobre teatro no caderno principal do *Público*. Assim, a análise subsequente restringiu-se aos suplementos do jornal: artigos publicados no *Ípsilon*, no *P2* (críticas, sugestões e destaques da agenda cultural) e no *Cidades* (sugestões e destaques da agenda cultural).

### Resultados da análise

A análise começou com a contagem dos artigos publicados no *Ípsilon*. Sobre teatro, mas também sobre outras áreas artísticas.

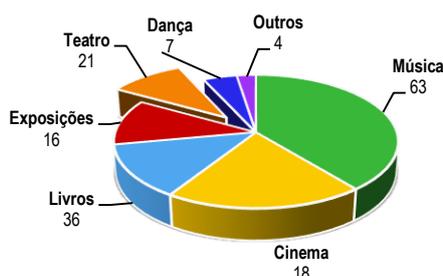


Gráfico 1. Número de artigos publicados no *Ípsilon* por área artística (exclui as secções “Flash” e “A Semana”), entre 5 de março e 4 de junho de 2010.

No período analisado, foram publicados no *Ípsilon* 165 artigos, excluindo as secções “Flash” e “A Semana”. Em comparação com outras artes, o teatro foi pouco trabalhado (21 artigos), mas as artes menos trabalhadas apresentam números muito inferiores (cinema, com 18, exposições com 16 e dança com 7). Os livros são a segunda área artística com maior representação no suplemento (36). A primeira, a música, apresenta quase o dobro dos artigos sobre livros (63).

O número de páginas que o *Ípsilon* dedicou a cada área artística mostra que o espaço ocupado não é proporcional ao número de artigos publicados.

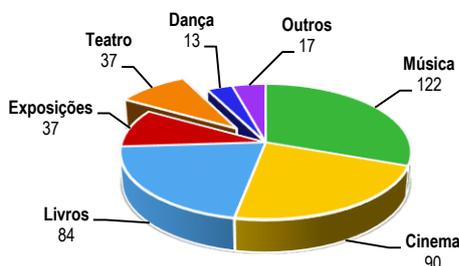


Gráfico 2. Número de páginas ocupadas por área artística no *Ípsilon* (exclui as secções “Flash” e “A Semana”), entre 5 de março e 4 de junho de 2010.

Num total de 400 páginas, a música mantém-se como a arte a que o suplemento dedica mais espaço (122 páginas), mas o cinema, a quarta arte com mais artigos publicados, é agora a segunda em número de páginas (90). Os livros são a terceira área com mais páginas (84). Embora as exposições tenham menos artigos do que o teatro, apresentam o mesmo número de páginas (37 cada um). A dança continua a ser a arte menos representada (13), superada mesmo pela categoria “outros” (17). Cada página com texto e/ou fotografia/imagem foi contabilizada como uma página, independentemente da existência ou não de publicidade.

A relação entre o número de artigos e o número de capas do *Ípsilon*, segundo a área artística, também não é proporcional.

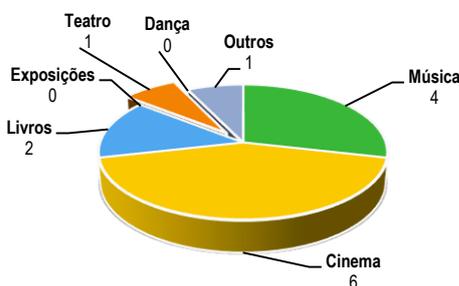


Gráfico 3. Número de capas do *Ípsilon* por área artística, entre 5 de março e 4 de junho de 2010.

Apesar de ser apenas a quarta arte com maior número de artigos, é o cinema que faz mais capas do *Ípsilon* (6 capas em 14 edições). Imediatamente a seguir está a música (4) e os livros (2). O teatro fez uma capa (festival de artes performativas

Alkantara Festival, 21 de maio de 2010). A dança e as exposições não fizeram nenhuma capa.

Em proporção semelhante ao número de artigos estão as chamadas de capa. O *Ípsilon* fez, em média, cinco chamadas por edição.

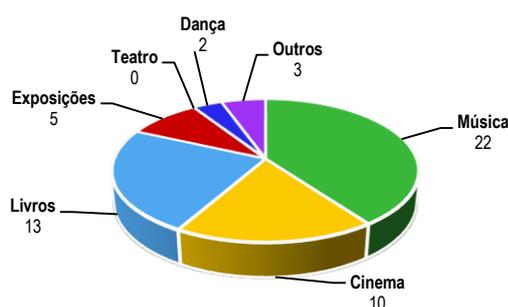


Gráfico 4. Número de chamadas de capa no *Ípsilon* por área artística, entre 5 de março e 4 de junho de 2010.

É a música, a área com maior número de artigos e mais páginas, que faz mais chamadas de capa (22 referências), seguida dos livros (13) e do cinema (10). Apesar de a dança e as exposições não terem feito nenhuma capa, fizeram chamadas (5 e 2, respetivamente). Já o teatro, com maior número de artigos que a dança e as exposições e com uma capa, não fez nenhuma chamada. Dos quatro artigos incluídos na categoria “outros” três fizeram chamadas de capa.

Nas páginas interiores do suplemento (Gráficos 1 e 2) foram publicados 21 artigos sobre teatro (Gráfico 1) e na secção “A Semana” mais 16, num total de 37. Analisa-se agora a localização geográfica dos espetáculos mencionados nos 37 artigos.

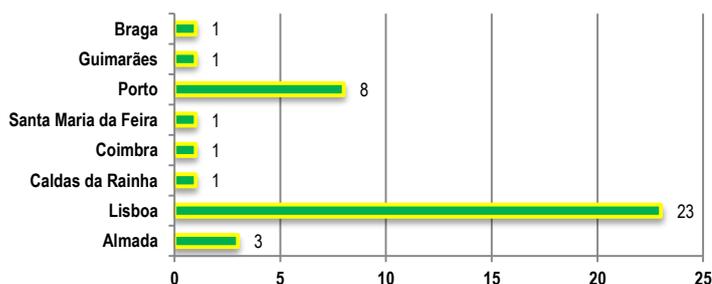


Gráfico 5. Localização geográfica dos espetáculos mencionados nos artigos de teatro publicados no *Ípsilon* (exclui a secção “Flash”), entre 5 de março e 4 de junho de 2010.

O *Ípsilon* fez referência a apenas oito localidades nos seus artigos de teatro, todas cidades sede de concelho. A cidade mais mencionada é Lisboa (23 referências), com larga vantagem sobre a segunda, o Porto (8). Das restantes localidades, apenas Almada surge mais do que uma vez (3). O total de artigos (37) não corresponde ao número de referências apresentadas no gráfico (39), porque em dois dos artigos analisados são referidas duas localidades e não apenas uma.

As localidades mencionadas nos 37 artigos de teatro durante o período em análise foram marcadas no mapa seguinte:



Mapa 1. Dispersão geográfica das localidades mencionadas nos artigos de teatro no *Ípsilon* (exclui a secção “Flash”), entre 5 de março e 4 de junho de 2010.

As cidades referidas situam-se no litoral do país, quatro delas a norte (Braga, Guimarães, Porto e Santa Maria da Feira), duas no centro (Coimbra e Caldas da Rainha) e duas no centro sul (Lisboa e Almada). Das 39 localidades mencionadas, nenhuma se refere ao interior e sul do país.

Na secção “Flash”, que apresenta novidades do mundo das artes, nacionais e internacionais, o teatro tem pouca representação.

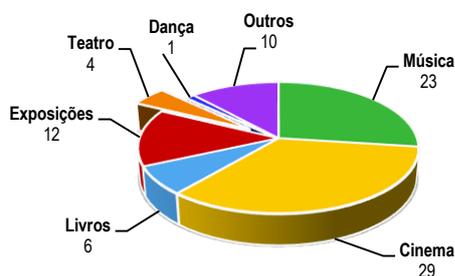


Gráfico 6. Número de artigos publicados na secção “Flash” do *Ípsilon* por área artística, entre 5 de março e 4 de junho de 2010.

De um total de 82 artigos publicados nesta secção, o teatro (4 artigos) e a dança (1) são as artes menos representadas, superadas em dobro pela categoria “outros” (10). O cinema aparece mais vezes (29), imediatamente seguido da música (23). Seguem-se as exposições (12) e os livros (6).

No período analisado, as críticas a obras artísticas dividiam-se pelo *P2* e pelo *Ípsilon*, consoante se tratasse de um acontecimento/espetáculo ao vivo ou não. Assim, as críticas a espetáculos de teatro eram publicadas no *P2*, pelo que apenas foi analisado esse suplemento.

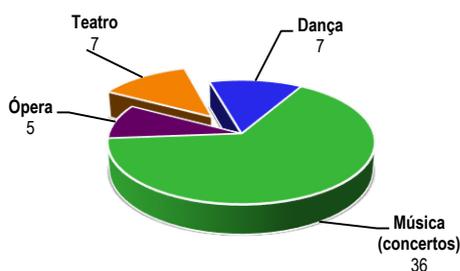


Gráfico 7. Número de críticas a espetáculos publicadas no *P2* por área artística, entre 1 de março e 31 de maio de 2010.

Os concertos foram os espetáculos mais criticados (36 críticas). No *Ípsilon*, também a música foi a área com maior número de artigos publicados. Os espetáculos de teatro e dança fizeram muito menos (7 cada um). Houve ainda 5 críticas a espetáculos de ópera. (No *Ípsilon*, a ópera era incluída na categoria Música, que não fazia distinção de géneros. Nas críticas do *P2*, os espetáculos musicais dividiam-se em “Crítica de Música”, para concertos de todos os géneros musicais (incluindo música clássica), e

“Crítica de Ópera”, para récitas.) Apenas um dos espetáculos de teatro criticados não tinha sido anteriormente trabalhado no *Ípsilon*. Considerando o número de artigos sobre teatro publicados no *Ípsilon* (41 artigos, somando “Flash”, temas da semana e “A Semana”), o número de críticas (7) é muito inferior.

O teatro também foi destaque fotográfico e sugestão da agenda cultural do *P2* (segunda-feira a sábado) e do *Cidades* (domingo). A agenda era publicada nos dois suplementos, pelo que o *P2* e o *Cidades* foram analisados como um só. As duas edições, *Lisboa* e *Porto*, foram analisadas paralelamente.

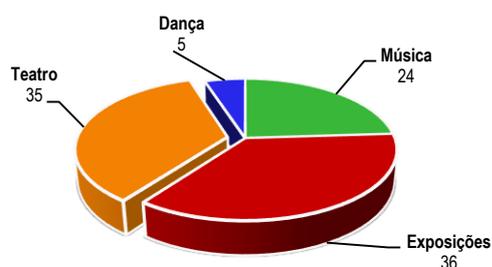


Gráfico 8. Número de destaques fotográficos da agenda cultural do *P2 Lisboa* e *Cidades Lisboa* por área artística, entre 1 de março e 31 de maio de 2010.

As exposições (36 destaques) e o teatro (35) são as áreas que mais ilustram a agenda cultural. A seguir estão a música (24) e a dança (5). O número de destaques (100) é superior ao número de edições (92), porque algumas fizeram dois destaques.

Na edição do Porto, a escolha é diferente e mais eclética.

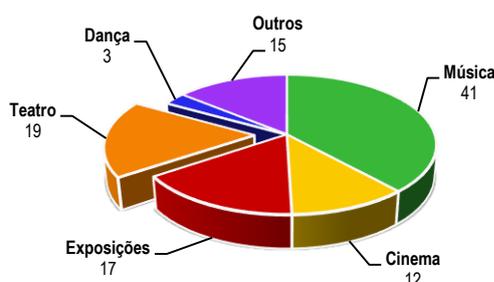


Gráfico 9. Número de destaques fotográficos da agenda cultural do *P2 Porto* e *Cidades Porto* por área artística, entre 1 de março e 31 de maio de 2010.

Nesta edição, a música aparece mais vezes (41 destaques), a seguir o teatro (19), as exposições (17) e o cinema (12). A dança é, mais uma vez, a arte menos representada (3). A categoria “outros” tem, até, a mesma representação que dança e cinema juntos (15). A música é a única área artística que tem maior número de destaques na edição do Porto do que na de Lisboa. No entanto, nesta edição as áreas artísticas são mais variadas. O número de destaques (107) também é maior do que o número de edições (92), porque algumas edições fizeram dois destaques fotográficos. Este número é, até, maior do que o de Lisboa (107 na edição do Porto contra 100 na de Lisboa).

Ainda nos suplementos *P2* e *Cidades*, o destaque “Sair” sugeria, regra geral, uma atividade para fazer “fora de casa” (filmes, espetáculos, exposições, visitas, etc.).

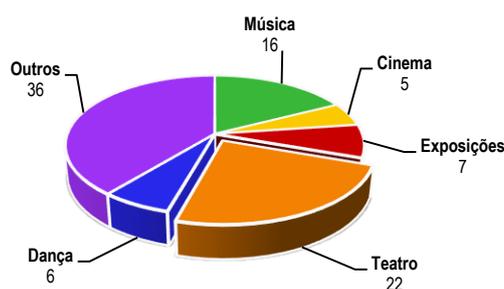


Gráfico 10. Número de destaques “Sair” da agenda cultural do *P2 Lisboa* e *Cidades Lisboa* por área artística, entre 1 de março e 31 de maio de 2010.

As atividades relacionadas com teatro (22 sugestões) e música (16) são as mais sugeridas, mas só depois da categoria “outros” (36), que inclui vários tipos de festivais, atividades que congregam mais do que uma disciplina artística, lançamento de produtos culturais, sugestões de visita, etc.. Em 92 sugestões, as exposições, a dança e o cinema são os menos representados (7, 6 e 5, respetivamente).

Tal como se verifica no destaque fotográfico, na edição do Porto os valores do destaque “Sair” são diferentes.

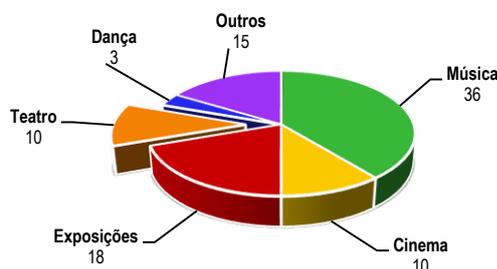


Gráfico 11. Número de destaques “Sair” da agenda cultural do P2 Porto e Cidades Porto por área artística, entre 1 de março e 31 de maio de 2010.

Aqui é a música que aparece mais vezes (36 sugestões), seguida das exposições (18) e do teatro e cinema (10 cada um). A categoria “outros” tem menor representação do que na edição de Lisboa (15 contra 36 em Lisboa) e a dança tem apenas 3 sugestões. As áreas mais sugeridas, em Lisboa como no Porto, apresentam o mesmo número (36), mas são bem diferentes. Enquanto em Lisboa essa área é “outros”, no Porto é a música. O total de sugestões corresponde ao número de edições.

Analisa-se agora o destaque “Sair” segundo a localização geográfica das sugestões.

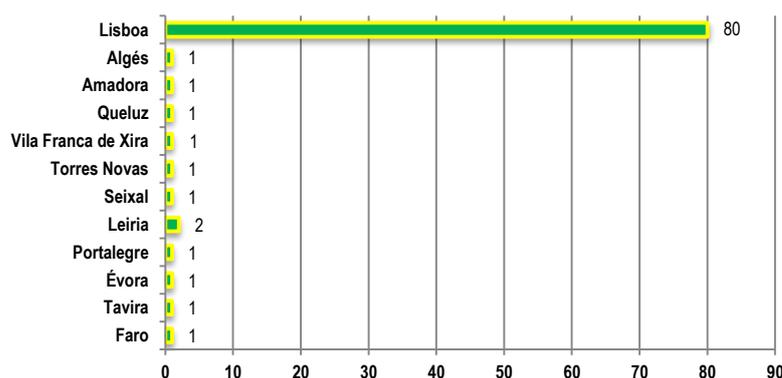


Gráfico 12. Localização geográfica dos destaques “Sair” da agenda cultural do P2 Lisboa e Cidades Lisboa, entre 1 de março e 31 de maio de 2010.

Este destaque sugeriu apenas 12 localidades. De um total de 92 sugestões, 80 são propostas para realizar na cidade de Lisboa. As outras sugestões localizam-se próximo desta cidade e há muito poucas no resto da região abrangida por esta edição.

À exceção de Leiria, com duas sugestões, as outras dez localidades só são mencionadas uma vez.

Na edição do Porto, a situação é semelhante, embora o número de localidades apresentadas seja maior do que na edição de Lisboa.

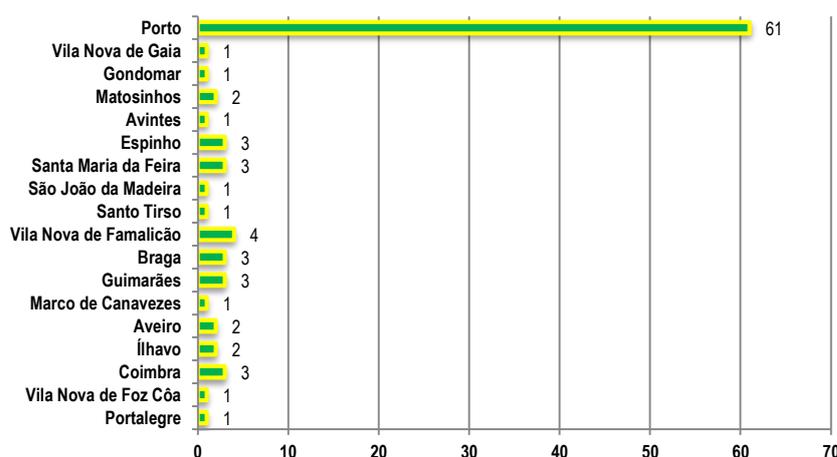


Gráfico 13. Localização geográfica dos destaques “Sair” da agenda cultural do P2 Porto e Cidades Porto, entre 1 de março e 31 de maio de 2010.

A cidade do Porto domina as propostas (61 sugestões). Mas nesta edição são referidas mais localidades do que na de Lisboa (18 contra 12). Além disso, metade das localidades apresentadas aparece mais do que uma vez, embora em muito menor número do que o Porto (em Lisboa apenas uma localidade é mencionada mais do que uma vez). Todas as localidades pertencem à região norte, à exceção de Portalegre (1), embora geograficamente pertença à edição de Lisboa. O número de sugestões (94) é superior ao número de edições (92), porque há dois destaques que referem duas localidades diferentes na mesma sugestão, o que não acontece na edição de Lisboa.

Nas duas edições, tanto no destaque fotográfico como na sugestão “Sair”, verificou-se a repetição de propostas. Esses casos, todos em relação a acontecimentos nas cidades de Lisboa e Porto, foram contabilizados normalmente.

Estes resultados mostraram que os artigos sobre teatro mais significativos foram publicados como temas da semana no *Ípsilon*, que abordou os assuntos em função de uma estreia. Na secção que publica pequenos artigos sobre a atualidade cultural

(“Flash”) raramente entraram temas de teatro. O teatro só voltava a aparecer no suplemento *P2*, numa secção flutuante, que só existia se se justificasse. Sobravam as sugestões e os destaques fotográficos na agenda cultural desse suplemento.

Assim, foi abandonada a ideia de que o teatro era pouco trabalhado no *Ípsilon*, uma vez que outras artes foram menos trabalhadas do que o teatro. Confirma-se, assim, que havia muito poucos artigos sobre dança no *Ípsilon*. Confirmou-se também a predominância de artigos sobre música e cinema, embora os últimos revelassem ser em menor número do que o esperado. Ao contrário dos livros, que surgiram no suplemento mais frequentemente do que se pensava. Igualmente se confirmou a ideia de que Lisboa e Porto eram as localidades mais presentes nas sugestões e destaques do *P2* e *Cidades* e nos artigos do *Ípsilon*, principalmente a cidade de Lisboa. Também se confirmou a pouca presença de críticas de espetáculos de teatro.

### **O teatro no *Público* visto pelos seus jornalistas**

Para entender melhor estes resultados, questionaram-se duas jornalistas que trabalhavam na secção de cultura/artes do *Público* no período em análise. Ana Dias Cordeiro, jornalista, considerava que podia haver mais teatro no jornal:

Pode sempre haver mais [teatro no *Ípsilon*]. Tem poucas capas. É verdade que para ser capa tem de ser sustentado e bem justificado, mas porque é que não se faz mais? Há muita coisa a passar-se, [até] fora de Lisboa e do Porto, que nós não cobrimos. Para isso era preciso ter[mais] pessoas, mas não é fácil, o jornal dispensou muita gente.

O mesmo observava Inês Nadais, editora adjunta do *Ípsilon*, responsável pelas áreas do teatro e da dança:

O teatro já foi mais bem tratado no sentido de haver um acompanhamento contínuo. No *Público*, mas também no resto da comunicação social. Acho que não podiam estar melhor feitos [os artigos do *Ípsilon*]. O problema é o acompanhamento regular da área, isso é que não é feito em condições perfeitas. Teatro não [é] só estreias. Mas as histórias interessantes, que queremos que estejam no *Ípsilon*, acabam sempre por estar.

Para Inês Nadais, o teatro era prejudicado pela falta de jornalistas. A editora explicava:

Havendo uma pessoa dedicada à área, podíamos fazer uma reportagem sobre como estão a viver as companhias no meio da crise e dos cortes orçamentais, por exemplo. Não havendo, é difícil colocar uma pessoa de outra área; teria de fazer uma atualização em tempo recorde. Neste momento [2010], a Ana Dias Cordeiro tem a área do teatro, mas está também muito presa às coisas do dia. [A área] não está a ser gerida da melhor maneira. Os livros têm uma pessoa atenta, a música também, o cinema também. Acho que se pode dizer que [o teatro] está prejudicado. Vai passando por várias mãos. Mas as estreias importantes, de uma forma ou de outra, vamos fazendo, nem que vá buscar uma pessoa da música.

Quanto às poucas capas que o *Ípsilon* dedicou ao teatro, Inês Nadais justificava:

Tem que haver um protagonista fortíssimo. Um encenador carismático, [por exemplo] ou uma história muito especial. Fizemos capa com o Alkantara Festival [*Ípsilon*, 21 de maio de 2010], sobre teatro/dança, e com o Édipo, no Teatro Nacional D. Maria II [*Ípsilon*, 19 de fevereiro de 2010], porque era o caso do diretor artístico de um teatro que se apresenta como ator num clássico absoluto da dramaturgia europeia e mundial, encenado por um dos encenadores portugueses mais reconhecidos. É mais fácil fazer uma capa de música. Objetivamente têm a mesma importância, só que o potencial de comunicação com os leitores de uma história de teatro é muito reduzido. O tal encenador [pode ser] uma estrela, mas não é os U2, ninguém vai saber o nome dele. Portanto, tem mesmo de ser uma história muito fora do comum ou muito forte para ir por aí.

Em relação ao facto de serem escassos os trabalhos fora de Lisboa e Porto, Inês Nadais admitia, mas mais uma vez justificava essa situação com a falta de jornalistas:

Há companhias que se queixam [de não irmos lá]. Principalmente fora de Lisboa e Porto. E têm razão. O Teatro Viriato costumava ter dança [interessante] e nós íamos. Agora, é preciso haver disponibilidade para alguém do Porto ou de Lisboa ir a Viseu, o que não é fácil, com secções tão pequenas. Tínhamos uma rede de correspondentes, agora não temos quase ninguém. É óbvio que essas companhias são prejudicadas. Muitas vezes fazem coisas extraordinárias, até mais do que em Lisboa e Porto, só que fazer 300 quilómetros para ir a uma estreia e levar fotógrafo, nas condições atuais, é complicado. Por outro lado, sucessivas más produções – isto uma avaliação nossa –, seja de Lisboa, do Porto ou de fora, também fazem com que nós deixemos de ir. Às vezes, até podem ter melhorado, mas como já nos desabituámos de ir ver, acabamos por não saber isso.

Os jornalistas do *Público* conheciam os hábitos dos seus leitores. O lugar do teatro, e os critérios de escolha, eram proporcionais a isso, explicava Inês Nadais:

Procuramos que o suplemento seja diversificado. Mas, por sabermos que o teatro tem menos leitura do que a música ou o cinema, evitamos que numa edição haja mais do que três ou quatro histórias. O critério de escolha é a capacidade que o assunto (um espetáculo, festival, encenador, ator) tem para se transformar numa boa história e as condições práticas,

como o *timing* do ensaio de imprensa ou a nossa disponibilidade. Há, obviamente, outros critérios. O conhecimento que eu tenho do meio permite-me fazer uma triagem entre aquilo que acho que vai ter um interesse acima da média e aquilo que vai ser mais uma produção rotineira. Obviamente que existe da nossa parte um juízo, por muito injusto que seja, acerca da qualidade das companhias, dos encenadores, dos atores, dos textos. Portanto, [além do juízo acerca] do potencial da história, há o juízo acerca do trabalho da pessoa envolvida e da novidade: uma coisa pode até não parecer de uma qualidade acima do comum, mas o potencial de novidade pode ser importante.

A editora adjunta do *Ípsilon* explicava como se processava o trabalho sobre teatro:

Normalmente eu escolho as pessoas para cada trabalho. O que é no Porto faço eu [Inês Nadais pertence à redação do Porto]. Já conheço o trabalho das companhias; é-me fácil ver o que está em jogo e o percurso para trás de cada estreia. Em Lisboa implica vários fatores: se for uma companhia ou autor que me interesse particularmente e eu tiver disponibilidade, faço. Se não, faz a pessoa em Lisboa que estiver mais disponível. Quando entrego os trabalhos discuto um bocadinho sobre o que deve ser feito. Se acho que é preciso dar indicações sobre alguns aspetos, digo. O espetáculo tem de estar no texto. Não quer dizer [a descrição de] cenário, figurinos ou o enredo da peça, mas alguns elementos têm de estar. É importante o olhar do encenador. É útil para [o espetador] ter algumas ideias acerca do ponto de vista com que o espetáculo é apresentado. E também é importante a maneira como o texto está escrito. Num suplemento como o *Ípsilon*, os textos não são propriamente noticiosos, portanto tem que haver algum investimento na escrita.

Ana Dias Cordeiro falava assim sobre o seu trabalho na área do teatro:

É a Inês que me manda coisas sobre teatro, e o Vasco [Câmara, editor do *Ípsilon*] quando a Inês não está. Eu também já começo a receber coisas e a propor. Depois há a escolha. Se não der para fazer tudo [quando há vários espetáculos ao mesmo tempo] tem de se escolher. E aí entra a Inês. Há coisas que são óbvias e o Vasco sabe logo que é para fazer. Depois há coisas mais subtis. É a Inês que tem os conhecimentos para dizer “fazemos isto e não fazemos aquilo”.

As características do *Ípsilon* permitiam a criação de textos mais longos do que o caderno principal do jornal. Embora a extensão de cada texto fosse determinada previamente, esta podia sempre alterar depois de visto o ensaio de imprensa. Ana Dias Cordeiro explicava:

O Vasco gosta que falemos com ele depois de ver a peça, para decidirmos em conjunto o que é que merece ser feito. Mas geralmente já vou com uma ideia. Às vezes acontece pensar que vai ser uma página e depois a peça não valer nada. Outras vezes está decidido à partida. Também já

aconteceu ser preciso aumentar o espaço que estava previsto [por o espetáculo ser tão bom].

Ainda sobre este assunto, Inês Nadais referia-se à imprevisibilidade dos trabalhos artísticos:

Página | 127

Se for com antecedência, alteramos [o tamanho do texto]. Já fizemos coisas que eram para ser temas grandes e depois não eram assim tão relevantes. Às vezes acontece, e é um bocado grave. Quando, por exemplo, o texto da peça é muito fraco. Pode-se até reduzir de tamanho, mas não se pode deixar de escrever. Às vezes é estúpido e injusto, porque se ignora no dia a dia montes de espetáculos minimamente aceitáveis, e por esse tipo de circunstâncias às vezes acaba por se fazer alguns que são menos bons. Mas antes de vermos não sabemos. E se for mesmo em cima do fecho da edição é impossível substituir por outro espetáculo.

Os temas de teatro escolhidos para figurar no *Ípsilon* eram selecionados pela equipa desse suplemento. Não havia relação entre esses temas e os destaques fotográficos da agenda cultural e da secção “Sair” do *P2* e *Cidades*. Assim como os espetáculos criticados, que eram escolhidos pelos críticos e geridos pela equipa do *P2*.

### **Notas finais**

Ao contrário do esperado, e à luz dos gráficos e das declarações das jornalistas, esta análise revelou que, no geral, o teatro não estava tão pouco nem tão mal representado no jornal *Público*, ocupando um lugar relativamente modesto:

- a) Fazer jornalismo implica escolher. Mesmo os artigos sobre a área mais abordada no *Ípsilon* resultaram de uma escolha. Nenhuma arte está inteiramente retratada em nenhum jornal, pelo que não se pode considerar injusta a situação do teatro, houve até outras artes com menor representação;
- b) No entanto, havia tendência para privilegiar determinadas áreas artísticas. As outras, nomeadamente o teatro, acabavam remetidas para segundo plano;
- c) A falta de jornalistas para a cultura, especialmente para o teatro, não permitia fazer um acompanhamento regular da área, apenas seguir as estreias;

- d) Também por falta de jornalistas, não eram possíveis grandes deslocações pelo país. Assim, a maior parte dos trabalhos, não só de teatro, resumia-se a acontecimentos em Lisboa e Porto. Entende-se pelo facto de serem estas as maiores cidades do país e terem uma vida artística e cultural mais abundante;
- e) A equipa do *Ípsilon* considerava que os artigos de teatro não eram os mais lidos do suplemento, pelo que o espaço destinado a cada área artística seria proporcional ao interesse demonstrado pelos leitores;

Ainda assim, o trabalho sobre teatro que o jornal produzia poderia ser aperfeiçoado:

- f) Duas ações simples poderiam atrair mais atenção para os artigos de teatro no *Ípsilon*: mais artigos na secção “Flash”, acompanhando a atualidade da área, e mais chamadas de capa;
- g) A falta de jornalistas na área da cultura, e especialmente na do teatro, levava a que muitos destes trabalhos fossem divididos pelos jornalistas com mais tempo livre em cada momento. Essa situação poderia resultar em trabalhos menos burilados por falta de conhecimentos específicos. Para resolver isso, teria de haver uma maior organização da redação;
- h) É impossível cobrir toda a atividade teatral no país. No entanto, tratando-se de um jornal nacional, deveria haver maior critério na escolha dos temas, evitando a profusão de atividades em Lisboa e Porto, apesar de ser compreensível;
- i) As publicações jornalísticas também devem ter uma função pedagógica, pelo que não se podia olhar apenas para as preferências dos leitores. A área do teatro não deveria ser limitada por ser menos lida. O facto de ser menos lida até se poderia dever, precisamente, à falta de incentivos à leitura;
- j) As sugestões e os destaques fotográficos também não cobriram todo o território e até houve repetição de temas. A repetição poderia ser útil para reforçar uma mensagem, no entanto, ao mesmo tempo, estava a tirar lugar a outro evento, impossibilitando o ecletismo;

k) O *Ípsilon* devia aproveitar a vantagem que tinha sobre todas as outras publicações: mais espaço para escrever. Deveria, pois, privilegiar temas menos abordados e incluir visões mais analíticas nos seus artigos.

Hoje, a organização do caderno principal, dos suplementos e da presença *online* do jornal é diferente da que existia no período analisado. Mas a falta de jornalistas persiste. As artes continuam a aparecer apenas a reboque de produtos culturais e não do acompanhamento regular das diferentes áreas. Os artigos sobre teatro mantêm-se mais frequentes nos temas da semana do *Ípsilon* do que no caderno principal, mas poucas vezes são chamados à capa. Com esta estrutura, só retirando espaço a umas artes se poderia dá-lo a outras. Mas, na verdade, isso não seria útil para nenhuma área artística. A solução menos danosa seria uma melhor disposição dos conteúdos, mesmo sabendo que é difícil, há poucas pessoas, pouco tempo e tanta coisa a acontecer.

#### **Referências Bibliográficas:**

ALZAMORA, G. (2008). "Do texto diferenciado ao hipertexto multimidiático: perspectivas para o jornalismo cultural". Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/ooo754.pdf> [Consulta: junho de 2010].

BARRADAS, M. (2010). *O teatro na comunicação social portuguesa: o caso do jornal Público*. Relatório de mestrado apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

BARRETO, I. (2006). "As realidades do jornalismo cultural no Brasil". *Contemporânea*, ed. 07, vol. 4, n.º 2. pp. 65-77. Disponível em: [http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed\\_07/08IvanaBarreto.pdf](http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_07/08IvanaBarreto.pdf) [Consulta: junho de 2010].

BASSO, E. (2008). "Para entender o jornalismo cultural". *Comunicação & Inovação*, vol. 9, n.º 16. pp. 69-72. Disponível em: [http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_comunicacao\\_inovacao/article/view/702/549](http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/702/549) [Consulta: junho de 2010].

CARDOSO, E. (2007). “Crítica de um enunciador ausente: a configuração da opinião no jornalismo cultural”. *Em Questão*, vol. 13, n.º 2. Porto Alegre. pp. 299-314.

PEREIRA, W. (2007). “Jornalismo Cultural: procedimentos pedagógicos”. Disponível em: [http://www.itaucultural.org.br/rumos2007/pdf\\_jornalismo/Wellington%20Pereira.pdf](http://www.itaucultural.org.br/rumos2007/pdf_jornalismo/Wellington%20Pereira.pdf) [Consulta: junho de 2010].

SILVA, D. (2008). *A cultura no jornalismo cultural – Contributos para uma redefinição e ampliação do jornalismo cultural português, no contexto das industriais culturais e criativas*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

SING, M. (2010), “Crítica em Cultura: Uma análise do jornalismo cultural no estado de Minas”. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-sing-marcella.pdf> [Consulta: junho de 2010].

SIQUEIRA, D. *et al.* (2007), “A cultura no jornalismo cultural”. *Líbero*, ano X, n.º 19. São Paulo. pp. 107-116.

TEIXEIRA, N. (2008). “Impacto da internet sobre a natureza do jornalismo cultural”. Disponível em: <http://www.bocc.pt/pag/teixeira-nisio-impacto-da-internet.pdf> [Consulta: junho d

## Nota de leitura

**Leitura: Coelho, P. (2015). Jornalismo e Mercado – os desafios colocados à formação. Livro Labcom. Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/book/131>**

O que Pedro Coelho, jornalista e professor de jornalismo, nos propõe é um olhar para o jornalismo e para o papel que este desempenha na sociedade do século XXI. Acima de tudo é isso. Mas radica no pressuposto de que o jornalismo já não resulta de práticas mais ou menos instintivas e que, pelo contrário, a formação de jornalistas é cada vez mais um campo determinante para as boas práticas da profissão.

O ebook “Jornalismo e Mercado – os desafios colocados à formação” resulta da sua tese de doutoramento com a qual o autor deu um excelente contributo para uma reflexão sobre o jornalismo nas sociedades contemporâneas e em particular para a compreensão do lugar que a formação académica ocupa nesse espaço. Trata-se de uma temática ainda pouco estudada pela academia. Para além do contributo de Pedro Coelho, é também de referir a tese de doutoramento de Sandra Marinho (2012).

No primeiro capítulo, o autor transporta o leitor para uma encruzilhada teórica sobre a própria profissão. A começar logo neste aspeto: o jornalismo é ou não uma profissão? O tema é recorrente em vários outros autores e Coelho recupera alguns deles: “os autores que consideram inviável a submissão do jornalismo às regras que estruturam uma profissão, passando por aqueles que preferem deixá-lo a meio caminho, classificando-o como uma semi-profissão, uma quase profissão ou um ofício de fronteira, até aos que, sem hesitações, entendem que a complexidade da ação determina a assunção dessa classificação, o debate frutifica” (p.19). O capítulo é enriquecido com a abordagem ao jornalismo e ao seu papel social e de formação da opinião pública. O autor enquadra este aspeto no principal objetivo do livro (a relação entre formação, jornalismo e mercado): “Assistimos, pois, à adoção de uma lógica comercial que irradia influências sobre uma sociedade de massas, onde os seus elementos estão desligados de uma ação política protetora, (não questionam, não

contra-argumentam, não discutem, apenas participam por reação) tornando-se permeáveis” (p.27).

Antes de entrar a fundo na formação académica de jornalistas, o autor aborda com detalhe as questões relacionadas com o jornalismo, a democracia e o mercado (capítulo II) e no capítulo seguinte enquadra a profissão à luz das transformações do ponto de vista tecnológico, em particular num ecossistema mediático dominado pela Internet. Este cenário no qual o jornalismo se encontra atualmente é, aliás, um dos pilares do trabalho de Pedro Coelho. “O aparato tecnológico, que sobressai dessa associação, torna-se de tal forma visível que, num olhar apressado, o jornalismo parece correr o risco de se deixar condicionar, em excesso, pela plataforma, sobrepondo a forma ao conteúdo” (p.233).

O autor procura colocar esta questão do jornalismo num ecossistema tecnológico dominado pela Internet e pelo mercado e daí parte para uma reflexão sobre o papel da formação e da academia recorrendo a diversas contribuições teóricas e recuperando os percursos da formação académica de jornalistas, com origem nos Estados Unidos da América.

O estudo de caso apresentado é sobre o ensino de jornalismo em Portugal. Aqui, Coelho percorre também a história do caso português fornecendo alguns dados comparativos de interesse e que demonstram a importância que a formação em Ciências da Comunicação e, em particular do jornalismo, tem assumido desde 1979, altura em que foi criado o primeiro curso em Portugal, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

A proposta de análise de Pedro Coelho convoca vários itens, entre eles: o contexto do mercado; o contexto tecnológico; o crescimento da oferta formativa em Ciências da Comunicação em geral e em jornalismo em particular; a oferta nas universidades e nos politécnicos; a oferta nos sistemas público e privado; o binómio prática-teoria; o binómio banda estreita-banda larga.

O trabalho empírico de Coelho passou pela análise de 27 planos de estudo de cursos identificados no ano letivo 2012-2013. Trata-se, como o próprio autor afirma, “de uma primeira fase do trabalho que não nos irá permitir afirmar conclusões, apenas

enunciar alguns pressupostos orientadores para um segundo nível” (p.366) que passará pela análise detalhada de seis cursos dos 31 identificados. O autor propõe-se a constituir “um modelo de formação, que ultrapasse as fragilidades, ou que promova as virtudes identificadas” (idem).

Pedro Coelho começa por identificar a matriz de formação, referindo-se a cursos que assentam no jornalismo e, como tal, são classificados como de banda estreita e a cursos que incluem sobretudo Unidades Curriculares na área da comunicação e que constituem a maioria em Portugal (p.374). A análise passa ainda pela realização de entrevistas a docentes dos cursos e a alunos de várias instituições portuguesas.

Ao longo do livro, o autor insiste na ideia de que o jornalismo precisa de uma reconstrução no sentido de resgatar os valores que o moldam e que o “mercado tomou de assalto” (p. 584). O jornalismo é visto como algo cujo papel é o de contribuir para a comunicação pública e assim consolidar a democracia. Mas é, como o autor reconhece, um desafio complexo ao qual o jornalismo sozinho, não terá condições de lhe dar resposta. “O que tentámos promover neste trabalho foi esse exercício dessa reconstrução” (idem).

Ora, haverá aqui um trabalho conjunto que implicará diversos atores: jornalistas, empresas de média, docentes, alunos e academia no geral. Para isso, conclui Coelho, há que terminar com uma inexplicável razão para o afastamento entre a redação e a academia.

Por: Luís Bonixe